



**André Luis Marques Roseira**

**“Pedro Arnesto”:  
Vozes em conciliação e em confronto na  
forjadura de um mito político**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em História Social da Cultura, do  
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Flávia Maria Schlee Eyler

Rio de Janeiro  
Setembro de 2007



**André Luis Marques Roseira**

**“Pedro Arnesto”:  
vozes em conciliação e em confronto na forjadura  
de um mito político**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Flávia Maria Schlee Eyler**

Orientadora  
Departamento de História  
PUC-Rio

**Profº Antonio Edmilson Martins Rodrigues**

Departamento de História  
PUC-Rio

**Profª. Adriana de Resende Barreto Vianna**

PPGAS-Museu Nacional  
UFRJ

**Profº João Pontes Nogueira**

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2007.

Todos os direitos reservados.É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade,do autor e do orientador.

### **André Luis Marques Roseira**

Graduou-se em História na UERJ em 2002.Professor do ensino médio e fundamental na rede estadual e particular de ensino, publicou artigos na área educação e também sobre o assunto abordado nesta dissertação, participando de alguns congressos na área de História Social.

#### Ficha Catalográfica

Roseira, André Luis Marques

“Pedro Arnesto”: vozes em conciliação e em confronto na forjadura de um mito político / André Luis Marques Roseira ; orientadora: Flávia Maria Schlee Eyler. – 2007.  
116 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura. 3. Carisma. 4. Política. 5. Populismo. 6. Pedro Ernesto . I. Eyler, Flávia Maria Schlee. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD:900

## Agradecimentos

A minha orientadora Professora Doutora Flávia Maria Schlee Eyler pela doçura do apoio, pela presença assídua nas minhas questões e por me ensinar que enquanto não avistamos a casa de Hades há sempre a beleza da narrativa.

Aos meus pais por me ensinarem que não importa a casa onde moro, mas onde a casa mora em mim. Levo vocês nos meus genes, no meu caráter e acima de tudo na minha alma.

Aos alunos do Projeto Educom. Local onde aprendi que a História acadêmica pode sair da academia e virar educação de primeira. Em especial a três alunos: Bruno Vieira, Isabelle Areas e Josefa Elenilde. Porque suas histórias sempre embalam meu interesse pela história e porque vocês sempre diminuem o deserto.

Aos professores da banca examinadora. Adriana, pelo carinho com que recebeu a minha aflição ao ser entrevistado pela banca avaliadora do mestrado e pelo apoio sincero do seu olhar naquele em todos os momentos. Ao inesquecível professor Antônio Edmilson que me ensinou em poucas palavras, na introdução de seu livro, um dos papéis do historiador de ao denunciar a inexistência, tentar provocar a existência.

A Joana Bahia. Amiga, orientadora e a mãe eleita. Por ser sempre a vida presente e o presente da vida.

A Edna, nossa secretária, pelo carinho e paciência constantes.

A Amanda Muzzi, que tem me ensinado o que é a essência da amizade. E principalmente por me ensinar a andar com os pés no chão.

A minha grande amiga Zina que além da amizade incondicional me é modelo de profissional séria, competente, apaixonada e apaixonante.

A grande e paciente amiga Angela de Castro Gomes que foi o meu farol.

Ao CNPQ e à PUC-Rio, por todo o apoio sem o qual esse trabalho não seria realizado.

## Resumo

Roseira, André Luis Marques; Eyler, Flavia Maria Schlee (orientadora). **“Pedro Ernesto”: Vozes em conciliação e em confronto na forjadura de um mito político**. Rio de Janeiro, 2007. 116p. Dissertação de Mestrado- Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O foco deste trabalho é a vida pública de Pedro Ernesto Batista, interventor e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade da década de 1930. Nossa hipótese sugere que a combinação de difusão escrita e falada- através do uso do rádio como instrumento aglutinador e irradiador de propaganda doutrinária- foi de fato inovadora e anterior a aplicada no Estado Novo. Grande parte das idéias que compunham o que se designou posteriormente como “trabalhismo” também fora antecipado pela sensibilidade de retórica e ação da liderança de Pedro Ernesto que aperfeiçoara sua imagem popular de médico bondoso e voltado para o atendimento aos pobres com o uso do rádio e de jornais de grande tiragem. Em sua campanha para a prefeitura de 1934 e no exercício deste cargo, tornou-se um dos primeiros exemplos de político carismático preocupado com as condições de vida e com os interesses da população urbana, em especial dos trabalhadores. Este tipo de liderança e prestígio foi sem dúvida o alimento de perseguições que passou a sofrer no bojo do combate ao anticomunismo desencadeado a partir de 1935, que culminaria com sua prisão e afastamento da prefeitura. Sua prisão não significou, no entanto, o fim da força de sua imagem pública. Os consensos e dissensos simbólicos e a força de sua memória pública desafiaram até mesmo a ditadura de Vargas.

## Palavras-chave

Carisma, política, Pedro Ernesto e populismo.

## Abstract

Roseira, André Luis Marques; Eyler, Flavia Maria Schlee (Advisor).  
**“Pedro Ernesto”: voices between conciliation and confrontation to make a leadership.** Rio de Janeiro, 2007. 116p. Dissertação de Mestrado-  
Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The focus of this study is to analyze Pedro Ernesto Batista's public life; who was Rio de Janeiro's mayor at the first half of the 30's. Our hypothesis suggests that the combination of written and spoken communications vehicles – through the using of the radio as an agglutinant and powerful instrument of “doctrinaire propaganda” – it was, in fact, innovating and previous to the tactics used during the denominated “Estado Novo” (The new State). Most of the ideas used in the process of what has been named “trabalhismo” (labourism) was also anticipated by Pedro Ernesto's sensible speech and leadership action. He improves his image as a kind and popular doctor dedicated to the attendance of the poor population, using the radio and the most extended newspapers to spread this profile. During his politic campaign for the election to the City hall in 1934 and later as while as working as mayor in this equivalent period, he became one of the firsts examples of charismatic politician, always caring about the urban population life conditions and interests, specially the workers. This kind of leadership and prestige caused, certainly, the prosecutions that he suffered during the bulge of the anti-communism persecution happened in 1935; wich culminated with his arrest in prison and destitution as mayor. However, being arrested didn't meant the end of the powerful of his public image; the symbolic consensuses and dissents, plus the powerful of his public memory had defied even though the “Vargas” dictatorship.

## Keywords

Charisma; political; Pedro Ernesto; populism.

## Sumário:

1.Introdução	8
2.Sociogênese do nome	15
2.1.Primeiros nomes,primeiros adjetivos	15
2.2.Ernesto médico,"Ernesto curador do corpo político"	17
2.3.Ernesto Revolucionário	21
3.Nomes, discursos e conciliação com o tempo	27
3.1.Do Ernesto Revolucionário ao Ernesto "centro-ordem"	27
3.2.Pedro Ernesto diretor do departamento de assistência pública	32
3.3.Ernesto Interventor	39
3.4.Ernesto e O Clube 3 de Outubro	41
4.Homem narrativa:vozes em conciliação,vozes em enfrentamento	57
4.1.Voz e conciliação política	57
4.2.Retribuição	78
4.3.Voz e desentendimento político	88
4.4.De pé por Pedro Ernesto:"O uivo das hyenas"	100
4.5."O grande operário"	103
4.6.Tiradentes: A reinvenção do herói	105
5.Conclusão	108
6.Referências bibliográficas	112

## Introdução

A literatura histórica vem crescentemente distinguindo e valorizando o que se convencionou chamar de “fatos da memória”. Coincidindo ou não com os assinalados por uma história “oficial” nacional ou de um grupo (partido, sindicato, instituições militares, culturais etc.), os fatos da memória são aqueles retidos e lembrados como marcos significativos quando uma coletividade narra “sua” própria história.

Sem dúvida, tal construção conceitual deve ser entendida no bojo de uma transformação do trabalho historiográfico que se caracteriza por recolocar a história política como área privilegiada de reflexão para o conhecimento de uma sociedade e, em o fazendo, redimensionar, mais uma vez, o papel dos “acontecimentos” e dos “indivíduos” na história. Esta “nova” história política intercepta-se com uma história cultural de fronteiras fluidas com disciplinas como a sociologia e a antropologia.

Os “fatos da memória”, sobretudo quando também são fatos da história destacados pela construção de uma memória política nacional que tem presença e continuidade no tempo, constituem-se em objetos privilegiados de análise para o historiador.

Este é justamente o caso do nosso objeto de análise (neste caso o objeto de estudo é a memória política de um ‘indivíduo histórico’), Pedro Ernesto Batista, interventor no Distrito Federal no pós-30, que aperfeiçoara sua imagem popular de médico bondoso e voltado para o atendimento aos pobres com o uso do rádio e de jornais de grande tiragem. Em sua campanha para a prefeitura em 1934 e no exercício deste cargo, tornou-se um dos primeiros exemplos de político carismático preocupado com as condições de vida e com os interesses da população urbana, e em especial os trabalhadores.

Alguns nomes estão intimamente ligados a lugares. Lugares que por serem referências públicas, que estão literalmente na “boca do povo”, facilmente se tornam “nomes” que demonstram nossa relação de intimidade para com as nossas cidades. “Nomes” que são referências de grandes avenidas, de famosas ruas, de hospitais, estádios, ginásios, colégios e de todos os “locais” que se tornaram “lugares da memória



pública” das cidades. Muitas vezes esses lugares levam os nomes- se substantivam-, mas poucos no cotidiano turbulento das grandes cidades se atentam para os “porquês” da nomeação dos mesmos e até mesmo para as pessoas que lhes emprestam seus nomes. São essas memórias que um dia foram referências vivas da cidade que tornam a mesma não só composta de pedra mas também de alma. É de um desses “nomes-referências” da cidade do Rio de Janeiro que viemos aqui falar. Um nome que hoje é referência geográfica da Cidade do Rio de Janeiro, mas que fora no passado um dos mais populares prefeitos da cidade-capital: Pedro Ernesto Batista.

Para organização da estrutura desta dissertação fizemos uso de uma inspiração literária. Uma passagem do conto “Teoria do Medalhão” de Machado de Assis serve-nos como cicerone metafórico do corpo da dissertação:

[...]Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesado e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o odorífero das flores, o anilado dos céus, o pretimoso dos cidadãos, o noticioso e succulento dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário<sup>1</sup>.

Nos dois primeiros capítulos dessa dissertação centramos-nos na busca de palavras que juntas ao nome de Pedro Ernesto o qualificavam, o adjetivavam, e na compreensão do processo que levou a substancialização de Pedro Ernesto. Adjetivos e substantivos que são estruturas vitais da língua possibilitam-nos a abordagem de um complexo jogo de significações que nos permitem compreender como e por que os atores sociais envolvidos nesse processo adjetivam o mundo a sua volta e substanciam pessoas. O processo de “substanciação” do nome público de Pedro Ernesto dá o tom do que considera-se inicialmente como a configuração carismática do prefeito. Nos dois primeiros capítulos temos frases. Frases que buscam se integrar a enunciados. Frases

<sup>1</sup> Ver Contos Escolhidos de Machado de Assis. Rio de Janeiro. Editora O GLOBO, 1998, p.36. O conto trata-se de uma conversa entre pai e filho, no dia em que o segundo completa a sua maioridade- à época 21 anos. O pai explica ao filho de modo didático- e como lembra o próprio Machado “ a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli”- como o mesmo deve tornar-se um medalhão. As explicações centram-se no uso da retórica em público e também no âmbito de apropriadas ações para “chamar atenção para si mesmo”. Machado consegue unir “discurso” e “ação” num minúsculo mundo de um conto conseguindo sintetizar as imensas pretensões de controle sobre a recepção das ações que tanto evidenciam o “marketing político moderno”. No conto temos o que Ricoeur, em Tempos e Narrativa, nos chama a atenção para um “expectativa relativa ao futuro[que] está inscrita no presente(p.361)”<sup>1</sup>. O “horizonte de expectativa do pai” dá o tom das ações dos meninos em seu espaço de experiência para que o mesmo conquiste o objetivo final: ser um medalhão. Essa delimitação e entrecruzamento de “horizonte de expectativa” e “ espaço de experiência” estará também fortemente marcada nos discursos que analisaremos no primeiro capítulo.

que buscavam um projeto, um sentido. As frases se integram em enunciados, e os enunciados, por sua vez, em unidades de dimensões maiores, até o momento em que o homem virá narrativa própria de uma época. Essa é a organização lúdica dessa dissertação.

No breve primeiro capítulo “Sociogênese do nome”, buscamos a compreensão do complexo âmbito das “influências” que marcaram as memórias pessoais de Pedro Ernesto. Buscamos em cartas e diários uma auto-imagem do próprio Pedro Ernesto. Lembranças das influências de sua família, de suas escolhas profissionais e políticas. Lembranças de um personagem com autoconsciência de sua historicidade, o que não retira o valor interpretativo das mesmas, já que essas primeiras classificações e lembranças do homem Ernesto se rearticularão em seu discurso como uma busca de “sentido” para sua própria história. Pedro Ernesto por ele mesmo e pelos outros. O sentido de uma palavra é o conjunto de suas relações possíveis com outras palavras. O sentido dado a sua própria vida, a apresentação dos fatos advindos a certo momento do tempo, com a intervenção do próprio locutor da narrativa com o intuito de influenciar o outro de algum mundo. É na busca desse discurso posterior sobre o tempo anterior, esse discurso da memória articulada, que iremos problematizar o início desse trabalho de discursos. É o complexo jogo interativo entre discurso e história. Por vezes o primeiro suplanta a segunda, mas por outras vezes é a segunda que “sintoniza” o primeiro com os desejos conjunturais.

No segundo capítulo “Nomes, discursos e conciliação com o tempo” buscamos refletir como o nome de Pedro Ernesto se atrela aos acontecimentos significativos da década de 1930. Verificaremos como “os nomes” de Pedro Ernesto gravitam para os pontos de conciliação com os discursos dos primeiros anos do Governo Vargas. Histórias e sentidos são renegociados visando à construção de um “novo tempo”, de um “novo homem” e de uma “nova nação”. Partilhando essas novidades na “comunidade de sentidos” o homem se integraria num propósito de “redescoberta” e “reinvenção” do Brasil. No bojo da vitória de 1930 há uma confluência de interesses. Mostraremos a construção da memória de Pedro Ernesto Batista como um dos grandes ativistas no marco que foi o ano de 1930 para os homens de seu tempo. Chamado de ‘revolucionário’ em consonância com as diretrizes do governo provisório. Este apoio a Getúlio seria retribuído com sua nomeação para interventor no Distrito Federal, num momento em que tenentes eram conduzidos a cargos semelhantes nos estados. Foi aí que pôde desenvolver um estilo de atuação popular que posteriormente

passaria a incomodar a cúpula militar e o próprio Getúlio. Neste capítulo nos propomos a pensar a maneira como se articula o sentido identitário dado aos discursos. Discursos que são feitos em associações como o Clube 3 de Outubro e como o Partido Autonomista. Associações e partidos que forjam identidades e discursos de um grupo. Os primeiros anos do governo Vargas foram anos de “abertura de possibilidades”, anos que pensamos aqui usando a definição de Thompson como uma “arena de elementos conflitivos”<sup>2</sup>. É nessa arena que estarão sendo negociados os “nomes” atrelados a Pedro Ernesto.

No terceiro capítulo “O homem-narrativa: vozes em conciliação. Vozes em enfrentamento”, o homem Pedro Ernesto deixa de ser somente adjetivo e substantivo de uma época. Ele passa a ser verbo. Aqui pretendemos estabelecer interações para os discursos de diferentes homens. Deixamos aqui de lado os discursos elitistas. Nossos homens não são pacientes, mas resultados de ações e paixões. Discursos que qualificam e desqualificam Pedro Ernesto. Que dão a Pedro Ernesto uma estrutura narrativa. Que dão ao historiador do tempo final a possibilidade de lê-lo por diferentes ângulos. E ler sua eficiência ou ineficiência pelo padrão de reciprocidade estabelecido. Numa tentativa de “síntese barroca”: conciliação e enfrentamento, dívida e dádiva. Os discursos e ações analisados como os “dons, contratos e trocas” de Marcel Mauss. O *gift-presente* e o *gift-veneno* do direito e das línguas germânicas<sup>3</sup>.

Para que o homem se tornasse narrativa foi preciso conciliar-se ao uso das inovações tecnológicas da época. O rádio torna a “voz” mais eficiente. Mais que apenas um “aparelho” que era uma espécie de metonímia da vida moderna, resultado do desenvolvimento técnico, o rádio foi estimulador de sentidos. Como sugere-nos o famoso pensamento interpretado e reinterpretado por diversos autores: “Os homens criam as máquinas; as máquinas recriam os homens”<sup>4</sup>, ocorre o que Borheim chama de uma “pedagogia do homem pela máquina”<sup>5</sup>. O “ouvir”, o retorno da “oralidade” como forma

<sup>2</sup> E.P. Thompson. *Costumes em Comum*, p.17.

<sup>3</sup> Marcel Mauss. *Ensaio de Sociologia*.

<sup>4</sup> Um dos mais curiosos pensadores a refletir sobre as mudanças tecnológicas que “remetem o homem para dentro da tecnologia” é Baudrillard, que na passagem a seguir faz do cinema uma reflexão para a existência: “se o próprio mundo tivesse sido mudo como o cinema, imóvel como a fotografia, depois falado, depois em relevo, depois em 3D, para finalmente se tornar virtual como a realidade de mesmo nome – numérico e digital, isto é, chegado à quarta dimensão, onde tudo se tornou não mais mundo, mas afásico, não afônico, mas estereofônico, fractal, mas sem relevo e sem profundidade, visual, mas sem imagem? No fundo, o mundo teria o mesmo destino que o cinema, que seria sua câmera lenta e acelerada, como o filme de uma vida inteira no momento de um desmaio”. In Jean Baudrillard, *Cool Memories IV*, São Paulo, estação Liberdade, 2002, p.57

<sup>5</sup> Aداuto Novaes(org.). *A descoberta do homem e do mundo*, p.47.

maior da retórica, a apresentação de uma voz pública com capacidade “inaudita”- só para falar de ouvido- de divulgação, mudaram a maneira de “sentir” o mundo dos homens que experimentaram essa tecnologia como o “novo”. Há também uma maneira nova de se “sentir” a política. Senti-la com intimidade e distanciamento. Intimidade pela voz e distanciamento do corpo. O rádio gerou também a curiosidade típica do “afastamento midiático”. É a descoberta de uma nova forma de se estabelecer contato com o “outro”- aqui um outro “auditório”, auditório que isenta a participação do receptor confinado a um espaço em comum com o locutor. Para se fazer política a partir da década de 1930 era necessário se ganhar mentes, corações e ouvidos.

O sentido último da relação de troca, a dimensão de sua força, está em criar um tipo específico de obrigação que se estrutura não apenas em função de uma lógica material de interesses individuais, mas em termos de uma lógica coletiva eminentemente simbólica. Não se fica portanto uma obrigação que seja vista como caráter unicamente de dívida, mas que se forja na noção de compromisso. Compromisso para com o “eu coletivo” e seus desígnios. A construção da liderança de Pedro Ernesto baseava-se no princípio do dar-receber-retribuir e os procedimentos de reciprocidade assumem uma função de fenômeno social “total”-na “Era das totalidades”-, isto é, econômico, jurídico e moral.

Verificamos com certa estranheza a comunhão de sentidos e de paixões que a política nos anos 1930 mobilizava, principalmente quando notamos a “apatia” dos discursos para com a mesma nos dias de hoje. Pedro Ernesto era brindado com poemas, músicas, enredo de escola de samba, mesmo quando sua memória, já desatrelada do centro de gravitação política, desafiava a “ordem” da ditadura de Vargas. Hoje o mundo político ganhou dimensões de descrença, de lugar de retórica até certo ponto “manjada”- a expressão da roubalheira e da sujeira aparecem quase como “lugares comuns” nos discursos. Esse trabalho se pergunta: como a política em torno de Pedro Ernesto construía essa comunhão de sentidos, desejos e projetos?

A tessitura dessas paixões faz uso do material cultural disponível tanto por parte da população quanto por parte da elite intelectual. E mais uma vez Machado de Assis tem razão quando ensina-nos através dos conselhos do pai ao “peralta”: “mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros”. A população acha na tradição mítica historiográfica acerca de Tiradentes uma atualização para Pedro Ernesto. E os intelectuais buscam nos clássicos as explicações para os caminhos trilhados pela história nacional. Ambas são buscas de explicações para o

“tempo vivido”. Tiradentes e Pedro Ernesto se relacionam como figura e preenchimento. Pedro Ernesto passa a ser a sombra e o simulacro do eterno mito, o retorno e a reinterpretação de um mito brasileiro e de mitos ocidentais. Essa era um intepretação que objetivava mostrar que todas as pessoas e acontecimentos da História do Brasil eram prefigurações do Novo Tempo- tempos de redenção, de progresso, tempo “tecido” por histórias de homens que se encontram no tempo do discurso. No tempo dos sentidos construídos e comungados, mesmo sendo anacrônico o encontro desses homens no tempo histórico.

A política como “vontade de ação” da década de 1930 deixa-nos com a sensação de saudosismo. Havia ali uma certa “inteligência coletiva”, certos “saberes compartilhados” que faziam a receptividade da retórica algo possível. Hoje, no mundo da “política como decepção”, ironicamente aprendemos com os animais como projetarmos uma sensibilidade coletiva<sup>6</sup>. Havia um poderoso medo das massas por parte das elites dirigentes. A resposta à pergunta: “Como dominar a massas?”, passou pela cabeça de grandes intelectuais, e também pelas diretrizes políticas dos anos 1930. O “problema-massa” ajudou a configurar o pensamento elitista. E o elitismo dos discursos políticos foram o “canto das sereias” para os intelectuais que analisam o período fazendo uso do modelo populista de análise historiográfica. Não souberam historicizar as fontes e também entender a sensibilidade do “medo das massas”, e acabaram por dar aos discursos da elite preponderância interpretativa frente a percepção da noção de “troca”.

Essa é uma reflexão de um homem de hoje, com os recursos de sua própria época. Se temos muitos recursos ,a precariedade ao avaliar o objeto histórico afastado do tempo presente nos faz enxergar vários obstáculos a frente. Por um lado, estamos munidos de uma ciência que conseguiu resultados expressivos ao interpretar a ‘recepção do discurso político’ em projeções biológicas. A influência decisiva do ‘cérebro emocional”nos eventos políticos, diz Newberg<sup>7</sup>, pode esclarecer, ainda por que os rituais são uma prática tão importante no teatro simbólico que é a política. Os movimentos estilizados e repetitivos, os símbolos usados nessa teatralização as diferenciam das ações cotidianas e, desse modo, ajudariam o cérebro a percebê-los como eventos mais significativos. Esses acessórios ativariam o sistema límbico, ora

<sup>6</sup> Ver a revista National Geographic Brasil edição de julho de 2007, cujo título de capa é “Inteligência coletiva- como o estudo de pássaros,abelhas,formigas e peixes vai facilitar sua vida-no trabalho,no aeroporto,na internet.”

<sup>7</sup> Ver ‘*Why God Won’t Away*’, Andrew Newberg , Ballantine Books,EUA,2001.

produzindo alegria e harmonia, ora tensão e medo, facilitando a transição para os estados alterados de consciência. Numa sociedade onde o consumidor cada vez mais é visto como referência, o público alvo das mensagens políticas é visto como ‘coleccionador de sensações’ e ‘consumidor de impressões’. Mas como sabemos que a história da ciência é marcada pela parcialidade, por ser produto de ações humanas, nos perguntamos o quanto essas novas informações podem nos ser necessárias e o quanto elas não confirmariam o discurso de um tempo histórico datado. Poderíamos cair na antiga armadilha das interpretações elitistas, vendo no eleitor um “participante passivo”- mesmo com toda incoerência expressa no termo.

Quando nos propomos a analisar um indivíduo através das vozes que o classificam verificamos uma série de virtudes proverbiais, de defeitos igualmente proverbiais, algumas extravagâncias e inflexíveis observâncias às regras. Portanto quando trabalhamos com discursos em espaços de conflito podemos projetar imagens de Pedro Ernesto de como o próprio queria ser percebido, de como o percebiam sem que o mesmo tivesse como conter as classificações, de como ele percebia o seu universo social e de como o universo social o percebia. As classificações modificam-se continuamente. O que o personagem do pai na “Teoria do Medalhão” de Machado de Assis tenta ensinar ao filho é como conter, como se apoderar, como limitar os efeitos dessas classificações. Mas o universo político é por demais contingente. Neste sentido neste sempre o personagem é o determinante da ação. Neste sentido a História política nos permite perceber que o acaso é sempre algo que sucede “em má hora”-para os que se imaginam como únicos determinantes das ações- interrompendo assim o “tempo”, e as “narrativas planejadas”, concebidos segundo parâmetros lógicos, do círculo ou da linha. São essas “aporias da contingência” que impedem o sucesso dos modelos de interpretação populistas. Mas, sub-repticiamente, o dito de Karl Krauss sobre a efetividade da “verdade” dos discursos torna-se relevantes: “As verdades mais genuínas são aquelas que podem ser inventadas”. E neste sentido o “pai do menino peralta” de Machado teria suas razões.

## Sociogênese do nome

### 2.1 Primeiros nomes, primeiros adjetivos.

Esse trabalho apresenta – como definimos na introdução – um recorte histórico que se foca na conjuntura que representa o ápice da vida pública de Pedro Ernesto. Quase todos os poucos trabalhos que tratam da vida do nosso “objeto de estudo” não fazem reflexões sobre os anos que antecederam a década de 1930. Para que possamos compreender, no entanto, alguns aspectos fundamentais de associações feitas para com o mesmo, achamos necessário perscrutar alguns elementos que são fundamentais para a compreensão do sucesso do carisma de Pedro Ernesto, e que possuem nexos com o que denominamos neste trabalho como “sócio-gênese do ator social”.

A primeira pergunta que propomos neste momento com o intuito de servir como nosso “cicerone” é: qual a importância da família de Pedro Ernesto na sua formação profissional e intelectual? Pergunta esta que se faz necessária, ao passo que seus biógrafos enfatizam a suposta importância da figura de seu pai Modesto do Rego Batista na formação de uma “certa concepção” política do filho.<sup>1</sup>

Modesto Batista do Rego foi um pequeno comerciante de atacado em Recife e um importante líder maçônico. A dificuldade de se obter informações precisas sobre essa fase da vida de Pedro Ernesto está no fato do mesmo nunca ter proposto para si mesmo um trabalho do que chamamos nesta dissertação de “memorialista” e nem mesmo de “celebração biográfica”. Os relatos da sua vida de infância encontram-se de maneira mais clara nas suas correspondências particulares.

O trabalho de Barata nos sinaliza o fato de ser Recife um privilegiado *locus* de influência maçônica.<sup>2</sup> A decadência política local teria ajudado a configurar uma maçonaria que agia, durante os primeiros vinte anos da Primeira República, de maneira distinta da antiga maçonaria imperial – mais associada às classes dirigentes e poderosas. Em Recife a maçonaria teria uma influência mais abrangente: uma maçonaria que se concebia como instituição criada para beneficiar a humanidade em oposição à antiga

---

<sup>1</sup> Ver o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.

<sup>2</sup> A. M. Barata, *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*.

maçonaria de influência francesa que privilegiava mais a atuação política direta. O autor também sugere-nos os diversos tipos de trabalhos filantrópicos – como a alfabetização de populares e a divulgação de informes sanitários, dentre outros – desenvolvidos pelos maçons em Recife. Essas informações ajudam-nos a entender um pouco mais sobre o universo em que vivia o pai de Pedro Ernesto.

Sobre a influência de seu pai temos esse relato do próprio Pedro Ernesto:

[...] Papai foi um homem de retórica enérgica. Hipnotizava seus companheiros com suas idéias simples e com sua argumentação objetiva. Foi um homem atento as questões conjunturais e sempre um passo a frente da realidade política daqueles tempos [...].<sup>3</sup>

Esse trecho de uma carta enviada a seu filho quando se encontrava preso em 1937 sugere-nos uma perspectiva sobre o mundo político da Primeira República bastante dominada pela subjetividade do entendimento político do próprio Pedro Ernesto sobre “aqueles tempos”. A década de 1930 produziu um universo mental próprio para o entendimento desse momento histórico – o que discutiremos mais à frente. No entanto, nos parece bastante clara a oposição política do pai de Pedro Ernesto ao regime vigente. Atentemos, então, a este trecho de uma outra carta:

[...] Os debates em minha casa eram marcados por ásperas críticas ao cenário político. Boa parte do que era discutido estava ainda reservado a concretização futura. As idéias discutidas me encantavam e ao mesmo tempo me desanimavam quando na adolescência pude perceber o quanto estavam distantes do real. Todos aqueles homens cheios de idéias me eram grandiosos e pequeninos [...].<sup>4</sup>

Há aqui uma interessante formação de uma certa “jurisdição moral” ou, em outros termos, uma noção de grandeza que se alimentava da percepção de sua própria impotência. Assim, homens de idéias grandiosas e “pequeninos” por não poderiam executá-las. O “encantamento” aparece na discussão das idéias que projetam um horizonte de expectativa. O horizonte projetado escapa às possibilidades de concretização no espaço de experiência vivido. Como nos sugere o aforismo de Berlin: “Impotência política significa liberdade espiritual: derrota material significa vitória moral”.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Carta a seu filho Odilon Batista, in: *Anos de prisão*.

<sup>4</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB, 193108/12.

<sup>5</sup> Ver Isaiah Berlin, “O sentido de realidade”, p. 333.



O “homem singular” da figura do pai vira “homens”. O pai era apresentado como “singular-coletivo”, como representante de uma oposição a um passado condenável e condenado pela história: “reservado à concretização futura”.<sup>6</sup> A narrativa permite o estabelecimento de nexos de convencimento afetivo para o próprio Pedro Ernesto e de convencimento ao leitor. A narrativa é disposta como estruturadora de um universo mental e que possibilita a “unidade” do que se propõe a ser entendido.

Finalmente, o pai era tido como arquétipo do líder e “apresentador” do universo político ao filho: “[...] foram nessas reuniões que eu aprendi o que era o homem político em seu *locus* [...]”. O líder político que o pai havia sido nas memórias de Pedro Ernesto conflui com o líder político que o filho acabou sendo: um político de frases curtas, de entrada pessoal no discurso, com apelo à narração e à experiência vivida como forma de argumentação e intimidade no uso público da língua. Como orador político, ele parecia um escritor de cartas, sempre buscando estabelecer um clima de confiança.

Esta é uma influência que destoa do padrão sociológico apresentado nos estudos de Sérgio Miceli<sup>7</sup>. Para o autor haveria uma certa orientação ao trabalho intelectual baseada no que chama de “divisão sexual do trabalho de reprodução”. Em seus estudos a orfandade de alguns intelectuais, a falência de seus pais e doenças que provocariam a interrupção nas carreiras pretendidas de certa forma representariam “formas de mutilação social” que bloqueariam o acesso às carreiras “dominantes-masculinas”. Já Pedro Ernesto teve no pai um “orientador” para a construção do entendimento básico do universo político, mas não deixou em seus fragmentos de memória algum “ressentimento” que nos indique ser determinante para a escolha de sua profissão. A área de medicina também está longe de ser uma carreira de “inclinação inferior-feminina”.

O trabalho de Miceli sugere-nos nexos históricos explicativos interessantes, mas não no nosso caso. O trabalho esbarra segundo o próprio Antônio Cândido, no prefácio do livro, nos “miúdos” que atrapalhariam as “generalizações”. Como neste trabalho buscamos explicações peculiares e singulares não podemos fazer uso da tese central do autor citado.

## **2.2 Ernesto Médico, Ernesto “curador do corpo-político”:**

<sup>6</sup> Sobre o “singular-coletivo”, R. Koselleck.

<sup>7</sup> Sergio Miceli, *Intelectuais a brasileira*.

Pedro Ernesto custeou com dificuldades sua formação universitária. Iniciou o curso de medicina na Bahia e posteriormente foi para o Rio de Janeiro onde o concluiu. A sua família também não possuía um “capital de relações sociais” para fazer uso em momentos de dificuldades. A aproximação para com Augusto Amaral Peixoto foi o que lhe permitiu a inserção no ambiente profissional e também os primeiros contatos com a ação política. A escolha da profissão esteve ligada a uma concepção de abertura ao mundo exterior, tendo em vista que ele:

[...] Via a medicina como a possibilidade de lidar com diversos tipos de pessoas. Era um escape a minha tendência à timidez e à introspecção. A medicina foi a oportunidade de agir em organismos individuais e no organismo social [...].<sup>8</sup>

O médico era como aquele que decifra o sentido do que vê em si e no outro. E esse outro é apresentado em diversos momentos como o “marginalizado”, como a “vítima social”. Neste sentido a escolha profissional se aliou a uma opção de “ação política”. Apresentou-se no encontro da esfera política com a profissional a oportunidade de atuar “de fato” no mundo. O uso da metáfora do “organismo social” também nos é interessante, pois nos possibilita entender a forma como Pedro Ernesto percebia o seu universo social e como “partilhava” a linguagem do mesmo.<sup>9</sup>

De fato, a profissão de médico representava um diferencial público na vida de Pedro Ernesto. O substantivo médico que representa uma profissão se transformou num “adjetivo poderoso” do seu carisma. Em diversos discursos posteriores veremos que Pedro Ernesto se tornou “o médico”, e sua variante popular “doutô” também.

Sobre a vida universitária e a busca por uma orientação independente no mundo, consideremos o seguinte trecho:

“Na universidade me sentia mais poderoso. Os primeiros tempos foram de saudades. Os tempos que se seguiram a sedimentação da mesma foram tempos de liberdade. O mundo se alargava e exigia-me novas atitudes, para que pudéssemos transformá-lo em um lugar mais justo”.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Arquivo Pedro Ernesto ,PEB, 193304-11.

<sup>9</sup> O uso da linguagem organicista é bastante conhecido nas ciências humanas e sociais. A confluência entre as linguagens médica e social foi bastante comum no século XIX. Na década de 1930, com a nova “ordenação” do projeto estatal, essa linguagem voltou a ser bastante partilhada no meio político e o “corpo saudável” do Estado veio a representar diversas matizes de projetos de ordem.

<sup>10</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 193405-12.

A ansiedade de influência e a vontade de se fazer livre da mesma se fez presente no alargamento de relações sociais de Pedro Ernesto. As contingências que se apresentaram na trajetória de sua vida mostram no homem a “vontade de ser diferente”, o “desejo de estar em outro lugar”. Isso significa por vezes a negação de si mesmo: ser diferente do que projetam os arranjos imagéticos da esfera de influência familiar; estar longe dessa esfera e perto; a possibilidade de perceber sua posição nem de dentro, nem de fora e, ainda, a posição de expectador de sua própria vida na memória tardia. Pedro Ernesto demonstra-nos neste trecho o desejo de estar em outra parte, num tempo e lugar dele mesmo, uma “vontade de recriar o mundo”. A recriação presume a combinação de elementos de interpretação e concepção de mundos novos com uma herança – o que lhe dava uma certa possibilidade de manusear estruturas de coerência já existentes. Esta aparente contradição entre “recriação” e “apropriação” de uma herança projeta-se no processo que Nietzsche certa vez definiu como “desejo de ser diferente”. Esse processo ocorre quando o menino deixa a família e se distancia da mesma, momento este de “contato” com um mundo novo. Do mundo antigo, Pedro Ernesto carregava a vontade de fazer o mundo um “lugar mais justo”.

Após formar-se Pedro Ernesto trabalhou na “farmácia prática” e na Policlínica de Botafogo, da qual se tornou diretor de clínica cirúrgica.<sup>11</sup> O trabalho nesses locais aumentou seu círculo de relações sociais e também no seu meio profissional<sup>12</sup>. O trabalho na “farmácia-prática” foi a oportunidade do que mais tarde ele reconheceu como “o primeiro contato verdadeiro com as classes populares”. O reconhecimento social sempre esteve associado diretamente à sua profissão e também à sua capacidade de excelente administrador.

Em 1922 Pedro Ernesto aderiu ao movimento de oposição a Artur Bernardes deflagrado pela jovem oficialidade do exército. A vitória eleitoral de Bernardes gerou descontentamento entre alguns setores militares que o viam como antimilitarista. Seus amigos Ernani e Augusto Amaral Peixoto Jr., filhos de seu sócio na casa de saúde, eram oficiais da Armada e se opuseram a Arthur Bernardes. Além disso, a prisão e morte do primo de sua mulher, José Aníbal Duarte no movimento de 1922, motivou-o a acompanhar mais de perto a situação política do país. Aos poucos, sua Casa de Saúde

---

<sup>11</sup> “Farmácia prática”: referência dada aos locais onde ocorriam consultas médicas e onde eram preparados e vendidos medicamentos. Os médicos destinavam dois dias semanais – segundas e quartas – às consultas populares.

<sup>12</sup> O que talvez explique o fato de ter conseguido empréstimos bancários e auxílios de comerciantes portugueses para a construção em 1918 e a posterior ampliação de sua Casa de Saúde, na Lapa.

abrigava e tratava fugitivos e vítimas de combate. Suas ambulâncias chegaram a transportar armas dos revoltosos. Com o crescimento de sua atuação política iniciou-se a sua aproximação com o tenentismo, o que veio a ser muito importante para que fossem forjadas suas visões políticas após 1930.

Outro acontecimento importante para a compreensão de sua ligação ao tenentismo foi a sua adesão à conspiração que tinha o intuito de revoltar os navios da Esquadra fundeados na Bahia de Guanabara em ato destinado, mais uma vez, a se opor ao presidente Arthur Bernardes. Neste acontecimento Pedro Ernesto chegou a ser preso por alguns dias, sendo solto pelo intermédio político de seu tio-avô André Cavalcanti, então presidente do Supremo Tribunal federal.

Pedro Ernesto também acabou dando apoio à Coluna Prestes. Ajudou a organizar uma rede de apoio aos tenentes perseguidos. A sua casa de saúde se tornou o principal refúgio e ponto de encontro dos tenentes na Capital Federal. Pedro Ernesto também deu apoio à publicação do jornal *5 de Julho*, que divulgava os ideais dos “tenentes” e que homenageava com seu “nome” a revolta do Forte de Copacabana. Mais uma vez fortaleceram-se os vínculos identitários de Pedro Ernesto para com o “tenentismo”.

A adesão de Pedro Ernesto à Aliança Liberal, em prol da campanha de Getúlio Vargas à presidência, também é um fato relevante, pois o colocou diretamente ligado aos futuros resultados do que os agentes da época chamaram de Revolução de 1930.<sup>13</sup> Pedro Ernesto esteve diretamente ligado ao movimento de deposição de Washington Luís. A convergência entre “tenentes” e a Aliança Liberal gerou uma “cisão” entre os próprios tenentes. Luis Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, recusou a chefia da Revolução, desligou-se do movimento e denominou os

<sup>13</sup> Emprego o termo ‘Revolução’ como este se encontra nos jornais da época. A historiografia há muito discute a seguinte questão: “Os acontecimentos de 1930 caracterizam um processo revolucionário, um golpe de Estado, ou até mesmo uma rebelião?”. Definirei aqui tais conceitos. A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica. Para Norberto Bobbio, a Revolução se distingue da rebelião ou revolta, “porque esta se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita” e é, na maioria das vezes, isenta de motivações ideológicas. A Revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos. Além disso, a rebelião ou revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite. Doravante trataremos do tema como Revolução, até porque durante as sinuosas curvas históricas confrontaram-se versões com o intuito de dar um significado ‘verdadeiro’, ou uma noção ‘mito fundador’, à série de acontecimentos de 1930. A historiografia dos anos 30 e meados do 40 legitima o termo ‘Revolução’ ressaltando o ‘porquê’ a partir da construção de um novo ‘tempo histórico’ que se inicia.

acontecimentos de “aventura golpista”. Algumas cartas entre Prestes e Ernesto foram trocadas numa tentativa de aliança que não deu certo.

O assassinato de João Pessoa fez com que novas articulações fossem projetadas para a derrubada de Washington Luís. Foi Pedro Ernesto quem ajudou a convencer o ex-presidente Arthur Bernardes a aderir à Revolução. Suas ligações com o levante do 3 de outubro foram notórias e fundamentais para o sucesso do mesmo. O levante no Rio de Janeiro foi um fracasso e Pedro Ernesto fugiu para Minas Gerais. De lá ajudou a organizar e estruturar o movimento que levou a deposição final de Washington Luís. Seu nome ficou atrelado fatalmente à história da “Revolução” e todos os acontecimentos explicativos que o teriam levado a tal, segundo uma ‘versão historiográfica tenente’.

### 2.3 Ernesto “Revolucionário”

A Revolução de 30 contou com o apoio da maioria da imprensa carioca e paulista, apesar de, nos primeiros dias da rebelião, os jornais do Rio permanecerem sob censura rígida, tendo os de São Paulo se libertado mais rapidamente da obrigação de só oferecerem notícias oficiais. Os jornais do Rio estavam mais perto da frente de batalha e saudaram a entrada de Getúlio Vargas na Capital da República com muita efusão e relativa desconfiança.

O *Jornal do Comércio*, em sua edição de 4 de novembro, mesmo sendo favorável à permanência indefinida da Junta Governativa, limitou-se a noticiar a cerimônia de posse do presidente provisório, num conjunto de notas sob o título “A Situação”:

[...] O Sr. General Tasso Fragoso fez um discurso, passando o governo ao presidente Getúlio Vargas que causou funda impressão e vai repercutir da mesma forma em todo o país. De fato, com a eloquência que lhe é habitual, o Sr. General Tasso Fragoso mostrou as grandes culpas do ex-presidente Washington Luís, os seus erros, as suas violências, o seu desprezo pela opinião pública. Poucos documentos fizeram com igual vigor a extravagância do governo deposto. Por outro lado, o Sr. General Tasso Fragoso reconheceu a vitória da Revolução, proclamou esse triunfo, louvou os intuits das reformas a serem realizadas. Elogiando a beleza da forma, a energia das expressões e o patriotismo desse discurso histórico, devemos também elogiar o modo pelo qual a Junta Governativa provisória e seus principais colaboradores se portaram em poucos dias de uma interinidade tão proveitosa e delicada. O país inteiro faz justiça ao Sr. General

Tasso Fragoso, ao Sr. General Mena Barreto e ao Sr. Almirante Isaías de Noronha [...].<sup>14</sup>

A Revolução repercutiu na imprensa estrangeira, tendo o jornal francês *L'Intransigeant* publicado a 4 de novembro uma longa entrevista do ex-presidente Epitácio Pessoa, solidarizando-se com a nova ordem. Lê-se num trecho:

Tratando do movimento revolucionário que acaba de triunfar no Brasil [...] declarou o entrevistado sentir-se com isenção de ânimo bastante para tratar da política brasileira. Falando dela, não o inspira nem interesse nem paixão. Não tem mais aspiração de espécie alguma em seu país. Referindo-se ao ex-presidente Washington Luís, disse que com ele sempre mantivera boas relações políticas e pessoais, as quais só há alguns meses foram interrompidas, isso porque, consultado sobre a candidatura Júlio Prestes, que fora por ele apresentada à sua própria sucessão, discordara, sustentando a opinião de não caber ao presidente em exercício tal prerrogativa, privativa dos elementos partidários. No dia em que o presidente pudesse indicar o seu sucessor e valer-se de amplos poderes de seu cargo para fazê-lo eleger, o regime representativo passaria a ser uma comédia. O Sr. Washington Luís não soube nunca perdoar este modo de ver, expresso, aliás, com toda moderação e sempre com referências atenciosas a sua pessoa [...] Para fazer triunfar essa candidatura pessoal, dirigiu-se aos estados, ou melhor, aos governadores dos estados. Cada um destes, consultado separadamente, não teve tempo de se concentrar com outros para juntos se oporem a essa deturpação do regime [...]. Houve, todavia três exceções. Os estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba entenderam com razão que a intromissão do presidente na indicação e escolha de seu sucessor (um homem novo, sem dotes ou méritos excepcionais, com serviços muito inferiores a outros homens públicos) representava uma adulteração do sistema republicano de governo e um precedente que poderia no fundo autorizar outros abusos. O que se passou no Brasil após essa manifestação dos três citados estados foi tudo o que se pode imaginar de mais lamentável. O presidente perdeu inteiramente a noção de seus deveres constitucionais e se atirou furiosamente contra os três estados dissidentes, pondo em prática os meios de corrupção, de fraude e de compressão para reduzir nesses estados a votação do Sr. Getúlio Vargas, oposto a Prestes pelos liberais. Demissões de funcionários públicos, desorganização de serviços administrativos, violação de correspondência, falsificações de alistamento eleitoral, majoração escandalosa do número de votos dados ao candidato oficial, pressão exercida por tropas do Exército [...].

Os trechos citados pelos jornais acima dizem muito sobre os anos de 1930 a 1937. Essa conjuntura de sete anos se configura como um campo de lutas para se fundar uma nova história, uma ‘nova era’, com seus signos próprios. Sobre as práticas eleitorais marcadas pela ‘corrupção’ durante a República Velha a historiografia já discutiu bastante, em muito influenciada pela visão dos anos 30. O corte e a ruptura revolucionária no curso da história eram claramente situados em um acontecimento político: a Revolução de 1930.

<sup>14</sup> *Jornal do Comércio*, 22/04/1930.

A ansiedade se instalou: a necessidade de estabelecer coisas, de impor limites, de distinguir ‘a velha história’ da ‘nova era’. Buscava-se, como resposta, dar um novo significado à sua realidade, inserindo nela uma simbologia, uma marca. E essa marca se faz tão forte que como podemos afirmar que ‘aquilo’ que aqueles homens viveram não foi o que deixaram em seus relatos? A partir da destruição de um passado, eles criaram um novo sentido de possibilidade. Quando tudo parecia destruído, desintegrado, eles reagiram a uma necessidade imperiosa de dar sentido às coisas ordenando o social segundo novos princípios. Esses princípios ainda permanecem como uma denúncia à corrupção dos anos anteriores – e quem nega isso à luz de hoje? É claro que as fronteiras logo se endureceriam, e a paisagem veio a apresentar novamente um aspecto de imobilidade.

A Revolução de 1930 assumia, assim, o caráter de um movimento de libertação da “trágica” experiência liberal da Primeira República. O contexto político em que esse movimento se realizou fora o de uma verdadeira perda de autoridade e de esgotamento de fórmulas de conciliação política. A ameaça de anarquia era profunda, pois a perda de autoridade era visualizada como uma autêntica perda do próprio curso da ‘evolução normal do país’, como uma perda de suas tradições de ordem, irremediavelmente comprometidas pelo divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas. E a ameaça política imediata, que atualizava para o mundo os conflitos deste divórcio crucial, era o descontentamento popular, materializado na chamada “questão social”.

Definidas as apropriações de ‘auto-imagens’ da Revolução de 30, cabe-nos destacar o papel do homem e sua relação simbiótica com a mesma. Por ‘homem’ não se entende o homem genérico – já que o mesmo é associado a perspectiva de ‘homens em ação’, que construíram a visão hegemônica acima –, e sim o homem singular: Pedro Ernesto Batista.<sup>15</sup> E para que possamos interpretar o papel de nosso “indivíduo-objeto”, cabe neste momento descrever o que pensamos como relação entre homem e história.

Entende-se que o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ não são entidades estanques, mas apenas perspectivas diferentes de uma mesma instância. Associando-se ‘auto-imagem’ e ‘composição social’, compreende-se as relações entre ambos – o que Elias chama de *hábitus*.<sup>16</sup> O que esse trabalho pretende, portanto, é compreender as relações

<sup>15</sup> Sobre a definição de homens em ação, Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*.

<sup>16</sup> Para melhor compreensão das relações entre ‘auto-imagem’ e ‘composição social’, Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*.

que se dão entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular, a qual chamamos de indivíduo, e da pessoa singular com a pluralidade. Neste sentido Pedro Ernesto liga-se aos homens de seus tempos, atuando e sendo influenciado pelos “constructos culturais”<sup>17</sup> do seu viver histórico.<sup>18</sup>

Uma outra categoria que aparecerá mais à frente e que precisa ser explicitada é a de ‘mito’.<sup>19</sup> Entendemos como mito não uma história necessariamente falsa ou inventada. Parafraseando Portelli, “... é, isto, sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”. Portanto um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições, dependendo, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo.

Quando a imagem de Tiradentes é atribuída a Pedro Ernesto, ele passa a ser visto enquanto um mártir e um mito.<sup>20</sup> E o que poderia ser mais construtor de identidade que um mito em referência a um passado longínquo, porém nacional, e fundador de uma realidade republicana? As representações utilizam fatos e alegam que são fatos. Por sua vez, os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações. Tanto os fatos quanto as representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são

<sup>17</sup> Sobre os ‘constructos culturais’, Clifford Geertz, *Nova Luz sobre a Antropologia*.

<sup>18</sup> Tais discussões estiveram presentes em calorosos debates, por mais de um século, nas Ciências Humanas, e em muito na perspectiva do que os alemães designaram *Weltanschauung*, isto é, os valores ou princípios culturais subjacentes que definem a filosofia da vida ou a concepção do universo de uma sociedade ou grupo. Mas em seu contexto alemão original, do final do século XIX, a noção de uma “teoria das visões” do mundo foi identificada como uma teoria das “ciências humanas”, a qual rejeitava a redução dos fenômenos culturais às suas causas sociais. A teoria está associada à tradição do ‘Historicismo’ do final do século XIX, especialmente à teoria das ciências humanas de Wilhelm Dilthey. A teoria hermenêutica de totalidades culturais de Dilthey sublinhou as origens não racionais das visões do mundo em impulsos religiosos e estéticos assim se opondo a qualquer explicação redutora e materialista de sua gênese social. Na década de 20, Karl Mannheim redefiniu o debate em termos metodológicos ao propor uma sociologia hermenêutica do conhecimento que criticava a teoria das visões do mundo, que evitava o dogmatismo do marxismo ortodoxo quanto à concepção geral de ideologia. Finalmente, Jürgen Habermas atribuiu o fracasso da abordagem de Dilthey a uma hermenêutica objetivista com raízes em um vitalismo insustentável e irracional. Sua argumentação, influenciada pela psicologia do desenvolvimento e pelo estruturalismo, baseia-se numa análise da evolução do que foi traduzido como “visões do mundo”, mas desempenha papel significativo em discussões técnicas nas esferas da sociologia da cultura; não obstante, a problemática a que ele se refere envolve muitas das questões-chaves da teoria cultural contemporânea.

<sup>19</sup> Uma boa discussão sobre mito e política se encontra nas obras de Alessandro Portelli e José Murilo de Carvalho, respectivamente, *O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1940: mito e política, luto e senso comum)* e *A Formação das Almas*.

<sup>20</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 0656 A 0664.



envoltos em suas linguagens – como veremos nas formas de linguagens populares e oficiais sobre Pedro Ernesto.

A situação de Pedro Ernesto era muito peculiar. Embora ele fosse socialmente dependente e subordinado ao governo federal, a sua extraordinária percepção de “*marketing político*” fez com que um ‘compromisso’ efetuado numa relação de trocas para com a população do Distrito Federal fosse antecipado em alguns anos – o que o Governo Federal mais tarde se apropriou e utilizou em muito inspirado no sucesso experimental do interventor da Capital.

Pedro Ernesto era, portanto, um político excepcionalmente talentoso, atuando em uma conjuntura na qual o governo federal ainda não dominava noção dos “constructos sociais” que lhe garantiriam hegemonia.

Por outro lado o Estado que surgiu – o Estado Novo – não tolerou e não previu lugar a competidores à sua futura hegemonia plenamente inventada às luzes de sua realidade. Evidencia-se um conflito entre a vocação pessoal e a vocação de uma era: a Era Vargas.<sup>21</sup>

Finalizando as relações teóricas anunciadas nos últimos quatro parágrafos, cabe-nos evidenciar o que entendemos como *vocação política*.<sup>22</sup> Quer-se compreender como vocação política apenas a liderança ou as influências sobre a liderança dentro de uma associação política. Segundo Trotski, em Brest-Litovsk, e com a concordância de Max Weber: “Todo Estado se fundamenta na força”.<sup>23</sup> Weber chama a ‘vocação de liderança’ de “dom”.<sup>24</sup>

Analisaremos dois substantivos dentre os vários correspondentes a ‘dom’: mérito e graça. Por mérito entendemos aquilo que faz ou fez uma pessoa merecedora ou digna de algo. Em oposição, o termo ‘graça’, que como sinônimo de ‘nome’ há muito perdera sua popularidade, ganhou o sentido cristão de concessão da graça divina.<sup>25</sup> Ficaremos com o termo mérito, pois ele indica uma ‘ação’ pela qual um indivíduo merece ou construiu algo merecido. O termo ‘graça’ fica por conta de algo que escapa aos domínios das teorizações políticas, é algo no campo do transcendente. Segundo Weber, todo líder tenta construir:

<sup>21</sup> Novamente sobre as relações de um homem e a sociedade e o fato de estar à frente de seu tempo, Norbert Elias, *Mozart: Sociologia de um gênio*.

<sup>22</sup> Ver Max Weber, *A política como vocação*.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>24</sup> Sobre ‘dom’ ou ‘dádiva’ cabe sempre citar os excelentes estudos de Marcel Mauss: *Ensaio sobre a Dádiva e Dom, Contrato, Troca*, bem como a terceira parte de *Ensaio de Sociologia*.

<sup>25</sup> Sobre a etimologia das palavras, Reinaldo Pimenta, *A casa da Mãe Joana – curiosidades nas origens das palavras frases e marcas*.

[...] dedicação pessoal e confiança pessoal na relação de heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio ‘carismático’ exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo senhor de guerra eleito pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político.

Abrem-se mais duas características à liderança que aparecerão mais à frente: demagogia e heroísmo.

## Nomes, discursos e conciliação com o tempo

### 3.1 Do Ernesto Revolucionário ao Ernesto do “centro-ordem”:

A história de Pedro Ernesto está intimamente ligada à história da “Revolução de 30”. O adjetivo “revolucionário” seguiu a história do nosso prefeito desde o momento de sua ascensão pública – atrelado a “Revolução” – até o momento de sua retirada do centro do poder, quando em 1935 foi acusado de articular-se com os comunistas contra o governo varguista. Num primeiro momento a sua imagem é “colada” aos atributos positivos da “Revolução” que teria varrido do mapa um “Brasil atrasado”.<sup>1</sup> Já no outro momento sua figura é deslocada para a imagem do incansável “revolucionário”, daquele homem que não sabe parar seu “impulso à revolução” para que seja preservada a ordem necessária das coisas e do mundo.

O termo revolução foi trazido às ciências humanas pelo vocabulário moderno para designar no pensamento político, dentre várias possibilidades, “a tomada ilegal, usualmente violenta, do poder que produz uma mudança fundamental nas instituições de governo”.<sup>2</sup> A noção que os agentes históricos emitem sobre a “Revolução de 30” faz-nos perceber o intuito dos mesmos em marcar a diferença desses anos iniciais para com o passado da história nacional. Como Gomes destaca, os agentes sugerem “o estatuto de um novo começo na história do país” e este seria um “autêntico redescobrimento do Brasil”.<sup>3</sup>

O reconhecimento público de Pedro Ernesto, em grande âmbito, teve início num momento fundamental da história do Brasil. Seria 1930, para os homens que o viveram, “o acontecimento mais importante da História do Brasil”. Fundem-se o homem e a Revolução. Metamorfoseiam-se os caminhos do homem e os caminhos da Revolução. O nosso Pedro Ernesto “revolucionário” seria como um filtro que perpassaria toda a história pública do homem. Pedro Ernesto estaria definitivamente ligado a um momento de re-significação da maneira de se pensar a terra e a história que

<sup>1</sup> Dentro do que chamamos neste trabalho de “versão historiográfica tenente”.

<sup>2</sup> Ver *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, p.663.

<sup>3</sup> Ver *Estado Novo: Ideologia e Poder*, p.112.

nela fazem os seus homens. São esses “homens de ação” que no pensamento moderno “urgem” grandes narrativas.

As fronteiras entre a anarquia e a ordem são pensadas com o pecúlio próprio do pensamento político até aquele momento possível. A Primeira República é colocada na versão explicativa dos tenentes num primeiro momento como antítese do que se deseja. Ela representa a “anarquia”, “o caos” e o “tumulto”.<sup>4</sup> Esse tumulto deveria ser interrompido – assim como a revolução poderia interromper o “curso comum dos astros” – por uma revolução. Em um primeiro momento teríamos uma grande força caótica derrubando o próprio caos e forçando o mesmo posteriormente a se organizar e ganhar outro rumo, outra rota, outra “ordem”.<sup>5</sup>

Colocando no plural o que Gomes nos sugere: a revolução passa a significar uma violência “limitada”, identificada com *várias* propostas de ordem. Foram essas propostas que entraram em confronto em 1935.

Falaremos desta proposta, de como ela se articulou aos discursos emitidos por Pedro Ernesto, como ela foi atribuída por meios de comunicação a Pedro Ernesto e como ela “organizou” uma interpretação do que seria o “ideal” de ordem de Pedro Ernesto como agente singular e coletivo simultaneamente.

Logo após a derrota da oposição nas eleições de março de 1930, Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, jovens líderes da Aliança Liberal, intensificaram os contatos com os “tenentes”, convidando-os a participarem de um movimento armado para depor o presidente Washington Luís. Vários obstáculos retardaram a marcha da conspiração. Getúlio Vargas e Antonio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), mostraram-se a princípio cautelosos. Em maio de 1930, Luís Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, recusando a chefia militar da revolução, desligou-se do movimento e denunciou a “aventura golpista” da Aliança Liberal. Prestes ainda tentou sem êxito obter o apoio de Pedro Ernesto para divulgar na

<sup>4</sup> A própria idéia de “caos” retorna com força ao pensamento filosófico dos anos 30, com a inquietação trazida pela análise filosófica em torno da Teoria da Relatividade de Einstein. O mundo da física tradicional fora desmontado e o casamento proposto de *tempo* e *espaço* tornaria impossível distinguir as noções básicas de presente, passado e futuro. Neste sentido, se o que é passado já está escrito, o que é futuro também está. Isso criaria uma percepção de impossibilidade de arbítrio e, portanto, uma impossibilidade do “homem fazer a história”. Neste sentido o homem seria condicionado por ela e não a condicionaria. O caminho rumo a um Estado “autoritário” fora defendido por muitos projetos políticos como seqüência natural e inquebrantável da evolução dos próprios Estados. Houve uma tendência a “naturalizar” este processo.

<sup>5</sup> Mostra-nos Ângela de Castro Gomes que os pensadores do Estado Novo interpretavam a Revolução de 30 sempre fazendo referência à interpretação política hobesiana. Vejamos: “... como se a sociedade brasileira se encontrasse em verdadeiro estado de natureza: desorganizada, em conflito e sem a presença de um soberano definidor capaz de dar-lhe orientação e vida”, p.114.

capital seu manifesto em favor da revolução agrária e antiimperialista. Em junho, Pedro Ernesto viajou a Belo Horizonte, a chamado de Virgílio de Melo Franco, levando uma carta de Alberto Lins de Barros para Leopoldo Neri da Fonseca, avisando que o Rio Grande do Sul daria início à revolução no dia 16 de julho. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, considerou prematuro o lançamento da revolução e pediu a Pedro Ernesto que telegrafasse a João Alberto e Oswaldo Aranha dando conta de suas dúvidas e apreensões.<sup>6</sup>

O assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 deu novo alento às articulações revolucionárias, facilitando o trabalho de reaproximação entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como mensageiro e representante dos gaúchos, Pedro Ernesto ajudou a convencer o ex-presidente da República Artur Bernardes a juntar-se à Revolução. Em fins de setembro, Pedro Ernesto encontrava-se em Belo Horizonte quando recebeu de Oswaldo Aranha uma mensagem contra-assinada por Lindolfo Collor, comunicando a data do levante de 3 de Outubro e as últimas instruções para a revolta na Capital Federal.<sup>7</sup>

De regresso ao Rio de Janeiro, Pedro Ernesto constatou a inviabilidade de qualquer ação militar na cidade. Em 29 de setembro, a polícia carioca descobriu o transporte de armas e munições numa ambulância de seu hospital, obrigando-o a fugir para Minas Gerais. Desencadeada a revolução no dia 3 de outubro, Pedro Ernesto organizou o corpo de saúde das forças revolucionárias no setor de Minas Gerais. Em 14 de novembro, vitorioso o movimento revolucionário e instalado o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, Pedro Ernesto foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal.

Os fatos retrospectivos apresentados acima vinculam os passos do ‘indivíduo’ com a Revolução. Se a Revolução de 1930 produziu seus signos, sua versão vitoriosa contra um passado dito ‘atrasado’, os homens ligados à mesma receberam intimamente, em sua imagem política e pública, atributos ligados a ela.

As relações de forças que se confrontam por uma hegemonia da ‘memória’ podem ser alegoricamente comparada a um ‘furacão’. O ‘olho’ do furacão é seu centro, onde se situam os *estabelecidos*, próximos ao poder; sua periferia é o local dos

---

<sup>6</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

<sup>7</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.05.02.

*outsiders*. Quanto mais longe do ‘centro’ mais os atores históricos sofrem os efeitos devastadores do ostracismo.<sup>8</sup> Segundo Geertz, tais centros de poder:<sup>9</sup>

[...] consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental.<sup>10</sup>

E continuando, “[...] o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem mais próximo do centro das coisas”. Pedro Ernesto *enquadrrou o círculo*<sup>11</sup>, alinhou a sua ‘imagem política’ por conta das sinuosidades históricas.

No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, denominação dada pela imprensa ao grupo de “tenentes” e revolucionários de origem civil que se reunia no palácio da Guanabara em torno de Getúlio com o propósito de discutir o futuro do governo.<sup>12</sup> Em pouco tempo esse grupo percebeu a necessidade de se organizar politicamente a fim de fortalecer sua posição.

Segundo uma certa tradicional linhagem interpretativa que acaba por infiltrar diversas interpretações das ciências políticas, independentes de ideologias, é justamente nessas brechas do tempo histórico, presentes nas lendas de fundação, que emergem com mais força os verdadeiros dirigentes políticos.<sup>13</sup> De Hobbes a Arendt temos essa permanência. ‘Revolucionário’ e com sua auto-imagem atrelada às ‘benesses’ da Revolução, muitas congratulações ao fato foram rendidas a Pedro Ernesto. Segundo Michael L. Conniff, “respeitado pelos revolucionários históricos e íntimos de Vargas, Pedro Ernesto veio a ser o elo fundamental entre os revolucionários e o chefe do Governo Provisório”.<sup>14</sup>

Neste mesmo ano como manifestações das ‘trocas políticas’ nos anos iniciais do governo provisório, Pedro Ernesto, agradeceu em discurso à Rádio Cajuti, a

<sup>8</sup> Sobre os conceitos de ‘estabelecidos’ e ‘outsiders’, Norbert Elias, *Estabelecidos e Outsiders*.

<sup>9</sup> Sobre ‘centros de poder’, Clifford Geertz, *O saber local*.

<sup>10</sup> Geertz, 1988, p. 184.

<sup>11</sup> Expressão originalmente cunhada por Zygmunt Bauman, em *O mal estar da Pós-modernidade*, e que identifica o fenômeno de enquadramento da memória.

<sup>12</sup> Sobre essa atribuição “Gabinete Negro”, Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil*.

<sup>13</sup> Arendt, 1971, pp. 202-3.

<sup>14</sup> Cf. Michael Conniff, *Urban Politics in Brazil*; Odilon Batista, *Depoimento* e Hélio Silva, *1930: a revolução traída*.

homenagem prestada no palácio da Guanabara, por ser considerado *um leal revolucionário*, e assegurou o cumprimento dos ideais da Revolução:

A Revolução, aspiração de todos os brasileiros que desejavam o concreto, a melhoria, a cura dos males que nos afligiam, era um pensamento em meu cérebro desde 1922. Eu não acreditava, mesmo nos piores momentos de dúvidas, que um dia não fosse uma realidade e, assim, em períodos bem longos, com um número insignificante de companheiros, procurávamos diariamente os meios de manter e propagar a volta das esperanças perdidas de muitos...<sup>15</sup>

O discurso começa por estabelecer relações entre a Revolução e a aspiração do ‘povo’, o que indica as peculiaridades do discurso radiofônico no início da década de 1930. Revolucionários e ‘brasileiros’ se alinham. Este aspecto é fundamental se compararmos as “tipologias” dos discursos distantes dos políticos durante a República Velha, e a proximidade que Pedro Ernesto expressa em sua linguagem para com o ‘povo’. Apesar do confronto com discursos elitistas que ainda vigoravam no período, as ‘relações de troca’, falando para o povo e com o povo, era uma linguagem que simbolicamente os aproximavam.

No contexto do discurso à rádio Cajuti se ressaltava uma projeção de memória anterior à 1930 e à Revolução. Assim, de certa forma – conscientemente ou inconscientemente, essa não é a questão – Pedro Ernesto traz para si a ‘imagem’ do revolucionário, que reivindicava anos antes pelo projeto que se configurava no seu tempo presente. Dessa forma nosso personagem remete-se a atributos de classificação à sua auto-imagem. Classificar significa separar segregar. Segundo Bauman<sup>16</sup>, a classificação significa:

primeiro postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois que um grupo de entidades tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõe a algumas outras entidades; e por fim tornar real o que se postula, relacionando padrões diferenciais de ação a diferentes classes e entidades.<sup>17</sup>

Pedro Ernesto num primeiro momento se faz separar dos “revolucionários de última hora”, dos conhecidos no senso comum como “vira-casacas”, depois se une “a

<sup>15</sup> Todos os discursos de Pedro Ernesto às rádios se encontram no MIS – Museu da Imagem e do Som, n.110, dezembro de 1931.

<sup>16</sup> Zygmunt Bauman, *Modernidade e Ambivalência*.

<sup>17</sup> Bauman, 1999:9.

um grupo insignificante de companheiros”, e essa anexação acaba por dar unidade ao grupo de “revolucionários”, tornando através da reivindicação da memória sua identidade real. Lembramos que todo discurso que se pretende como ‘forjador’ de identidade, também se pretende verossímil, e durante esse processo buscam-se ‘versões’ que lhe confirmem legitimidade. Cabe através dessa “descrição densa” do discurso, identificar na palavra “insignificante” a marca do desejo de indicação de um grupo pequeno de ‘merecedores’ dos desígnios revolucionários, mais uma vez negando *acessus* aos ‘pseudoeleitos’ da revolução.

A força do discurso indica a força dos ‘momentos históricos’. Lembrando Braudel, ao definir as noções da temporalidade histórica, apontamos para a importância do encadeamento desse evento – um discurso – no desenvolvimento das atribuições significativas do tempo histórico.<sup>18</sup> Parafraseando Bahia: “mesmo sendo efêmero, o evento pode revelar a complexidade de significados expressos pelos atores sociais envolvidos no seu desenvolvimento”.<sup>19</sup> E é sobre um acontecimento significativo que nos prenderemos agora para termos noção do “calor político” no momento pré-constituente: o empastelamento do jornal *O Diário carioca*.

### **3.2 Pedro Ernesto diretor do Departamento Nacional de Assistência Pública**

A experiência clínica e administrativa de Pedro Ernesto e seu renome profissional o fizeram um dos mais respeitados e conhecidos profissionais da cidade. Somava-se a estes a sua participação efetiva no movimento revolucionário, chefiando o serviço médico das tropas militares em Minas Gerais, o que fez com que sua imagem fosse atrelada ao “centro motriz político” da Revolução.

Getúlio Vargas também precisava estabelecer sólidas bases de sustentação política no Distrito Federal, visto que nas eleições presidenciais a Aliança Liberal não tinha obtido um número expressivo de votos na cidade. Nomeando Pedro Ernesto para o Departamento Nacional de Assistência, Vargas ampliava suas bases de sustentação política neste importante reduto eleitoral.

<sup>18</sup> Ver Fernand Braudel, “A Longa Duração”, in: *História e Ciências Sociais*.

<sup>19</sup> Ver Joana Bahia, *O Perigo Alemão: breve análise de um conflito étnico*, p.21.



A imprensa<sup>20</sup> noticiou a nomeação de Pedro Ernesto com reportagens favoráveis à mesma. Destacamos a reportagem do *Jornal do Brasil*:

Não podia ter sido mais feliz a escolha do novo diretor da Assistência Hospitalar do Brasil. Cientista e patriota, o novo diretor da Assistência Hospitalar do Brasil sempre se distinguiu pela actuação desassombrada e eficiente em prol da realização dos ideaes revolucionários, sob cujo lábaro se alistou na jornada memorável de 1922, prestando de então para cá, os mais assinalados serviços ao advento do Brasil novo.<sup>21</sup>

O discurso do *Jornal do Brasil* reproduz o discurso da “narrativa tenente” para explicar a nomeação de Pedro Ernesto, narrativa poderosa que chega aos meios de comunicação. O ano de 1922 é apresentado como marco inicial de uma “jornada memorável”, jornada que teria se iniciado deste ano e estabelecido a oposição aos “tempos sombrios”, ao passado que seria “varrido” pelo Brasil do presente – “Brasil novo”.

Ser patriota estava associado à participação em todo o processo que teria levado à Revolução de 1930. O discurso apresenta atípica estrutura de discursos que anunciam os “tempos novos”. A oposição se faz usando as tradicionais oposições de “luz” e “sombras”. A atuação de Pedro Ernesto segundo o jornal foi “desassombrada”. Ele não teria escondido, nem nos momentos mais difíceis, sua atuação em prol da Revolução.

Os “ideais” da revolução é que dariam o tom da ação do homem Pedro Ernesto. Ações estas que jamais macularam os ideais já que as mesmas estão condicionadas a uma “jurisdição moral” superior.

O “tom” da reportagem tem muito do que Todorov chama de “comemoração”: “a história complica nosso conhecimento do passado; a comemoração a simplifica, já que seu objetivo mais freqüente é o de nos fornecer ídolos a venerar e inimigos a abominar. A primeira é sacrílega, a segunda sacralizante”.<sup>22</sup> A matéria fornece um ídolo ligado a uma narrativa épica, no sentido que o épico tem de relatar “acontecimentos extraordinários e memoráveis”. Há também a ação de sacralizar o homem dentro da história.

<sup>20</sup> *A Noite*, 14/11/1930, p. principal, *Diário de Notícias*, 15/11/1930, p. principal com foto; *O Globo*, 14/11/1930, p. principal; *Correio da Manhã*, 15/11/1930, p. 3 e 19/11/1930, p. 3.

<sup>21</sup> *Jornal do Brasil*, 16/11/1930, p. 9. Nota de esclarecimento: nesta época, as primeiras páginas deste periódico eram destinadas a classificados diversos, sendo as notícias internacionais, nacionais e locais apresentadas nas páginas seguintes.

<sup>22</sup> Todorov, *Memória do mal, tentação do bem*, p.155.

A Revolução é apontada com o que Gomes chama de “estatuto de um novo começo na história do país”.<sup>23</sup> E surpreende-nos a rapidez das classificações. Após os acontecimentos que levaram à tomada do poder rapidamente as narrativas buscaram se “estruturar” para dar coerência ao presente vivido. A revolução passa a significar uma “mudança não violenta” – para preservação do povo – identificada ainda no governo provisório com várias propostas de ordem.

Aqui abordaremos a proposta de ordem que está ligada a figura de Pedro Ernesto. Ordem que se “legitimaria” segundo a matéria de jornal por seu articulador ser, além de um “patriota”, um “cientista”. O “Brasil” novo tem um homem à frente de seu ‘Departamento Nacional de Assistência Público’ que se identifica com a proposta de um Brasil moderno, de um Brasil que deveria buscar na “ciência” e na “técnica” caminhos para a resolução de suas questões – e acima de todas as demais estava a questão social. Um novo Brasil exigia à frente de cargos importantes “homens” ligados ao que se credenciava como o “novo”.

Aparecem nos constructos das narrativas uma proposta de interpretação historiográfica acionada pelos tenentes: a crença de que a época presente abre sobre o futuro a perspectiva de uma “novidade” – “refundar” a História –; a crença de que a mudança para melhor se acelera e, por fim, a crença de que os homens são cada vez mais capazes de fazer sua história. Foi negociado o “Tempo Novo” em associação com a aceleração do progresso (progresso que estava associado à ocupação de cargos públicos por parte de técnicos e especialistas nas respectivas áreas) e a disponibilidade da história (principalmente para “comparação” entre o passado ruim, o presente bom e o futuro que há de ser “excelente”). A história dá a “chance” a homens para que eles a tomem e imprimam seus desígnios.

Era essa crença que os tenentes compartilhavam e que queriam fazer vencedora frente a outros projetos de memória que buscavam legitimar-se também. Para isso eles usaram os mesmos mecanismos que atores sociais usam para fazer representativa sua memória: elegeram acontecimentos fundamentais, criaram nexos interpretativos relacionando presente, passado e futuro, elegeram também os “protagonistas” da sua “narrativa” e, neste processo de seleção, excluíram também os fatos que “não faziam jus” à grandeza da história pretendida. Tratava-se de uma

---

<sup>23</sup> *Estado Novo: Ideologia e Poder*, p.112.

narrativa histórica que buscava o convencimento público, mas também o próprio convencimento de seus “narradores”.

Como nos sugere Todorov houve uma “adaptação do passado às necessidades do presente”. Até mesmo o esquema narrativo, que preestabelece uma visão sobre o que é o “narrador”, o “objeto narrado” e o “público” a que se destina, sugere que o narrador “é quem sabe”, e o público deve se contentar com aprender; imagina-se uma platéia muda por ocasião do discurso do prefeito. No discurso apresentado acima se projeta “uma história narrada” e o “acontecimento” torna-se também uma “comemoração”.

O “jornal” se torna “testemunha”, no que Todorov chama o “indivíduo ou instituição que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto um sentido, à sua vida, e constituir assim uma identidade”.

Agora apresentaremos a estrutura do órgão para o qual Pedro Ernesto fora nomeado. Inicialmente, o Departamento Nacional de Assistência Pública estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Por esta razão, Pedro Ernesto foi empossado por Oswaldo Aranha, titular daquela pasta.<sup>24</sup> Em dezembro de 1930, o recém criado Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública<sup>25</sup> era composto pelo Gabinete do Ministro, pela Diretoria de Contabilidade e por quatro Departamentos, a saber: o Nacional de Ensino, o Nacional de Saúde Pública, o Nacional de Medicina Experimental e o Nacional de Assistência Pública.<sup>26</sup> Com sua nomeação, Pedro Ernesto passou a dirigir este último Departamento, ficando submetido à autoridade de Francisco Campos.<sup>27</sup>

Cabe ressaltar que ainda que a palavra nacional possa sugerir um sentido de abrangência de ação a todo território brasileiro, as atividades e responsabilidades deste Departamento não ultrapassavam os limites do Distrito Federal. Embora a Constituição de 1891<sup>28</sup> não fosse específica com relação às questões de saúde, nela estava

<sup>24</sup> A nomeação de Pedro Ernesto para o cargo de diretor foi publicada no *Diário Oficial* de 14 de novembro de 1930. Ele tomou posse no dia 18 de novembro de 1930.

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto número 19.402, de 14/11/1930.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto número 19.444, de 14/11/1930. Este decreto dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.

<sup>27</sup> Francisco Campos foi um dos mais importantes personagens políticos da década de 1930. Participou das articulações que levaram ao movimento armado de 1930. Assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, devido à sua atuação à frente dos assuntos educacionais em Minas Gerais. No cargo de ministro, promoveu a reforma do ensino secundário e universitário no país.

<sup>28</sup> Artigos numero 5 e número 34.

estabelecido que ao governo central cabia a responsabilidade dos serviços existentes no próprio Distrito Federal.

A passagem de Pedro Ernesto à frente do “Departamento Nacional de Assistência Pública” foi curta: durou apenas 11 meses. De uma maneira geral sua atuação teve um caráter fortemente administrativo e financeiro.<sup>29</sup>

Com o intuito de avaliar as condições financeiras, técnicas e a distribuição de leitos em unidades de assistência no Distrito Federal, Pedro Ernesto visitou vários hospitais, creches e asilos durante os meses em que esteve à frente do Departamento. A mídia acompanhava todas as suas visitas e contribuiu para que Pedro Ernesto se tornasse cada dia mais “popular”. Diversos adjetivos atribuindo qualidades ao “homem do povo” apareciam sistematicamente nos jornais. Todas as visitas estão detalhadamente contadas e assim o “jornalismo” alimentava a curiosidade daqueles que queriam saber dos passos do homem público Pedro Ernesto. Nessas reportagens temos fotos de Pedro Ernesto com idosos, crianças etc. A narrativa constante segue a mesma estrutura: mostrar e provar a proximidade deste homem político com os populares.<sup>30</sup>

Depois destas visitas e diante das dificuldades financeiras encontradas e da situação econômica que o país atravessava, Pedro Ernesto decidiu suspender as obras de construção do Hospital das Clínicas na Mangueira. Outro fator que influenciou esta sua decisão foi o fato de recaírem sobre aquela obra suspeitas quanto aos altos gastos não comprovados. Ademais, a elite médica questionava os gastos despendidos em sua construção, sua localização geográfica e a população que seria atendida ali.

Aos poucos, Pedro Ernesto foi constatando três problemas que afetavam o bom funcionamento do Departamento: a má administração, a falta de recursos financeiros e a insuficiência de leitos. Para estes problemas encontrou soluções possíveis e compatíveis com o orçamento de que dispunha.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Entre as várias unidades hospitalares que estavam subordinadas àquele Departamento duas apresentavam problemas financeiros relacionados com dívidas com fornecedores de material de consumo: o Hospital São Francisco de Assis e o Hospital D. Pedro II – ainda em funcionamento hoje. Informações que aparecem no jornal *A Noite*, 16/12/30, p. principal, com foto.

<sup>30</sup> Cito algumas reportagens sobre visitas: *Jornal do Brasil*, 16/01/1931, p. 11, com foto; *Correio da Manhã*, 07/03/1931, p. 3, com foto; *A Noite*, 07/03/31, p. 3; *A Noite*, 11/03/1931, p. principal; *Correio da Manhã*, 12/03/1931, p. 2, *A Noite*, 16/03/1931, segunda edição, p. 4, com foto.

<sup>31</sup> Pedro Ernesto determinou a revisão da relação de leitos com subvenção governamental presentes na “Caixa de Subvenções”. As “caixas de subvenções” eram auxílios prestados pelo Estado a instituições de ensino e de caridade como hospitais, creches, maternidades e de proteção à infância, ligadas à Igreja Católica. Kenneth P. Serbing, *Igreja, Estado e ajuda financeira pública no Brasil: 1930-1964: estudo de três casos chaves*, Textos (CPDOC, RJ/FGV, 1991). Além disso, dotou a Inspeção Técnica da “Assistência Hospitalar” de poder para controlar gastos, elaborar e executar projetos para ampliação de enfermarias e maternidades. Para aumentar a base de arrecadação, Pedro Ernesto propôs ao Governo

Em geral, durante as visitas a hospitais, creches e asilos, Pedro Ernesto constatava que o número de leitos estava aquém do necessário para o atendimento à população. Além disso, a imprensa diariamente publicava denúncias freqüentes da falta de leitos para os pacientes.<sup>32</sup> Sob o título “para solucionar o problema chama o doutô”, o jornal *A Noite* informava:

Uma excursão do Dr. Pedro Ernesto e Belisário Penna hontem, à Ilha Grande, quando foi entregue o Lazareto ao Departamento de Assistência. Na visita, as autoridades demonstraram a preocupação do Ministério da Educação e Saúde Pública com o problema hospitalar da capital, onde há poucos leitos e muitos doentes.<sup>33</sup>

Para aumentar o número de leitos na cidade, Pedro Ernesto transformou a construção já em andamento de um prédio no bairro do Estácio, em Hospital de Triagem, Centro de Assistência Pública e sede do Departamento Nacional de Assistência Pública.<sup>34</sup> Além disso, três meses após a sua posse, inaugurou a maternidade, a enfermaria e o ambulatório de ginecologia do Hospital São Francisco de Assis. No Hospital D. Pedro II, determinou que o número de pacientes atendidos não fosse limitado pelo horário de abertura daquele serviço nem controlado pela ordem de chegada dos pacientes.<sup>35</sup>

Preocupado com a preservação da qualidade no atendimento, Pedro Ernesto determinou o fechamento do Hospital de Alienados da Praia Vermelha<sup>36</sup> e do Hospital dos Marítimos pelas péssimas condições oferecidas aos pacientes. Para não prejudicar o atendimento a esta clientela, determinou a imediata ampliação dos leitos do Hospital de Psicopatas e do Hospital D. Pedro II. Os pacientes tuberculosos que estavam naqueles hospitais foram transferidos para o Hospital São Sebastião – unidade dedicada ao atendimento de doenças infecto-contagiosas. Com essa medida, foram abertos novos leitos no Hospital de Psicopatas e no Hospital D. Pedro II.<sup>37</sup>

---

Federal a arrecadação de impostos sobre bebidas para a formação de um fundo de custeio – informações oriundas de *A Noite*, 19/05/1931, p. principal, com foto.

<sup>32</sup> *A Noite*, 29/12/30, p. 2, com foto; *Diário de Notícias*, 30/12/1930, p. 3.

<sup>33</sup> *A Noite*, 29/12/30, ed. matutina, p. principal, com fotos.

<sup>34</sup> *A Noite*, 24/03/1931, p. principal, com foto; 08/05/1931, p. 2, com foto; 09/05/1931, p.2, com foto, *Correio da Manhã*, 09/05/1931, p.3; 10/05/1931, p. principal, com foto.

<sup>35</sup> *A Noite*, 26/01/1931, p. 2; 09/03/1931, p.2, com foto.

<sup>36</sup> O Hospital estava situado no prédio em que, até o final de 1960, funcionavam as instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> *Correio da Manhã*, 11/12/1930, p. principal; *A Noite*, 13/12/1930, p. principal; 22/12/1930, p. 2; 29/12/1930, ed.extraordinária, p. principal, com foto; 29/12/1930, p. 2, com foto.

Nestas unidades, Pedro Ernesto determinou o aumento do número de refeições servidas aos pacientes e a capacidade de abastecimento de água. Na Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá e no Hospital São Francisco de Assis aumentou o número de leitos femininos.<sup>38</sup>

Pedro Ernesto conseguiu, portanto, resolver, ainda que parcialmente, os problemas da escassez de leitos nas unidades sob responsabilidade do poder central. As melhorias nas instalações físicas revelam que o diretor conseguiu distribuir de forma satisfatória os recursos financeiros destinados àquele órgão.<sup>39</sup>

O sucesso de suas ações como diretor do “Departamento Nacional de Assistência Pública” criou um hiato. Enquanto os serviços de assistência ligados ao poder central iam se reestruturando sob a coordenação de Pedro Ernesto, a Assistência Municipal, subordinada à Prefeitura do Distrito federal, recebia críticas veementes na imprensa pelo péssimo atendimento médico fornecido à população.<sup>40</sup> Em uma de suas páginas, o jornal carioca *A Noite* anunciava: “Morre-se no Rio, por falta de assistência hospitalar. [...] os populares atenderam uma senhora que caiu à Rua de Santana [...] nos hospitais não há vagas!”<sup>41</sup>

Além disso, Adolpho Bergamini – à época interventor do Distrito Federal – tomou medidas que desgastaram sua imagem pública e abriram caminho para a indicação de Pedro Ernesto sucedê-lo neste cargo. Uma das iniciativas que desgastou a imagem de Bergamini foi sua determinação de limitar o acesso dos repórteres no Hospital de Pronto Socorro.<sup>42</sup> Pedro Ernesto foi indicado, mas declinou do convite, para compor uma comissão composta por personalidades do meio médico, jornalístico e político, com o objetivo de avaliar o incidente. Bergamini não foi também muito hábil politicamente. Por um lado, estabelecia uma interlocução direta com Lindolpho Collor, Ministro do Trabalho, não respeitando a posição de Vargas como chefe do Governo. Por outro, dava pouca relevância aos líderes tenentistas locais. Essas atitudes tornaram sua presença no cargo insustentável.

É possível que diante deste quadro e com os bons resultados que o diretor do ‘Departamento Nacional de Assistência Pública’ apresentou nos últimos meses, o Chefe

<sup>38</sup> *A Noite*, 02/10/1931, segunda edição, p. principal, com foto.

<sup>39</sup> *A Noite*, 16/12/1930, p. principal, com foto.

<sup>40</sup> *Jornal do Brasil*, 24/03/1931, p. 4.

<sup>41</sup> *A Noite*, 04/05/1931, p. principal, com foto.

<sup>42</sup> *Correio da Manhã*, 22/08/1931; *A Noite*, 28/08/1931.

do Governo Provisório tenha tido sólidas razões e inteira confiança para convidar Pedro Ernesto para assumir o cargo de interventor do Distrito Federal.

Assim, pouco depois da cerimônia de colocação da cumeeira no Hospital da Triagem e de apresentar as inovações do projeto para aquela unidade, Pedro Ernesto recebeu e aceitou o convite para ser o interventor do Distrito Federal.<sup>43</sup>

No dia primeiro de outubro de 1931, Pedro Ernesto foi nomeado por Getúlio Vargas interventor do Distrito Federal.<sup>44</sup>

### 3.3 Ernesto Interventor

Os quatro anos que esteve à frente da prefeitura do Distrito Federal, como interventor, marcaram de maneira indelével a passagem de Pedro Ernesto no poder. As marcas de sua gestão podem ser percebidas nas diversas escolas e hospitais que ajudou a construir. A cidade do Rio de Janeiro é, ainda hoje, aquela que detém a maior rede pública de saúde e educação do Brasil, graças à sua intervenção e visão política.

Na educação, Pedro Ernesto nomeou Anísio Teixeira para ocupar a “Diretoria de Instrução”. A reforma que o educador programou e os princípios que a ordenaram ainda hoje influenciam e formam pedagogos e escolas.

A administração de Pedro Ernesto na área da assistência médica tem um marco: a promulgação do Decreto nº 4252 em 8 de junho de 1933. Em nosso entender, esta promulgação evidencia uma intenção, e que foi materializada nos anos seguintes. Sua vontade era criar e reformar a rede pública de hospitais e dispensários em diferentes bairros da cidade, sobretudo naqueles onde residiam as classes popular e operária. A partir de junho de 1933 as obras foram iniciadas e muitas foram inauguradas durante a sua gestão.

Os jornais cariocas que circularam nos dias que se seguiram à sua posse enfatizaram a presença de autoridades políticas àquele ano. A primeira página de *A Noite*, ilustrada com foto da solenidade, afirmava: “A posse do Dr. Pedro Ernesto revestiu-se de grande brilhantismo e inaugura Novos Tempos para a Capital”.

Segundo o mesmo periódico, estiveram presentes os ministros Oswaldo Aranha (Justiça), Lindolpho Collor (Trabalho), General Leite de Castro (Guerra), Almirante Protógenes Guimarães (Marinha), José Américo de Almeida (Viação). Os

<sup>43</sup> *A Noite*, 26/09/1931, p. principal; 01/10/1931, p. principal, com foto.

<sup>44</sup> *A Noite*, 01/10/1931, p. principal; *Correio da Manhã*, 02/10/1931, p. principal, com foto.

funcionários municipais se fizeram representar. Amigos e futuros integrantes de equipe do interventor também estavam presentes. Entre os membros da categoria médica destacou-se o Dr. Manoel de Abreu, que ao discursar revelou a importância que a categoria dava ao fato de ter um médico no cargo máximo da cidade.

A presença de tantas autoridades denota que Pedro Ernesto chegou àquele cargo com prestígio político, confiança pública e expectativa de que sua competência como dirigente se confirmasse novamente, agora à frente a prefeitura da capital do país.

As frases do jornal que iniciam a reportagem dão a medida do acontecimento:

Teve o caráter de apoteose a posse do Dr. Pedro Ernesto no cargo de governador da cidade. Sem dúvida foi a escolha de um inegável brasileiro, de um grande patriota que serve de exemplo ao seu povo.

O discurso atualizado enquanto evento. A fala do jornal torna-se acontecimento. O ato ‘interlocucionário’ investe a linguagem da “função emotiva”. Nas matérias de jornais há um encontro do “material” veiculado para com o material “oficial” do discurso tenentista. O discurso visa constituir-se em uma “escola de patriotismo” para difusão de uma “educação cívica e militar” junto ao povo. Veremos a estruturação desse discurso também nas mensagens de rádio emitidas por Pedro Ernesto.

Esses discursos tencionam a construção de um patriotismo consciente e cultural voltado para a ação. Incluir o “povo” na “apoteose” – até porque sem “ele” não há apoteose. Verificamos até mesmo o uso da linguagem popular carnavalesca. Buscando o sentido da palavra “apoteose” em alguns dicionários da década de 1930, temos: “Deificação, ação de incluir entre os deuses”, “cerimônia de deificação dos imperadores e heróis, depois de sua morte”, “honras extraordinárias concedidas a alguém”, “cena final nas peças alegóricas ou fantásticas, em que as personagens estão representadas numa espécie de glória celeste”.<sup>45</sup> Percebemos a tentativa de “mitificação” do acontecimento.

Nas matérias que dizem respeito ao acontecimento vemos toda a biografia de Pedro Ernesto ser contada minuciosamente. Nas partes referentes à exaltação biográfica são criados os nexos interpretativos que levaram o homem à sua “apoteose final”. O encontro da gênese do homem “nordestino” e “simples” com o médico – arquétipo do

<sup>45</sup> Definições extraídas do *Dicionário Larousse*.



“*sefmademan*” – consagrado. Ocorre a morte simbólica do homem afastado da “possibilidade de exercer” o poder político e o reinício na sua incorporação a um cargo digno de sua capacitação.

### 3.4 Ernesto e O Clube 3 de Outubro

‘Revolucionário’ e com sua auto-imagem atrelada às ‘benesses’ da Revolução, muitas congratulações a sua indicação como interventor foram-lhe rendidas.

No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, grupo que, como mencionamos antes, buscava se organizar politicamente a fim de fortalecer sua posição. Com essa preocupação, Pedro Ernesto entrou em contato com diversos revolucionários históricos, convidando-os a participar em fevereiro de 1931 de uma reunião na casa de Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores. No encontro foram lançadas as bases do Clube 3 de Outubro, que teve como primeiro presidente o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe das operações militares da Revolução de 1930, e como vice-presidente o próprio Pedro Ernesto. Diversas homenagens a esses representantes do Clube atribuem as imagens coladas dos mesmos à Revolução e marcam diferenças quanto ao ‘centro de poder’ – o que mais adiante os fez entrar em confronto.

Ao longo de 1931, o Clube 3 de Outubro fugiu, entretanto, ao controle do general Góis Monteiro. No mês de junho, Pedro Ernesto assumiu a presidência da organização, imprimindo-lhe uma posição de lealdade irrestrita a Vargas e conduzindo-a ao seu máximo de influência política. Por sua vez, Vargas serviu-se do Clube 3 de Outubro como instrumento estratégico para consolidar seu poder e resistir às pressões em favor da imediata realização de eleições.

Os primeiros anos do governo Vargas foram marcados pelo que Ângela de Castro chama de um período de “confrontos e compromissos no processo de constitucionalização<sup>46</sup>”.

Segundo Afonso Arinos, o momento de ruptura política pode ocorrer “por meio de revoluções que, vindas de fora do poder existente, o suprimem; ou por meio de

---

<sup>46</sup> Ver Boris Fausto(org). *O Brasil Republicano*(vol.10), in Confronto e compromisso no processo de constitucionalização,p.8.

golpes de Estado que, nascidos dentro desse poder, o transformam [...]”.<sup>47</sup> Nossa ruptura teria as características da segunda opção.

O debate em torno da constituição nos primeiros anos da década de 1930 fez com que o período fosse conhecido pela historiografia unanimemente como de “acentuada instabilidade política em face de incapacidade de qualquer dos grupos dominantes em assumir como expressão do conjunto da classe dominante, o controle das funções políticas” do Estado.<sup>48</sup>

A Constituição de 1934 não foi uma consequência imediata dos acontecimentos de 1930. As forças políticas vencedoras e perdedoras do movimento anterior puderam se reerguer e exigir suas parcelas de participação na mesma.

O Clube 3 de Outubro defendeu a “representação classista” para todos os órgãos coletivos de natureza política do país. Os setores perdedores no processo anterior – representado em grande parte pelos paulistas – queriam uma representação proporcional. Segundo depoimento de Augusto Amaral Peixoto, “a inclusão da representação de classes no Código Eleitoral de 1932 fora uma demonstração de força e prestígio do Clube 3 de Outubro”.<sup>49</sup> Segundo Gomes, “em mãos de Getúlio Vargas a medida foi anexada por insistência de alguns tenentes”.<sup>50</sup> Precisamos dimensionar a importância dos tenentes e do Clube 3 de Outubro na tentativa de construção de uma nova ordem.

Nas palavras do próprio Vargas podemos perceber a dimensão do acontecimento:

O governo revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a Nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral que era, para mim, compromisso de candidato [...] tornou-se inadiável ao assumir a chefia do governo revolucionário.<sup>51</sup>

E sobre os adversários da Revolução, Vargas afirmou:

<sup>47</sup> Afonso Arino de Mello Franco, “Exclusivo: o recado de Arinos a Geisel”, Revista *Isto É*, São Paulo, 03/05/78, pp.16 e 17.

<sup>48</sup> Francisco Weffort, “O populismo na política brasileira”, in: *Brasil: Tempos Modernos*, p. 61.

<sup>49</sup> Depoimento de Augusto do Amaral Peixoto. História Oral, CPDOC, FGV.

<sup>50</sup> Ângela de Castro Gomes, “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”, in: *O Brasil republicano*, 1997, p.31.

<sup>51</sup> Discurso de Getúlio Vargas na sessão solene de instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 15/11/1933. Brasil, Assembléia Nacional Constituinte de 1934, Anais, Rio de Janeiro, Imp.Nac., 1935 vol.1, p.53.

“Todos os adversários da Revolução acham-se unidos por um objetivo comum, que é a posse do poder, de que foram afastados, pela revolução de 1930, ou posteriormente, por uma seleção necessária, dentro do próprio Governo revolucionário [...]”.

“As diversas correntes revolucionárias necessitam oferecer uma frente coesa ao adversário comum [...]”.

“Todos os Estados deverão, por seus elementos de governo e correntes revolucionárias, deixar bem clara a união contra a desordem, independentemente de qualquer divergência de caráter ideológico que possa existir entre suas correntes políticas [...]”.

“Esta coligação será o primeiro elo de união e o primeiro passo para a formação de um partido político nacional [...]”.

“Os interventores podem e devem interessar-se pela arregimentação política dos elementos que fizeram a revolução [...], pois só assim a obra de reconstrução revolucionária será amparada e protegida no próximo regime constitucional”.<sup>52</sup>

Os interventores são apresentados como elementos centrais para o cumprimento do projeto político de Vargas. Ocupavam os cargos de interventores pessoas de confiança do governo provisório e pessoas que tinham a memória ligada aos acontecimentos de 1930. Essas figuras da administração estadual eram responsáveis pela integração de sua esfera de poder para com a esfera federal.

O discurso de Vargas urge objetivamente pelo desejo de um partido político poderoso que abrangesse todo o território nacional. Esse partido deveria ser forjado no centro do poder federal, ou seja, na própria capital. Membros do Clube 3 de Outubro tiveram o intuito de transformar o Clube nesse partido desejado. Como veremos mais à frente a conjuntura política impediu a concretização dessa idéia.

O discurso de Vargas apresenta o que Carl Schmitt chama de a categoria mais básica da política: a distinção entre amigo e inimigo.<sup>53</sup> A única garantia da permanência da categoria “amigo” é o sacrifício pelos ideais revolucionários. No discurso de Vargas a categoria “inimigo” é a ‘chave’ para um entendimento simplório e que tem o intuito de ser universalizante: quais são as fissuras, como fragmentá-lo e com quem, como construir o consenso, quais as relações de força e consciência possíveis.

Vargas pontua a noção de união indiferentemente das diferenças ideológicas dos estados para a manutenção do corpo do Estado. O adversário comum que deve ser combatido eram as forças que ocupavam o “centro” do poder político no passado anterior que deveria ser esquecido. O discurso de Vargas deixa claro ao ouvinte que essas forças estão se reagrupando.

<sup>52</sup> Arquivo Getúlio Vargas (GV. 33.02.15), CPDOC, FGV.

<sup>53</sup> Ver Carl Schmitt, *Teologia Política*, p.53.

Foi neste sentido que o Clube 3 de Outubro saiu, por vezes violentamente, em defesa da “ordem” proposta por Vargas. A mesma estrutura de identificação básica da política foi proposta pelos membros do Clube nas formas de atuação dos mesmos no meio público. Veremos agora um acontecimento que marca essa forma de definir os que estão “dentro” do padrão revolucionário de conduta imaginada pelo Clube, e como esses de “dentro” devem ser tratados, e como os de “fora” devem ser detratados. O padrão se dá na definição de “dentro” e de “fora”, em uma relação política identitária.

O Clube deveria garantir um padrão de homogeneidade lançando para longe as ambivalências que impossibilitavam os nexos interpretativos da história que eles contavam para a nação e para si mesmos. Bauman nos sugere que “a intolerância é a inclinação natural da prática da política moderna”.<sup>54</sup> O “outro” é normalmente representando nos discursos como áreas proibidas, como a desordem, enfim como o colapso da lei. Tudo que escapa à inequívoca versão da ordem é configurado como uma anomalia e um desafio a ser superado. Vargas lança à mão um desafio para a nação.

Vitoriosa a Revolução de 1930 e instalado o novo governo, logo surgiram atritos entre as forças que sustentavam Vargas.<sup>55</sup> De um lado, colocavam-se os tenentes que se auto-intitulavam revolucionários autênticos. De outro, postulavam-se os políticos ligados a oligarquias dissidentes que haviam dado apoio à revolução. Nesse ambiente, os principais líderes da facção tenentista decidiram criar uma organização política que sistematizasse as propostas do grupo e unificasse sua atuação. O Clube 3 de Outubro, assim denominado em homenagem à data do início da Revolução de 1930, defendia em princípio o prolongamento de Governo provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país.

Desde 1931 começam no país as cobranças pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Ficava claro que Vargas hesitava, entre mil pressões diárias vindas de todos os lados, por conta da ocupação de espaços de poder. Em entrevista ao *Correio da Manhã* o então ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, avançou em limites perigosos, dizendo não existirem direitos adquiridos, porque eles provinham da Constituição que não existia mais - em referência a Constituição de 1891. Acentuou

---

<sup>54</sup> Ver Zygmunt Bauman, *Modernidade e ambivalência*, p.16.

<sup>55</sup> Sobre esses confrontos iniciais, Ângela de Castro Gomes (coord.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, p.501.

que a situação era de fato, em todo o país, não de direito e, assim, recebeu monumental onda de críticas.<sup>56</sup>

Dos primeiros jornais a romper com a nova ordem, *O Diário Carioca* foi empastelado por membros do Clube 3 de Outubro. Vários protestos oriundos da ABI - Associação Brasileira de Imprensa - vieram a partir deste evento, marcando o primeiro confronto significativo entre o Governo provisório e imprensa. A solidariedade da ABI ao *Diário Carioca* foi total, tendo o episódio causado uma das primeiras grandes rachaduras na estrutura revolucionária que se apropriara do poder.

Raul Pilla e Borges de Medeiros – defensores da constituinte – lançaram um *Decálogo* contendo exigências dos partidos gaúchos, que, entre outras medidas, pediam o afastamento de Pedro Ernesto da interventoria do Distrito federal – recém empossado em setembro de 1931 – e a convocação da Assembléia Constituinte. Vargas não cedeu à exigência de demissão de Pedro Ernesto, mas comprometeu-se a realizar eleições para Constituinte no prazo de um ano.

O jornal *Diário Carioca* vinha fazendo severas críticas à postura e aos excessos dos tenentes.<sup>57</sup> Logo após o ataque ao jornal, pediram demissão o ministro da Justiça, Maurício Cardoso; o ministro do recém criado Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor, e o consultor jurídico do Banco do Brasil, João Neves da Fontoura. O chefe de Polícia, Batista Luzardo, do grupo gaúcho, justificou sua saída, em entrevista ao *Correio do Povo* de Porto Alegre:

O Jornal [Diário Carioca] que tanto pregara a lei eleitoral seria o atestado vivo da repulsa que a decretação dessa lei despertava aos que ambicionavam poderes discricionários indefinidos. O vandalismo foi decidido dentro do Clube 3 de Outubro, e sob a inspiração de seis maiores foi engendrado o plano sinistro. Foi em automóveis e caminhões da prefeitura carioca e do Ministério da Guerra que os assaltantes se transportaram. Cerca de 160 homens participaram da empreitada aviltante, sendo cinquenta oficiais do exército brasileiro. É preciso corrigir uma assertiva em curso. Não eram delegações de diversos corpos e regimentos. Tudo fora previsto.<sup>58</sup>

Contou Edmar Morel, em *A trincheira da liberdade*, que momentos depois do empastelamento do *Diário carioca*, o ministro da Guerra, general Leite de Castro, teria dito pelo telefone ao presidente provisório, Getúlio Vargas: “Houve o que eu há

<sup>56</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, 37.05.02, seção recorte de jornais.

<sup>57</sup> Ver o *Diário Carioca*, nos meses que fecham o ano de 1931 e iniciam o ano de 1932.

<sup>58</sup> Sobre as notas dos acontecimentos, agradeço à editora Ana Glitz, pelo envio por e-mail do trecho citado.

muito previa. Os tenentes fizeram o que eu faria, se tivesse vinte anos”.<sup>59</sup> Portanto, havia o enfrentamento de três segmentos: os membros da imprensa, os tenentes e de membros do governo provisório. Começou então o confronto de posicionamentos. Os tenentes passaram a ser vistos como ‘eternos revolucionários’ e como no discurso de Leite de Castro, “se tivesse vinte anos”, forja-se a imagem do jovem de 20 anos, imaturo, inconseqüente... O governo não poderia ser eternamente provisório, nem mesmo as benesses da Revolução durariam para sempre.

Em seu *Traité de Sociologie générale*<sup>60</sup>, Pareto cria a *Teoria dos Resíduos*, que se apresenta como uma espécie de análise teórica da natureza humana para o uso dos Sociólogos. O autor distingue seis classes de resíduos: ‘instinto das combinações’, ‘persistência dos agregados’, ‘necessidade de manifestar os sentimentos por meio de atos exteriores’, ‘resíduos relacionados com a sociabilidade’, ‘integridade do indivíduo e dos seus dependentes’ e ‘os resíduos sexuais’. Ficaremos com os dois primeiros que nos servirão de análise sociológica ao período estudado acima.

A primeira classe de resíduos corresponde à tendência humana em relacionar idéias a coisas. Esse instinto comporta a necessidade humana de dar lógica à sua existência. Ele estaria na raiz dos progressos intelectuais e civilizatórios. É a necessidade de ordenação da lógica ao mundo que criaria a renovação incessante das teorias e dos progressos científicos. O mesmo instinto pode estar na origem das condutas *não lógicas*.

A relação do segundo para o primeiro é significativa. A *persistência dos agregados* corresponderia à tendência humana em manter as combinações estabelecidas, a rejeitar transformações e aceitar uma vez por todas os imperativos. Com a primeira classe essas duas se relacionam por oposição: uma induzindo à instabilidade e a outra à conservação.

Por que relacionar essa teoria aos acontecimentos estudados? A Revolução de 1930 renovou o cenário político brasileiro em vários aspectos dando um ordenamento lógico ao mundo social. As transformações violentas desejadas por aqueles revolucionários se chocavam contra a resistência dos resíduos da segunda classe – nesse caso representados pelos elementos que apoiavam a continuação do *pacto de poder* que se estabeleceu na República Velha. Vencendo e tentando forjar uma nova ordem, os Revolucionários de 1930 bifurcaram-se em duas projeções de futuro: uns

<sup>59</sup> Ver Edmar Morel, *A trincheira da Liberdade*.

<sup>60</sup> Sobre essa teoria, Raymond Aron, *As Etapas do pensamento Sociológico*.

queriam continuar a Revolução, como era o caso dos tenentes e dos membros do Clube 3 de Outubro; outros queriam ‘travar’ o processo revolucionário persistindo quanto aos elementos agregados até então, agindo sob a influência de um resíduo da *persistência dos agregados*, o qual incitava-os a tratar uma abstração como se fosse realidade, a personificar uma idéia e emprestar uma vontade a tais abstrações personificadas. A revolta ou *Revolução Constitucionalista* – como anunciavam seus representantes – alertou o governo de que era chegado o momento de pôr fim ao caráter revolucionário do regime.

Teve início, portanto, o declínio da credibilidade dos tenentes. A própria imagem de Pedro Ernesto, que não era um militar, mas era considerado um “tenente civil”, veio pela primeira vez a ser contestada. Um elo fora rompido: entre os tenentes e os membros do governo provisório. Mas como veremos a seguir, isso ainda não seria suficiente para afastar Pedro Ernesto do *centro*.

O episódio do empastelamento do *Diário Carioca* teve impactos de outra ordem. Foi decretada pela ABI greve de 24 horas em sinal de protesto. A associação expediu dura nota, classificando o atentado de “crime que repugna a nossa consciência de jornalistas e de homens”, concluindo “esperar que as medidas tomadas pelos responsáveis pelas liberdades públicas resultem no sentido de ser reparada semelhante afronta à consciência jurídica nacional”.<sup>61</sup>

A censura por parte do governo provisório não demorou. *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal*, foram eminentemente vigiados. *O Estado de São Paulo* passou a atacar Getúlio Vargas (que julgava que os paulistas viviam à custa de outros estados), apesar de se solidarizar com as novas leis trabalhistas e com a sindicalização. Getúlio seria “uma esfinge, sapos, enfrenta crises no ministério, com ministro pedindo demissão todos os dias”.<sup>62</sup> O que contrabalançava as críticas ao presidente eram as bem *vindas* reformas sociais: salário mínimo, horas extras e férias remuneradas de vinte dias, pensões, aposentadorias, proteção ao trabalho do menor e da gestante, tratamento de saúde gratuito e estabilidade no emprego após dez anos.

Em fevereiro de 1932, o Clube 3 de Outubro sob a presidência de Pedro Ernesto, divulgou o esboço de seu programa, que orientou a atuação de seus integrantes na vida política brasileira. O documento, além de criticar o federalismo oligárquico vigente na República Velha, defendia um governo central forte; a intervenção estatal na

<sup>61</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.09.03.

<sup>62</sup> *O Estado de São Paulo*, 14/03/1932.

economia com objetivo de modernizá-la; a convivência da representação política de base territorial com a representação corporativa, eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas, como transportes, a exploração dos recursos hídricos e minerais, a administração dos portos etc; a instituição da previdência social e da legislação trabalhista.<sup>63</sup>

Ainda em fevereiro de 1932, o governo federal, contrariando as pretensões do Clube, promulgou o Código Eleitoral, primeiro passo para a re-constitucionalização do país reivindicada pelos grupos políticos tradicionais. Cabe lembrar que durante o ano de 1931, o governo Vargas manteve-se muito próximo das teses tenentistas, a ponto de se dizer que o Brasil era o país dos “tenentes”.<sup>64</sup>

O estado de São Paulo havia sido a principal base política do regime da Primeira República, e por isso era visto por vários membros do Governo Provisório como um potencial foco oposicionista. Lideranças civis e militares pressionaram então Getúlio Vargas para que não deixasse o governo estadual nas mãos do Partido Democrático de São Paulo, alegando que o PD havia apoiado a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, mas não se envolvera diretamente nos eventos revolucionários. Diante dessas pressões, Vargas terminou por indicar para os cargos de interventor e comandante da Força Pública de São Paulo os líderes tenentistas João Alberto e Miguel Costa.

A exclusão do Partido Democrático teve como principal resultado o início de uma campanha de mobilização da sociedade paulista. A palavra de ordem era a imediata reintegração do país em um regime constitucional. Essa reivindicação era rechaçada pelos ‘tenentes’, interessados em manter um governo discricionário para promover mais facilmente as mudanças que consideravam necessárias.<sup>65</sup> Desta forma os interesses entre governo e alguns tenentes se manifestavam em caminhos opostos.

Escreveu Menotti del Picchia em *A Revolução Paulista*:

O povo quer alguma coisa. A fórmula exterior e freudiana do seu amorfo e incubado querer se exprime pelo seu contínuo brado coletivo, espécie de improvisada Marselhesa que a multidão em coro brandou pelas ruas: ‘Nós

<sup>63</sup> Arquivo Clube 3 de Outubro, CO 62.04.06.

<sup>64</sup> Sobre esta idéia consta, Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, *Da Revolução de 30 ao golpe de 1937: a depuração das elites*, p. 48.

<sup>65</sup> Governo discricionário: sem limites, como constava nas teses tenentistas.



queremos Getúlio...’ Esse era o refrão de 30. ‘Nós queremos trincheira!’ – esse foi o imperativo grito do paulista quando as primeiras forças abandonaram as fronteiras do Estado, marcadas a sangue pela bravura bandeirante. Esse ‘nós queremos’ é um tremendo símbolo: símbolo de uma contínua e não apaziguada inquietação interior no âmago das massas atormentadas por males obscuros, ainda não diagnosticados ou ainda não medicados com acerto.

As palavras de Del Picchia marcam dois momentos simbólicos à ‘Paulicéia’: o ano de 1930 e o ano de 1932. Durante a primeira revolução<sup>66</sup> o povo quis Getúlio. No momento em que o autor compunha sua obra, o povo queria trincheiras, contra Getúlio. Del Picchia se utiliza símbolos, que se estruturam e se repetem no ‘imaginário ocidental’, para dar ‘ordem’ e ‘significado’ ao discurso revolucionário. O brado coletivo era uma “espécie improvisada de Marselhesa”. As revoluções – ou ao menos o que os agentes históricos o adjetivaram ‘de’ – que sucederam a ‘Revolução Francesa’ de certa forma ‘reinventaram’ seus símbolos, como forma de afirmação. Essa força simbólica se associava a referências locais, como a “bravura bandeirante”. As palavras do autor dizem requerer ‘símbolos’, e é o que efetivamente faz o autor nas primeiras linhas, buscando dar lógica ao processo em curso.

Nos tumultuados anos iniciais da década de 1930 a guerra política se refletia nas lutas do campo simbólico. Como diz Gomes: “[...] É praticamente consensual reconhecer que em 1930 – e nos primeiros anos que sucederam a revolução – Vargas era um entre os homens que fizeram a revolução”.<sup>67</sup> A imagem populista de Vargas que forjou a “literatura populista”, parece ter sido posta como axioma, mas na verdade é um ‘erro’ de análise histórica, deixando de considerar uma das leis mais básicas do se fazer história: o questionamento das fontes. Os historiadores populistas deixaram se levar pela “ilusão das fontes”.<sup>68</sup> A imagem de Vargas e de seus seguidores durante o movimento paulista se afastou do consensual e hegemônico “pai dos pobres”. À imagem do presidente, feita pelas mulheres paulistas, era atribuída os símbolos da degradação. A imagem do presidente ‘populista’ fora uma invenção dos anos posteriores a 1930.

A campanha constitucionalista fez sua primeira vítima em julho de 1931. Sem condições de governar, o interventor João Alberto renunciou. Iniciou-se então um período de intensa luta política entre os diversos grupos que buscavam o poder em São

<sup>66</sup> Já que na ‘consciência paulista’ da época o movimento de 1932 fora também uma revolução.

<sup>67</sup> Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*, p.203.

<sup>68</sup> Expressão cunhada por Jacques Le Goff, in *A história problema*.

Paulo. Em um curto espaço de tempo foram indicados diversos interventores que caíam com a mesma facilidade com que subiam. Essa instabilidade decorria também do fato de que o ‘caso de São Paulo’ se tornava cada vez mais um problema político que ultrapassava as fronteiras do estado. Qualquer medida do Governo Provisório no sentido de atender ou não às reivindicações paulistas tinha repercussão política nacional. Setores políticos gaúchos e mineiros emprestaram solidariedade à campanha constitucionalista sem, no entanto, romper naquele momento com o governo de Vargas.

No final de 1931 e início de 1932, Vargas procurou conter as críticas organizando uma comissão, presidida pelo ministro da Justiça Maurício Cardoso, encarregada de organizar o novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1932, O Código Eleitoral foi publicado e um novo interventor foi nomeado para São Paulo, o civil paulista Pedro de Toledo. Os sinais de trégua emitidos por Vargas, no entanto, não arrefeceram os ânimos. Formou-se a Frente Única Paulista (FUP), cujos principais lemas eram a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo.

Posteriormente, Vargas marcou a data das eleições para dali a um ano. A medida não teve resultados práticos no sentido de conter a conspiração política. A morte de quatro estudantes paulistas em confronto com forças legais criou mártires; as iniciais de seus nomes (Miragaia, Marcondes, Dráusio e Camargo) foram usadas para designar uma sociedade secreta, MMDC, que tramava para derrubar o governo.<sup>69</sup>

O movimento passou a ganhar as ruas da capital e do interior a partir de junho de 1932. Na linha de frente das forças rebeldes estavam remanescentes da Revolução de 1930, como Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, e mesmo o antigo líder do levante de 1924, Isidoro Dias Lopes. A revolução teve apoio de amplos setores da sociedade paulista. Pegaram em armas intelectuais, industriais, estudantes e outros segmentos das camadas médias, políticos ligados à República Velha ou ao Partido Democrático. O que os movia era principalmente a luta antiditatorial.

A luta armada dos constitucionalistas ficou restrita ao estado de São Paulo. Os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que a princípio viam com bons olhos a campanha pela constitucionalização, resolveram não enfrentar a força militar do governo federal. Isolados, os paulistas não tiveram condições de manter por muito tempo a revolução.

Pedro Ernesto reforçou a segurança do governo no Distrito Federal,

---

<sup>69</sup> Bóris Fausto, *História do Brasil*, p. 650.

ordenando a prisão de vários elementos suspeitos de vinculação com a rebelião em marcha. Em 5 de julho de 1932, inaugurou no Rio de Janeiro a primeira convenção nacional do Clube 3 de Outubro – que entrara numa fase de acentuado declínio com o ataque ao *Diário Carioca*–, apresentando a proposta de transformar o Clube em partido político, rejeitada pela maioria de seus membros.

Em outubro de 1932 os paulistas assinaram a rendição. No período seguinte, Vargas emitiu dois sinais claros de que estava disposto a uma nova composição política com os paulistas: nomeou interventor o paulista e civil Armando de Sales Oliveira e adotou medidas que permitiram o re-escalonamento das dívidas dos agricultores em crise. No governo Armando Sales as elites políticas paulistas procuraram se reorganizar. O novo interventor teve um papel decisivo nesse processo, reconstruindo o aparelho administrativo paulista, destruído após anos de instabilidade política. Mas sua principal obra foi no campo da cultura com a criação da Universidade de São Paulo, que em pouco tempo se tornou responsável pela formação de uma nova elite político-intelectual destinada a influir no futuro do estado e do país.

Em novembro, após a derrota da Revolução Constitucionalista de São Paulo, Pedro Ernesto presidiu o primeiro Congresso Nacional Revolucionário, realizado no Rio de Janeiro, com a presença de delegações do Clube 3 de Outubro, da legião 5 de Julho, da Legião Paranaense, do Partido Liberal Progressista e do Partido Popular Progressista, os dois últimos de São Paulo, e até mesmo da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado um mês antes em São Paulo. O congresso resultou na criação do Partido Socialista Brasileiro, de efêmera existência, e na formulação de um programa a ser defendido na Assembléia Nacional Constituinte.<sup>70</sup>

Os movimentos que sucederam a Revolução Constitucionalista expressam as contradições dos primeiros anos da década de 1930. O governo provisório desejava “pôr um fim ao processo revolucionário”. Por outro lado, o Clube 3 de Outubro organizava um Congresso Nacional Revolucionário. O Congresso por si mesmo representava suas contradições associando Partidos com percepções tão distintas quanto os socialistas e os fascistas. Em nenhuma nação ‘socialistas’ e ‘fascistas’ se juntaram em um congresso – os ideais da época moderna se configurariam pela homogeneidade de perspectivas e não pela convivência de posições tão distintas.

---

<sup>70</sup> Arquivo Clube 3 de Outubro, CO 67.06/08.

Os discursos de Vargas sobre a Revolução Constitucionalista mostram sua posição, não somente contra a revolução paulista, mas contra futuros movimentos que poderiam vir. No dia 11 de julho de 1932, uma segunda-feira, os principais jornais do Rio publicavam, sob o título de “Manifesto do Chefe do Governo Provisório”, as visões do próprio Vargas sobre o movimento paulista, que dizia:

É, porém, condição essencial a esse *desideratum* assegurar a paz e a tranquilidade da nação, no que o governo se tem empenhado e se empenhará, decidido a agir sem desfalecimento de energia.<sup>71</sup>

A “tranquilidade da nação” expressaria a própria visão de Vargas sobre a vitória da Revolução de 1930 e seu desejo de pôr fim ao processo. Seria a tentativa de se fazer “persistir os agregados”. Além dessa perspectiva podemos notar como força, também na palavra ‘tranquilidade’, a noção que acabou sendo explorada de uma Revolução de 1930 “sem sangue e sem traumas” para a nação. Vargas, o “grande presidente”, fizera sua revolução sem causar traumas em seu povo – e essa imagem foi explorada a partir de então.

Continuou Vargas:

[...] Contrastando, justamente, com essa patriótica orientação, elementos descontentes e ambiciosos tentam estabelecer a anarquia e a confusão em São Paulo, desencadeando no seio de sua laboriosa e pacífica população um motim de objetivos puramente pessoais. É fora de dúvida, conseqüentemente, que lhes concedendo as intenções São Paulo, pela maioria de seu povo, não pode ser solidário com a desordem.

Essa parte do discurso é enfática. Os elementos revolucionários são chamados de *não-patriotas* já que contrastavam com a orientação patriótica do restante do país. Ao movimento são dados os desígnios da anarquia e da desordem, contrastando mais uma vez com a harmonia do restante do país. À população são atribuídos os adjetivos de pacífica e laboriosa. Como vimos, a população paulista, principalmente as mulheres atribuíam ‘imagens’ negativas a Vargas.

O presidente tentando reverter sua baixa popularidade para com a população paulista atribuíu a si os mesmos valores que eram valorizados na época. A literatura da época construía a imagem de um país pacífico, uma democracia racial e tentava desconstruir a noção de país degenerado, como vemos nas obras de Gilberto Freyre e

<sup>71</sup> Utilizo neste trabalho a versão do Manifesto originalmente publicado no jornal *O Globo* em 11/7/1932.

Sérgio Buarque de Holanda. O termo *laborioso*, também é um atributo poderoso na época. O povo laborioso era o ‘que trabalha arduamente e com muito esforço’, para a construção da grande pátria. Dedicaremos todo o capítulo a seguir para discutir tais relações entre construção de imagens e a troca para com o povo, reforçadas também na percepção do ‘trabalho’. Mais uma vez “o povo paulista não poderia ser solidário com a desordem”, pois o ‘bom’ povo paulista queria a tranquilidade e a harmonia. Dessa forma Vargas tentava desconstruir as atribuições negativas que foram lançadas à sua pessoa durante a revolução.

Tentando controlar a situação política Getúlio Vargas ainda parabenizou Pedro Ernesto pela “valorosa guarnição da capital federal, coesas e irmanadas no mesmo ideal, deram belo exemplo de disciplina consciente e extremado patriotismo, colocando-se, firmes, ao lado do Governo Provisório”. Não obstante as teses tenentistas, Getúlio buscou evitar uma cisão completa com este segmento social. Cabe lembrar que alguns tenentes apoiaram a Revolução Constitucionalista e por outro lado o próprio Pedro Ernesto apoiara o Governo Provisório, não rompendo com o “centro de poder”.

Pedro Ernesto e Getúlio Vargas se mostravam como verdadeiros políticos pragmáticos – na concepção mais ampla de que Maquiavel designava o pragmatismo. Os primeiros anos da década de 30 foram momentos de disputas de posições. Todas as disputas nos campos de batalha política incitam a invenção de símbolos. Símbolos trazem à realidade histórica sinais, divisas, emblemas, marcas, indícios... As atribuições nunca são eternas, elas variam de acordo com a voz pela qual o discurso é emitido. Um indivíduo pode migrar do ‘herói’ ao ‘vilão’ de acordo com uma ampla concepção de imagens forjadas por diversas ‘facções’ do social. As atribuições simbólicas podem mascarar situações reinventando imagens. O sistema de propulsão simbólico é como um caleidoscópio: a cada nova imagem, formata uma concepção nova. Sua luta e a compreensão de seus significados são relacionadas a uma realidade histórica.

Os símbolos de ontem não podem ser entendidos hoje, sem a compreensão do tempo em que foram forjados. Os elementos simbólicos de ontem, chegam ao hoje com as percepções do tempo presente. As atribuições simbólicas, portanto, são ‘históricas e datadas’. As velhas charges dos jornais dos anos 30 não são capazes de fazer rir o homem do tempo final histórico sem sua compreensão conjuntural. Como bem escrevera Elias:

“... a maioria das pessoas são preocupadas demais com exterioridades (...) [e por isso] são mais influenciadas pelo que atinge externamente seus sentidos, especialmente quando as circunstâncias concomitantes são de ordem a afetar-lhes especialmente à vontade”.<sup>72</sup>

Os símbolos buscam não só afetar os sentidos e as vontades, mas principalmente fazer com que o indivíduo que os interceptam tenham a sensação de estar trocando com os mesmos as paixões que são concomitantes aos seus mais íntimos desígnios. É por aí que se estrutura o ‘marketing moderno’, em muito influenciado pelas concepções políticas de seu público alvo.

Durkheim em seus escritos nos indica que há algo que atuaria como um “carisma inerente ao coletivo” que atemporal, abrangente, vital, emocionalmente coercitivo despertaria em membros de grupos um comprometimento profundo para com o mesmo e a sensação de um valor inigualável. Afirma Durkheim: “Enquanto pertencente à sociedade, o indivíduo transcende a si mesmo, seja quando pensa ou quando age”.<sup>73</sup> Homens e mulheres teriam dois tipos fundamentais de consciência:

“Longe de ser simples, nossa vida interior parece ter algo que seria como um duplo centro de gravidade. De um lado está a nossa individualidade e, mais particularmente, nosso corpo, que é a sua base; do outro, está tudo que em nós expressa alguma coisa que não nós próprios... [Estes] contradizem, se negam mutuamente”.<sup>74</sup>

Durkheim propõe, portanto, um entendimento psicológico voltado ao social de contínuo fluxo e refluxo entre a singularidade egoística e a imersão numa comunidade. Segundo a sua interpretação, as paixões e os desejos dos indivíduos estão sempre subordinados aos do grupo, e os impulsos que motivam os grupos seriam de tipo e caráter bem diferentes dos que motivam os indivíduos que os formam. Seriam de ordem mais elevada, e transcenderiam interesses menores e desejos pessoais.

Em grupos, homens e mulheres podiam se livrar das suas identidades pessoais disparatadas e animais – e onde o pensamento escape da tarefa improdutiva de criar um mundo moral a partir de desejos humanos disparatados. Para Durkheim, o princípio criador é a participação conjunta em rituais sagrados altamente carregados e despersonalizados. A Revolução Francesa seria um exemplo desse ritual

<sup>72</sup> Trecho retirado de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, p. 29.

<sup>73</sup> Citação extraída de *Carisma- êxtase e perda de identidade na veneração ao líder.*, de Charles Lindholm, p.106.

<sup>74</sup> *Carisma, êxtase e perda de identidade*, p.103.

despersonalizador e revigorante da era moderna. Ele sustentava que quando um certo número de pessoas se reúne, a intimidade física e a afinidade estabelecidas na multidão obrigam-na inevitavelmente a terem uma sensação de participação, mais do que de solidão; de cooperação, mais do que de competição; o poder supera a fraqueza.

O episódio do “empastelamento” do jornal *Diário Carioca* atesta a força de uma coletividade identificada para com o Clube 3 de Outubro, ou seja, de pessoas que tinham objetivos comuns e que tencionavam fazer do seu plano político uma ação sobre o presente para garantia do futuro pretendido. Tentando entender a ação desses homens no âmbito da sua identificação para com o grupo buscamos Durkheim, que nos diz que:

cada pessoa é conduzida pelo todo, numa celebração coletiva apaixonada, todos se sentem parte da verdade maior da comunidade atemporal e potente, acima das limitações individuais de mortalidade, interesse próprio e fraqueza pessoal. Os homens ficariam mais confiantes porque se sentem mais fortes; e realmente ficam mais fortes porque as forças que estavam adormecidas despertam na consciência.<sup>75</sup>

O episódio do empastelamento do jornal também nos revela um outro ponto importante em toda relação de pertencimento a um grupo: a concepção binária da diferença. Essa concepção funda-se sobre uma construção de uma fronteira de exclusão. Para que o projeto identitário possa passar-se como firme, sólido e criador de um *telos* que explica o mundo, o processo exige a construção de um “Outro”. Um outro que lembrará quem está *dentro* dos limites que garantem as suas sensações de estabilidade e coerência. Essas diferenças são essenciais ao ato de significar.

Neste sentido temos discursos e ações que imprimem ao “outro” noções de “exterioridade”, “noções daquilo que representa a ameaça para o projeto que dá sentido à existência”, e sugere ao homem envolvido pelo “grupo” os locais que devem ser atacados para que seja garantida a ordem do mundo almejado. Então, a linguagem usada pelos discursos sempre apresentará o “outro” e suas ações com sentidos negativos. No nosso caso a interpretação dada pelos atores sociais contra o Clube 3 de Outubro age nesse sentido, aparecem expressões que designam “imaturidade” e “vandalismo” que estão associadas ao ato de “empastelar” o jornal.

Muito significativo também está o adjetivo usado na frase: “O Jornal [*Diário Carioca*] que tanto pregara a lei eleitoral seria o atestado vivo da repulsa que a

---

<sup>75</sup> Durkheim, 1965:387.

decretação dessa lei despertava aos que ambicionavam poderes discricionários indefinidos”.<sup>76</sup>

Os adjetivos “discricionários” e “indefinidos” revelam exatamente o que propomos teoricamente no parágrafo anterior. “Discricionário” que propõe algo ‘livre de condições’, ‘não limitado’ e “indefinido” algo que não se pode delimitar, vago, incerto, indeciso e indistinto: dois adjetivos que representam a ameaça às ordens de mundo propostas. O vital era estabelecer a “ordem desejada”. Quando se atribui ao outro o predicativo de “discricionário” ou de “indefinido” sugere-se um atentado contra a pretensão de se dar ordem ao universo proposto. Todo predicativo encerra a definição, a qualificação ou um estado pensado de algo adjetivado. Temos uma curiosa frase de Coelho Neto, em entrevista a João do Rio que sintetiza esse “poder” da linguagem: “A palavra escrita vive do adjetivo que é sua inflexão”.

---

<sup>76</sup> Arquivo Pedro Ernesto, CO 67.06/08.



## 4

### O homem-narrativa: vozes em conciliação. Vozes em enfrentamento

#### 4.1 Voz e conciliação política

Pedro Ernesto, interventor no Distrito Federal no pós-30, aperfeiçoara sua imagem popular de médico bondoso e voltado para o atendimento aos pobres com o uso do rádio e de jornais de grande tiragem. Em sua campanha para a prefeitura de 1934 e no exercício deste cargo, tornou-se um dos primeiros exemplos de político carismático preocupado com as condições de vida e com os interesses da população urbana, e em especial dos trabalhadores.

O prefeito foi nesse sentido um dos pioneiros no uso político do rádio. E também um dos pioneiros a partilhar dos novos “sentidos” ligados à nova identidade trabalhista que se forjou no início dos anos 1930 e que se tornou projeto único e unificado no Estado Novo.

Lia Calabre nos remete à importância do rádio como instrumento da comunicação:

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos. Ao partilharem das mesmas fontes de notícias, os indivíduos se sentiam mais integrados, possuíam um repertório de questões comuns a serem discutidas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lia Calabre, A Era do Rádio, p.9.

O rádio possibilitava a forjadura de uma identidade coletiva numa sociedade que alguns pensadores da época chamavam de “sociedade de massas”.<sup>2</sup>

O uso do rádio na década de 1920, no entanto, se restringia a finalidades estritamente culturais e educativas. E como toda novidade o setor de radiodifusão era, neste momento, uma área de incertezas, investimento caro e retorno ainda duvidoso, já que o retorno publicitário do mesmo ainda era questionado. Em 1924 o governo limitou no decreto n.16.657 (5.11.1924), o uso político do rádio, ficando expressamente proibida a propagação de notícias internas de caráter político sem a prévia permissão governamental.

Os anos 1930 trouxeram de vez a possibilidade do uso do rádio como instrumento político. Pedro Ernesto fazia uso da rádio Cajuti para transmitir seus discursos e para detalhar os trabalhos executados pela sua administração. Há aqui uma possibilidade única: fazer a “voz política” acessar diversas camadas de uma complexa sociedade. As pessoas não precisavam ir aos comícios para escutar a “voz política”. As possibilidades de acesso e interatividade se multiplicam. Era o retorno à oralidade da voz política possibilitada pelo advento da tecnologia do rádio. A “Ágora” da tradição ocidental é remodelada pelo uso da nova tecnologia.

Muitos pensadores da época perceberam as novas possibilidades do uso dessa ferramenta tecnológica. Curiosamente a definição mais enfática do uso do rádio na política vem de um ‘elitista’, Schumpeter.<sup>3</sup> Vejamos:

[...] os ouvintes de rádio mesmo que não estejam reunidos fisicamente, têm uma terrível facilidade de se transformarem em multidão psicológica e de alcançarem um estado de frenesi em que qualquer tentativa de se desenvolver uma argumentação racional apenas espicaça instintos animais.

Essa declaração demonstra a tentativa de entender o fenômeno da radiodifusão e também a tentativa de fazer uso dos atributos políticos do rádio, mesmo que venhamos hoje a condenar a interpretação que o autor nos sugere sobre um suposto comportamento irracional dos agentes envolvidos. Hoje compreendemos que o que o autor chama de “terrível facilidade de se transformarem em multidão psicológica” significa forjaduras

<sup>2</sup> Principalmente os pensadores elitistas.

<sup>3</sup> Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, p.322.

identitárias e até mesmo partilhas do sensível concernente a sua época.<sup>4</sup> Percebemos assim os vínculos indissolúveis entre a arte da radiodifusão e a política.

Analisaremos as nossas fontes seguindo a sugestão de Paul Zumthor, buscando “ouvir a voz que pronunciou nossos textos”, e para isso “basta que nos situemos no lugar em que seu eco possa talvez ainda vibrar: captar uma performance, no instante e na perspectiva em que ela importa, mais como ação do que ela possibilita comunicar”. O autor também nos lembra que os lingüistas têm insistido que a “enunciação tende naturalmente a ultrapassar o enunciador e o enunciado”. Uma fonte sonora exige-nos o entendimento da “fala” e “expressão” conjuntamente.<sup>5</sup>

Os textos nos são perfeitamente legíveis; a obra – que foi comunicada com seus ritmos e sonoridades – foi na conjuntura estudada audível, compartilhando possibilidades semânticas próprias às conjunturas. De um texto a voz de Pedro Ernesto extraía a obra a ser anunciada, porém a “voz” dá à obra a possibilidade de indicar-nos as partes mais “motivadoras” do texto envolta em silêncios, suspiros, entonações que a tornam significantes em sua singularidade.

*Não podemos nos remeter à “voz” renunciando às “simbolizações abstratas e às taxionomias, porque toda palavra pronunciada constitui, enquanto produto vocal, um signo global e único, tão abolido quando percebido”. Portanto, o que faremos daqui para frente é analisarmos as “vozes das fontes” tendo como referencial as próprias subjetividades de seu contexto.*

O discurso de posse, proferido à sacada da Câmara Municipal por Pedro Ernesto e propagado pela Rádio Cajuti será a primeira fonte dessa natureza aqui analisada:

Grande já vai se tornando o nosso poder de construir a sociedade pela ciência e pela técnica, por conseguinte de eliminar do seu seio a miséria, a pobreza, os aspectos degradantes da inferioridade social. Nada disso pode ser mais recebido e aceito como imposição do destino [...] promoverei, por todos os meios possíveis, a implantação dos seguintes princípios diretores de política e de governo [...] a socialização progressiva dos serviços que interessem ao bem coletivo do povo, de acordo com as conclusões a que foram

<sup>4</sup> Jacques Ranciere, *A partilha do sensível*.

<sup>5</sup> Paul, Zumthor, *A Letra e a voz*.

chegando os órgãos técnicos competentes; o melhoramento das condições para assegurar a todos uma organização sadia da família [...] E garantirei no meu governo, [...] a defesa e o melhoramento da saúde.

O discurso fala em “técnica”. As vozes políticas dos anos 1930 enfatizam demais essa crença na possibilidade de manipulação do espaço de experiência em prol de uma certeza futura. Percebemos o que Weber chama de um *ethos* de realização secular impessoal alicerçado na crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação. O desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre a sociedade e a natureza supostamente possibilitariam o que Pedro Ernesto chama de “bem coletivo do povo”.

A sociedade também é vista como um “grande jardim”, onde se pode plantar as “boas plantas do progresso” e extirpar as “ervas daninhas do atraso”. O discurso se mostra legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição – ou busca da mesma – que foi por toda parte a mais eminente marca dos anos 1930 – daquela visão “otimista” que o progresso científico e industrial removiam em princípio todas as restrições sobre a possível aplicação do planejamento, da educação e da reforma social na vida cotidiana, enfim, daquela crença de que os problemas sociais podem ser finalmente resolvidos. Resolver os problemas sociais e “curar” - para usar uma palavra já famosa por sua designação na área religiosa e médica – o Homem. Fazer o “homem novo”.

O “homem novo” não se deixa levar pelo “destino”. Ele faz o futuro. E Pedro Ernesto assume para si esse “protagonista” dos novos tempos quando afirma: “Nada disso pode ser mais recebido e aceito como imposição do destino (...) promoverei”. Reparemos que ele faz a conjugação do verbo, o uso da voz, na primeira pessoa do singular: “promoverei”. Ele toma para si a iniciativa de construção da sociedade futura. Nessa parte do discurso há uma entonação diferente. A voz indica certeza, vontade e ação para construir o futuro narrado. A entonação elimina qualquer possibilidade de ambivalência, do “desvio do significado pretendido”, não há lugar para o “meio termo”. O discurso é geométrico e a geometria mostra como seria o mundo se tivessem utilizado os homens do passado o poder

de construir a sociedade com o auxílio da ciência e da técnica. Trata-se de um discurso orientador do futuro, modernamente pedagógico.

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo dos ouvintes. A argumentação versa sobre o que é presumidamente partilhado pelos ouvintes. São arranjos que objetivam “ganhar” os ouvidos e posteriormente a alma. Pedro Ernesto fala para o “auditório dos homens da década de 1930”. Esse auditório anseia ouvir as suas verdades, unificadas na sua voz. São os seus “fatos”, “as suas verdades” – a respeito de certos valores, arranjos de idéias e dados. As “verdades” aparecem na maneira de se “narrar” os novos tempos. Narrativas complexas, que ligam os fatos e na maioria dos casos transcendem a experiência.

O discurso produz um padrão de normalidade. As presunções estão de acordo com o que aqui chamamos “idéias de média”. O estabelecimento da média, da “normalidade” dependerá sempre da aprovação do grupo para a qual a mesma se destina. É através das idéias defendidas que se forjará ou não o “acordo” entre voz e ouvintes. Segundo Perelman e Tyteca:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos.

Isso é típico da moral moderna ocidental onde se presume observância de regras válidas para todos e em todas as circunstâncias. Para que sejam cumpridos os ideais da sociedade moderna Pedro Ernesto ambiciona a construção de um futuro apoiado pelo conhecimento dos técnicos. No discurso há a tentativa de se produzir um consenso na figura do técnico. Seus saberes tornarão possível o direcionamento político da nação.

A família é apresentada como um “valor concreto”. O discurso diz que tudo se fará no intuito de “assegurar a todos uma organização sadia da família”. Há o intuito de “conservar” o que de melhor existe – em menor perspectiva, a família – para a construção harmônica do seu arquétipo maior: a nação. O discurso apresenta objetivos bem hierarquizados: assegurar o bem do indivíduo, pra que se assegura o bem maior da família e para que se efetive o progresso da nação. O nosso “auditório-sociedade” é menos caracterizado pelos valores dispersos que atribui a si mesmo do que pelo modo que os

organiza. Neste sentido temos um exemplo no discurso de Pedro Ernesto do construtor de “unidades narrativas” que dão sentido ao presente e projetam esperanças ao futuro. A segurança que o discurso proporciona ao ouvinte está na forma em que é hierarquizado, apresentando “valores aceitos” e designando aquilo que deve ser também sacrificado para o estabelecimento do “acordo”.

Cabe mencionar que esses “valores” organizados sistematicamente no discurso apresentam o que chamamos comumente de “lugares comuns”. A “família” é apresentada como um desses lugares. Locais que se apresentam como “depósitos de argumentos” que devem ser facilmente acionados quando necessário. É Vico quem nos chama atenção para a importância da existência desses “lugares oratórios”.<sup>6</sup> Esses *locus* apresentam valores argumentativos importantes na tentativa de estabelecimento de acordos. São arsenais indispensáveis para quem pretende persuadir. E atuar no mundo político exige entendimento dos mecanismos de persuasão.

A linguagem usada também busca forjar uma relação de identidade para com o auditório. Neste sentido podemos caracterizar o tempo estudado não só pelos seus valores e por suas preferências, mas também pela intensidade identitária. Intensidade de adesão ao discurso. Adesão à voz política. Mostramos aqui esses “lugares” de ordem geral que permitiram ao seu tempo fundar valores forjadores e mantenedores de identidades.

Os ouvintes estavam “distantes” e “próximos” a Pedro Ernesto. E o “próximo” não se refere apenas ao alcance tecnológico do rádio. A carta de Odilon Batista a seu pai nos demonstra algo bem curioso: “Papai, fiquei muito feliz ao ver que o povo está contigo, acompanhando-te no auditório da Rádio Cajuti”.

Tem sido bastante comentado pela bibliografia existente que a Rádio Nacional atraía muitas pessoas para seus auditórios: pessoas interessadas em materializar as vozes que as conquistavam. O Rádio tinha a capacidade de gerar esse ambíguo sentimento de proximidade e distância. As vozes geravam a curiosidade do alheio moderno. E não foi diferente com Pedro Ernesto, o prefeito que usava sua voz para chegar à população. Os auditórios da rádio Cajuti representavam essa possibilidade de encontro. Do encontro do abstrato da voz com o palpável do corpo.

---

<sup>6</sup> Quintiliano, vol. I, liv.III, cap. VIII; vol. IV, liv. XII, cap.I.

Em entrevista dada ao *Correio da Manhã*, em 16/05/1935, sobre o novo programa de seu governo e do Partido Autonomista, Pedro Ernesto explicita logo no início da entrevista que as únicas possíveis ‘leituras’ sobre o programa do Partido Autonomista são seus próprios discursos, um concedido “por inauguração da União Trabalhista do Distrito Federal” e outro “por ocasião de sua posse como prefeito”. A voz política dos discursos torna-se orientação partidária. Pedro Ernesto ainda afirma seus “objetivos [acerca] de uma nova política brasileira”, acabando por resumir o programa partidário em 10 itens:<sup>7</sup>

- 1- A liberdade, com responsabilidade, de crença, de palavra, de imprensa;
- 2- O apoio a qualquer governo honesto, competente e renovador, defendendo-o contra toda e qualquer pressão legal ou ilegal, de interesses de indivíduos ou de grupos;
- 3- A manutenção da tranqüilidade colectiva pela proibição de uso privado de armas;
- 4- A socialização progressiva dos serviços que interessarem ao bem colectivo do povo, de acordo com as conclusões a que forem chegando os órgãos technos competentes;
- 5- O melhoramento das condições para assegurar a todos uma organização sadia de família;
- 6- A formação, pelo conhecimento de nossas condições de uma vigorosa consciência brasileira;
- 7- Um padrão mínimo de ação para todos;
- 8- Um mínimo de informação imparcial e tanto quanto possível científico sobre a vida humana e os problemas da humanidade, especialmente no Brasil;
- 9- Defesa e melhoramento da saúde;
- 10- Os direitos sociais elementares do homem, como os de subsistência, trabalho e conforto gradativo.<sup>8</sup>

*Os itens acima enumeram questões recorrentes a década de 1930. Cabe lembrar que em mais de um momento, durante a entrevista, Pedro Ernesto se esquivava de qualquer semelhança de seu programa com os programas comunistas.*

*No primeiro item Pedro Ernesto pede ‘liberdade’, ‘com responsabilidade’; quando projeta o termo ‘responsabilidade’, cabe lembrar que os ‘tenentes’, aos quais era ligado e inclusive sendo considerado um ‘tenente civil’, eram a favor do continuísmo revolucionário. Verificamos, portanto, que este termo usado indicaria uma forma mais amena de mudança. Ninguém duvidaria do caráter de mudança de suas propostas quando o próprio prefeito indica a formatação de uma ‘nova política brasileira’, porém como político pragmático, não desafiaria o poder central.*

<sup>7</sup> Ver a íntegra da entrevista em PEB, pi 19350516.

<sup>8</sup> O trecho respeita a grafia original do documento.

Pedro Ernesto expôs os programas de seu partido e de seu governo durante a inauguração da União Trabalhista do Rio de Janeiro, indicando estar ao lado da ‘causa’ dos trabalhadores. O local da exposição das idéias de seu partido evidencia a intenção requerida pelo prefeito ao emitir sua mensagem. A ‘nova ética do trabalho’ estava sendo forjada nesta conjuntura, o que mostra que Pedro Ernesto como liderança, estava atento às questões de seu tempo.

O segundo item é interessante por ressaltar parte de seu *jingle*: honestidade. O governo deveria ser honesto e renovador para merecer apoio do Partido Autonomista. E já enuncia a não aceitação de um governo ditatorial. O terceiro item proíbe o uso privado de armas e indica a típica preocupação elitista, neste caso, de tentar proteger a população de si própria.

O quarto item indica a formação de um ‘conselho techno’ por parte do governo que lidaria diretamente com os problemas da população - pelo ‘bem colectivo do povo’. Sobre isso destacaremos as próprias palavras de Pedro Ernesto:

...Esse conselho techno que desejo compôr com altas figuras representativas de intelligencia e da cultura, no país, deverá estudar e planejar todas as soluções parciais e globaes que o meu governo adoptar. Será um órgão de estudos, de planos e de controle geral da administração. Mantendo, inicialmente, três escriptores especializados (...) para o fim de estabelecer as bases em que possamos melhorar a distribuição de oportunidades de trabalho e o bem estar geral do trabalhador, como a sua alimentação e a sua habitação (...) e finalmente, nos occupar com o problema do desemprego e dos sem trabalho.

A formação de um conselho techno é uma inovação política para o momento, nenhum governo até então teria proposto nada parecido. O fim do trecho acima é revelador, mais uma vez, da proximidade da política do Partido Autonomista para com a questão trabalhista. O ‘problema dos sem trabalho’ maculava a dignidade do trabalhado, voltando a afirmar essa questão no item 10, ressaltando o *trabalho* como um dos ‘direitos sociais elementares’. A presença de especialistas em setores chaves do governo estado-novista é um indicativo do sucesso das propostas anteriores de Pedro Ernesto.

As preocupações com a família, saúde, subsistência e conforto gradativo são todas muito próximas às preocupações da população. Neste sentido essa é a ‘Era dos Mínimos’, no item 7 Pedro Ernesto ressalta um “mínimo de ação para todos”, no item



seguinte, “um mínimo de informação imparcial e tanto quanto possível científico sobre a vida humana”. A preocupação científica é típica desta conjuntura histórica; quaisquer planos para as mais diversas áreas do social eram detalhadamente estudadas, comparadas com reformas internacionais, etc. A educação estaria diretamente relacionada à “formação da consciência brasileira”, assim como a discussão da ‘brasilidade’ estava sendo forjada novamente.

Passaríamos a ser então a ‘nação dos mestiços’, a ‘nação da tolerância racial’, a ‘nação do sincretismo religioso’; esses eram alguns dos atributos da nação, atributos a seu povo laborioso foram forjados com a nova versão do trabalhador, como foi discutido acima. Sobre o projeto de educação vejamos as próprias palavras de Pedro Ernesto: “... objetivamos melhorias relativas a educação popular, a formação de quadros profissionais e technos, as questões de assistência médica, hospitalar e social e defesa da saúde do povo”.

Cabe lembrar que educação e saúde eram questões discutidas indissolúvelmente. Lembramos que esse é o momento em que o modelo de “escola padrão” de Anísio Teixeira ganha espaço nas discussões governamentais; em seus espaços as escolas para além das salas de aula possuíam centros médicos que atenderiam diretamente à população. Novamente lembramos que este era um modelo de escola ideal, porém, essas ‘escolas-padrão’ eram numericamente minoritárias.

Ainda consta na entrevista uma proposta de Reforma Tributária requerida por Pedro Ernesto. A Reforma seria boa por o governo não ter de “tomar outras medidas aconselhadas pela natureza complexa do problema que é de produção e de transporte, de organização de meios adequados para que o consumo dos gêneros não sofra a ação dos múltiplos factores que os encarecem”. Os gêneros, principalmente os alimentícios, eram encarecidos pelas altas taxas tributárias, o que dificultava o acesso da população aos mesmos. Mais uma vez os interesses da população eram colocados em primeiro lugar, estabelecendo uma espécie de “simbiose” entre o governo distrital e o povo que sofria seus efeitos de poder.

Sinteticamente o programa do Partido Autonomista defendia: a instauração de um governo parlamentar com duas câmaras, uma política e legislativa e a outra profissional, eminentemente técnica; a organização do trabalho de maneira a se estabelecer a colaboração entre empregados e empregadores; a criação de sindicatos como órgãos de

representação profissional, defendendo o empregado ou o empregador dentro da legislação vigente; a criação de um tribunal de conciliação para as contendas sindicais previstas em lei; a assistência aos trabalhadores, artistas, intelectuais e cientistas; a colocação da ciência a serviço do Estado e da coletividade, e o estabelecimento da escola única, com ensino primário e obrigatório, e o ensino profissional gratuito. O Partido Autonomista considerava também a família como base da organização social. Todos os elementos apontados acima são fundamentais e atrativos aos agentes históricos de seu tempo.

Em um esforço concentrado de alistamento eleitoral nas favelas e subúrbios, a administração Pedro Ernesto, conseguiu fazer saltar o número de eleitores de 70 mil, na eleição de 1933 para a Constituinte, para 110 mil na eleição municipal de outubro de 1934.<sup>9</sup> O Partido Autonomista conquistou então 20 das 22 cadeiras da Câmara Municipal. Pedro Ernesto foi o vereador mais votado, com cerca de 42% dos votos válidos, e em seguida foi eleito pelo colegiado de vereadores prefeito constitucional do Distrito Federal. Em sua posse no dia 8 de abril de 1935, discursou da sacada da Câmara para uma multidão que enchia as ruas e manifestava de forma calorosa seu apoio.

No discurso do jornalista Carneiro Ayroso, em 13 de outubro de 1934, à rádio Cajuti, forja-se uma imagem de Pedro Ernesto quase que consensual, consolidando ao interventor uma imagem central e poderosa. Vejamos Pedro Ernesto “narrado” pela voz de “outrem”:

... médico desde cedo, ainda dos bancos acadêmicos, auscultou o sofrimento do pobre, do humilde, do trabalhador.

Na sua carreira crescente nunca o povo esqueceu, e no ápice, quando desfrutava o melhor do seu prestígio, tocado pelos sentimentos mais nobres e puros, arriscando a vida, desprezando o aconchego e a tranquilidade do lar, tudo sacrifica-se a atira-se, furiosamente, em busca da realização do pensamento que o torturava, o socorro público, em seus múltiplos aspectos.

Intuitiva e diretamente conhecedor das misérias da massa, assenhoreando-se do poder, atacou de pronto, com programa, com serenidade os grandes problemas sociais.

Não irei repetir, agora, a obra de Pedro Ernesto já tão conhecida de todos.

Basta mesmo um passeio pela cidade para compreender o seu alcance, quando se edificaram os grandes e modelares hospitais, escolas, albergues e policlínicas, muito já entregues à frequência pública e os demais quase em vias de conclusão, num lapso de tempo relativamente curto.

Vale salientar esta orientação de seu programa pelo contraste que oferece com as administrações anteriores. O Rio, uma cidade de cerca de 2 milhões de habitantes, com

<sup>9</sup> Dados recolhidos nos arquivos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

raros e deficientes hospitais e com péssimas escolas, mas o que é mais, em flagrante desafio com as ricas avenidas que o bordeiam, asfaltadas, para os magnatas desfrutarem em seus ricos automóveis, enquanto o proletário, esquecido e explorado, mal se lhe oferecem imundos trens não sem grandes riscos pela deficiência de todo gênero.

As leis de amparo aos trabalhadores humildes, e às suas famílias nos vários aspectos, e foram tantas outras realizações do eminente governador da cidade.

Mas, não é tudo, Pedro Ernesto traz em si e vinculado ao partido que fundou o delineamento de uma obra muito maior.

É preciso ajudar a este homem, com H maiúsculo, a levar à frente a sua obra. Esta responsabilidade, aliás, nem sempre bem compreendida, cabe a nós eleitores que teremos de escolher o dirigente.

As lutas e as dificuldades dos problemas, dada a natureza capitalista da sociedade, exigem homens da tempera de Pedro Ernesto.

*Votar em seu nome e no de seu partido é defendermo-nos a nós mesmos; fujamos dos falsos protetores que exploram, com cantos de sereia a credulidade popular, transformando a oposição em armas pessoais sem qualquer utilidade pública.*

O Partido Autonomista orientado e vivificado por Pedro Ernesto oferece as garantias das cousas sólidas.

Amparemo-nos votando em Pedro Ernesto e no Partido Autonomista<sup>10</sup>.

As narrativas que se repetem, as expressões partilhadas e os comportamentos comuns serão tratados, aqui, como “textos”, no sentido dado por Clifford Geertz. Atencioso aos significados, o estudioso das manifestações políticas pode, por sobre os ombros, daqueles que “escreveram”, “ler” os seus “textos”. “As sociedades, como as vidas”, diz o antropólogo norte-americano, “contêm suas próprias interpretações”. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.<sup>11</sup> Mas também, e sobretudo, querer ouvi-las.

Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade.<sup>12</sup> A “imagem” Pedro Ernesto expressava um conjunto de experiências que longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores e da população em geral. A “imagem” de médico popular sempre foi vinculada com forte conotação política.

<sup>10</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.09.

<sup>11</sup> Clifford Geertz. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 321.

<sup>12</sup> Essa noção é de Jorge Ferreira, em *Populismo*, onde o autor junto de outros questionadores do conceito, como Ângela de Castro Gomes, dissecam o uso do mesmo. Vejamos o que diz Gomes: “Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe”. (Gomes:1998, 24).

Para aqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro, havia o tempo de “hoje” e o tempo de “antes”, cuja linha simbólica que os separava era 1930. Segundo o discurso do jornalista, o programa de Pedro Ernesto à cidade do Rio de Janeiro contrasta com as administrações anteriores. Pedro Ernesto “salvara o distrito das garras políticas carcomidas evitando a desgraça do povo”. Hospitais e escolas foram entregues a população. Saúde, educação, transporte são substantivos usados na imprensa, qualificando Pedro Ernesto, pelos seus feitos nessas áreas, mas seus significados não colaram apenas na imprensa, os trabalhadores também retribuíram a Pedro Ernesto, como veremos posteriormente.

Cabe ressaltar um dos primeiros confrontos que Pedro Ernesto enfrentaria: “as lutas e as dificuldades dos problemas, dada a natureza capitalista da sociedade, exigem homens da tempera de Pedro Ernesto”. A pergunta de Gomes: “Existiria pior imagem, do que a imagem do comunista, para o Brasil da época?”.<sup>13</sup> Sua luta pelo social, por diversas vezes, começara a ser questionada, era difícil aos grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões para o inconformismo e definir comportamentos de apoio popular a Pedro Ernesto. O discurso do jornalista Carneiro Ayroso, cria as antíteses: magnata X proletário, “ricos automóveis” X “imundos trens”, ricas avenidas asfaltadas X lugares sem assistência sanitária, as quais salientam o ‘perigoso’ discurso opositor que se iniciaria.

Marshall Sahlins nos ensina que as culturas humanas não se explicam tão-somente pelas atividades materiais, pela perseguição individualmente racionalizada de seus melhores interesses utilitários. A esta espécie de razão, prática, uma outra, mais significativa, rege as culturas: a simbólica. “Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias”, diz o antropólogo, “ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a ‘utilidade’ e assim continua-se incapaz de dar conta do que é de fato produzido”.<sup>14</sup>

Neste sentido, uma outra lógica, simbólica, cuja abrangência cultural se estende além da razão material, media as relações entre o governador e a classe trabalhadora, ou os populares. O *marketing* político se estruturava na exaltação dos trabalhadores e no fato das grandes obras dos governos se dedicaram aos mesmos.

<sup>13</sup> A autora fez essa pergunta à platéia em 16/10/2002 na UERJ.

<sup>14</sup> Marshall Sahlins, *Cultura e razão prática*, p. 185.

Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto. As mensagens fundamentadas na ideologia trabalhista-popular resgataram idéias, crenças, valores e a auto-imagem construída pelos próprios trabalhadores. O governo de Pedro Ernesto não surge apenas como produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como de ambos - além de ressaltar os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade.

*Desta maneira eram atrelados à imagem de Pedro Ernesto os atributos de homem de “sentimentos nobres”, “eminente governador”, “homem com H maiúsculo”, “homem de tempera”, e principalmente, unificador e razão de vida – vivificador – do Partido que presidia: O Partido Autonomista. Estabelecem-se as relações entre homem, liderança e partido.*

Os discursos de apoio a Pedro Ernesto põem de um lado os “grã-finos, os milionários, os ricos, os barões, as elites, os exploradores do povo”, de outro, “os que vivem do trabalho, os pobres, os simples, os humildes, a plebe, os que lutam”. Essa divisão se apóia em relações simbolicamente poderosas para a época. “Os símbolos”, diz Baczko, “só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação”.<sup>15</sup> Um dos maiores símbolos de campanha de Pedro Ernesto era a ‘marmita’. A “marmita” representava a dignidade, o respeito e a decência do trabalhador.

Pedro Ernesto resgatou crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, mobilizando-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva. “A classe”, diz Adam Przeworski, “molda o comportamento político dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal”.<sup>16</sup> Evidentemente, que sua análise se afasta frontalmente das interpretações que vêm na política brasileira após 1930, nada além do que repressão e propaganda governamental, resultando em uma classe trabalhadora sem

<sup>15</sup> Ver Bronislaw Baczko, “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, p. 325. Ver exemplar na Biblioteca da UFF.

<sup>16</sup> Ver Adam Przeworski, *Capitalismo e social-democracia*, p. 42.

consciência de seus “reais” interesses, sempre a reboque de “pelegos” e “líderes burgueses de massa”. Contudo afirma Przeworski:

*No papel, podem se enquadrar as pessoas nas classificações que se desejar, mas na prática política é preciso tratar com pessoas de carne e osso, com seus interesses e a consciência dos mesmos. E tais interesses, quer sejam ou não ‘reais’, não são arbitrários; tampouco é arbitrária sua consciência e a própria prática política que os forja.*

Pedro Ernesto, já em seu primeiro governo, atuou no sentido de mobilizar os trabalhadores como classe social. Receosos de que, com outro governante, os fundamentos materiais e políticos do *pacto* fossem rompidos e, no mesmo movimento, os benefícios concedidos que os reconhecia politicamente se perdessem, os “textos” enquanto expressões e desejos dos agentes históricos envolvidos nos revelarão o ‘porquê’ do apoio popular a Pedro Ernesto, mesmo no momento da desconstrução de sua imagem política. Ao reconhecerem um governo que os elevou à categoria de cidadãos, com deveres, mas sobretudo com direitos sociais, e ao afirmarem os ganhos materiais e simbólicos usufruídos desde o início dos anos 30, os trabalhadores, partilhando idéias, crenças e comportamentos em comum, não poderiam admitir ofensas (nem mesmo ao fato do governador ser atrelado ao comunismo) àquele que presidia o *pacto*. Aceitar os ataques a Pedro Ernesto – até os do Governo Federal – seria não reconhecer devidamente os benefícios. Em uma palavra, “ingratidão”, uma falta condenável, porque muito grave, na cultura popular.

Muito do sucesso da administração Pedro Ernesto provinha do fato de ele ter buscado estender a rede de bens e serviços públicos municipais a áreas anteriormente desassistidas, fazendo da construção de escolas, hospitais e postos de saúde a principal marca de sua gestão. Ampliando o acesso à educação pública, leiga e gratuita e aos serviços sanitários terapêuticos e preventivos, o interventor procurava melhorar a qualidade de vida da população e seu padrão de competitividade no mercado – com os cursos das escolas técnicas. Preocupava-se também em incentivar a participação política dos cariocas. Pedro Ernesto era retratado sempre como o sujeito da ação: “Pedro criou, determinou, estabeleceu, assinou, mandou executar ou cuidar para que”, etc...

Os discursos nas rádios procuravam não apenas informar a população sobre os benefícios a que tinham direito, como esclarecê-la sobre os passos do homem de ação:

Pedro Ernesto. Além de homem de ação, Pedro Ernesto era lembrado como médico bondoso voltado, sempre, ao atendimento aos pobres. Pela “abundância de seus traços brasileiros” ele conseguiu realizar tudo quanto havia de superior nas doutrinas políticas e rejeitar o que de mau nelas existiam: o elitismo prosaico (vulgar).

O trabalhador seria reflexo do homem honesto da própria figura de Pedro Ernesto, dotado de ânimo, interesse e capacidade. “O trabalhador: esse homem magnífico, tornado são e bem alimentado pelos políticos, seria o principal responsável pela construção da grandeza da pátria”.<sup>17</sup>

Por falar em trabalhador enfocaremos em nossa análise a partir daqui o *jingle* político de Pedro Ernesto durante as eleições pela prefeitura do Distrito Federal. *Jingle* que virou “mania” nas rádios. *Jingle* que virou a “voz” emitida a todos que compartilhavam os sons coletivos do universo político, pois escutar o rádio era um “ato coletivo” até o posterior advento do rádio à pilha. As palavras “Justiça, Honestidade e Trabalho” estão em consonância com o que se espera do ‘bom político’ na década de 1930. Uma boa recepção deduz uma mensagem adequada para sua efetivação. Os dois primeiros atributos parecem ter referência óbvia para o que se espera de um bom político; já o atributo “trabalho” deveria, ao menos, merecer em qualquer estudo sobre as décadas de 1930, 1940, 1950 e a primeira metade da década de 1960, atenção especial.<sup>18</sup>

Só se pode compreender o valor atribuído ao trabalho neste momento se compreendermos que o ‘trabalho’ durante todo o período anterior da história nacional – e não somente durante a Primeira República – o valor ou o “não valor” do trabalho, verdadeiramente enraizado em nosso *ethos*. Assim como a palavra democracia, quando

<sup>17</sup> Pedro Ernesto diz sobre o trabalhador em discurso afirmado na Conferência dos Trabalhadores, realizada em 13/09/1934, ver PEB c 1934.01.06, rolo 1, fot. 0529.

<sup>18</sup> Temos como exemplo no campo cultural de atributo positivo ao trabalho no samba ‘O bonde de São Januário’, de Wilson Batista e Ataulfo Alvas, que nos revela uma auto-imagem centrada no valor positivo do ato de trabalhar, de onde decorreria a dignidade da figura do trabalhador e o seu papel central no mundo econômico e social construído pela década inicial do Trabalhismo brasileiro, vejamos:

*Quem trabalha é que tem razão,  
Eu digo e não tenho medo de errar,  
O bonde de São Januário  
Leva mais um operário,  
Sou eu que vou trabalhar*

Para mais informações ver *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit.

pensada enquanto conceito, é bastante genérica, se não alinhavarmos-la à conjuntura estudada, a palavra trabalho também se apresenta como um ‘conceito vazio’.<sup>19</sup>

Na década de 30, alguns políticos, entre eles Pedro Ernesto, e o “clarividente” Getúlio Vargas, perceberiam que o trabalhador era o esteio da sociedade, mas não era reconhecido como tal pelas outras “classes sociais”. Cumpriria a eles, e neste sentido Pedro Ernesto anteciparia todos os outros, para que essa situação se transformasse.<sup>20</sup> A luta pela valorização do trabalhador, que até então fora assumida durante a República Velha principalmente pelos movimentos anarquistas e socialistas, seria assumida pelos políticos no centro do poder. Com Pedro Ernesto essa luta passaria a ser central na política, pois seria o início da tradução de uma conquista do *status* de ‘bom cidadão’, organizado e representado politicamente, já que o trabalhador seria merecedor dos direitos ‘das classes a que pertence’. Seria a reivindicação e construção de uma identidade social positiva. Se o mundo do trabalho durante a República Velha era “caso de polícia” já que o poder central se opunha à organização dos trabalhadores, na década de 1930, o poder central re-alinhará tais questões para si. A malandragem característica do que se designou chamar nos anos 50 de “jeitinho brasileiro”, fora insistentemente combatida tanto pelo DNP, Departamento Nacional de Propaganda, quanto pelo governo Pedro Ernesto entre 1933 e 1935. A vagabundagem era relegada frente ao “laborioso gentio carioca”. Nas rádios que apoiavam o interventor os compositores passariam a adotar temas de exaltação ao trabalho e de condenação à boemia. Samba descrevendo personagens bem-comportados e, inclusive, alguns ex-malandros convertidos em pacatos operários eram estruturas de um discurso característico da época.

<sup>19</sup> Cunho aqui a expressão ‘conceito vazio’ para designar palavras que só têm significância dentro de uma conjuntura qualquer. A etimologia da própria palavra ‘trabalho’ nos ajuda a pensar o que ela tem - ou teve- de significância historicamente. Em latim, *palu*, significava estaca, poste. Daí vieram o português *pau* e o italiano *palaffita* (estacas fincadas). Daí também se origina o *empalar*, submeter alguém ao suplício de ser espetado por uma estaca até morrer. Por isso desde sua sócio-gênese ‘trabalhar’ tem sido apropriado com o objetivo de submeter alguém a um sacrifício. O português *trabalhar* tem essas origens. Essa análise é importante para que possamos anexá-la ao que historicamente associara-se ao se ‘pensar’ o local do trabalho dentro de nossa sociedade. A aversão ao trabalho como ‘coisa de preto’, o critério de separação do castigo do trabalho ao não castigo, por muito tempo foi a fenotipia. Trabalhar de certa forma era um castigo. Vários historiadores já se debruçaram sobre essas questões. Durante o período colonial o não trabalho ou o ócio era indicador de *status*, o poder estudar era visto como significativo à diferenciação social.

<sup>20</sup> Clarividente: adjetivo atribuído à figura de Vargas a partir de 1942 com as inserções de Marcondes Filho na Rádio Nacional, falando aos trabalhadores do Brasil.



O que fica claro, portanto, é a força constitutiva de um discurso capaz de re-significar conceitos e tradições. Segundo Sahlins, as ações humanas se equilibram entre lógicas práticas, lógicas simbólicas, estando esses dois tipos de lógicas associadas. O poder central construía uma nova lógica aos trabalhadores, que se opunha a toda uma tradição de olhar depreciativo. Mas só construir um discurso sem bases materiais e concessões de benefícios não seria suficiente à efetivação da construção de uma *Era de Trabalhismo* que se constituiria nesse momento. Contra os teóricos populistas, o autor desta dissertação, não acredita que um discurso demagógico por si só seja capaz de criar uma manada de apaixonados e perseverantes seguidores de políticos, sem ganhos efetivamente materiais. Segundo Marx, “os homens transformam a natureza segundo um construto”, isto é, segundo um sistema de representações.<sup>21</sup> A questão não é de “prioridade, mas sim de qualidade”, ou seja, a experiência humana é sempre uma experiência rica em significados. Esse jogo entre trabalhadores e poder central implica em lidar com a questão da construção do conceito de cidadania e, mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares.

Em nosso país, foi basicamente a partir dos anos pós-30 que a classe trabalhadora foi incorporada como um ator relevante ao cenário da política nacional. Aqui concordamos com o que propõe Gomes: “... o sucesso do projeto estatal pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira república elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo”.<sup>22</sup> Pedro Ernesto seria um dos primeiros políticos a re-significar esses valores e em muito isso se deve à sua biografia, como homem de origem popular e durante seu tempo como estudante estar diretamente ligado a esses movimentos de reivindicações a uma outra imagem do trabalhador.

A pergunta ‘Qual o significado que os atores sociais atribuem à política?’ será respondida na próxima subunidade, mas antes desse exercício de reflexão através da empiria, precisamos contestar algumas das mais importantes discussões sobre a participação popular, que em muito têm negado a visão participativa da população/ agentes ativos. Carvalho atribui três tipos de relações quanto a “não-participação” popular: a não-

---

<sup>21</sup> Ver volume 1 de *O Capital*, p.122.

<sup>22</sup> Gomes, 1988, p. 8.

atuação cotidiana das populações na política, a participação por reação e a “estadania”.<sup>23</sup> Segundo sua perspectiva, a população não atua cotidianamente do mundo político, só atuando de duas maneiras; a primeira é por reação, isso ocorre quando o Estado acaba invadindo arbitrariamente o mundo privado da população – como no caso da Revolta da Vacina. Pela estadania a população é chamada a atuar em troca de benefícios materiais. Em muito essas questões eram discutidas em artigos da Revista “Cultura Política”, durante os anos 30, enunciando uma pergunta básica: “Onde está o povo na República Brasileira?”. Por acreditar que os trabalhadores e os agentes históricos não são passivos, discordamos aqui das perspectivas de Carvalho, nos centrando na seguinte questão: se o poder central ajudara a constituir a identidade da classe trabalhadora articulando uma lógica material, fundada nos benefícios de uma legislação social representando esses benefícios como doações, nos cabe questionar as fontes, verificando para além das perspectivas paternalistas, se não haveria nessas construções algo mais que unidirecional – indo somente do Estado a população (Estadania) – e sim simbiótico, como uma relação de troca e existência seria mutuamente barganhada (?). O processo de construção da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural, capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organizações através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.

Lá está, em síntese, o fundamental dos elementos-chave rearticulados pelo discurso trabalhista no pós-30: uma “ética de trabalho”; a figura do trabalhador como homem honesto e sofredor; a centralidade de seu papel econômico na criação das riquezas do país; sua importância na sociedade em geral. Só que temos que perceber que esses atributos que são designados ao trabalhador são agora direcionados também ao político. Pedro Ernesto representante da honestidade, da justiça e do trabalho, portanto, honesto, justo e trabalhador, assim como a população do Distrito Federal, e por que não do país, se adiantarmos o fato de que alguns políticos de seu partido – Partido Autonomista do Distrito Federal – pensavam em articular sua candidatura à presidência? Os trabalhadores construíram durante toda a primeira República uma nova ética do trabalho. O que há de muito significativo, portanto, é a incorporação dessa ética por Pedro Ernesto, antecipando

<sup>23</sup> Expresso como ‘não-participação’, já que para José Murilo de Carvalho, os movimentos de participação popular são sempre passivos, no máximo agindo por *reação*. Ver *Cidadania no Brasil*.

todo o trabalho feito pelo Estado Novo *a posteriori*. A preocupação com o ócio e a desordem, e “educar” um indivíduo pobre e principalmente criar nele o “hábito” do trabalho, estava como ponto-chave nos discursos de Pedro Ernesto como veremos a seguir. A questão é entender que ele teve sucesso porque conseguiu estabelecer laços sólidos o bastante porque simbólicos (político-culturais) e não apenas materiais (econômicos).

Para que entendamos a introdução das questões do trabalho no discurso público na década de 1930 precisamos compreender que essa década foi um período que acentuou o processo de separação e especialização dos espaços que representam os *locus* do trabalho e da vida doméstica. As questões do mundo do trabalho cada vez mais passam a ser regidas por “contratos coletivos” e não mais por normas de ordem privada, ao menos na Capital.

O Rio de Janeiro da primeira metade do século XX é uma cidade em constante metamorfose. A literatura historiográfica já dedicou bastante atenção às reformas que a cidade passou. Reformas na cidade em “pedra” mas que também que acompanharam mudanças na “carne” da mesma.<sup>24</sup> A partir da década de 1930 acentua-se o movimento de especialização do espaço produtivo: trabalhar na própria casa era a norma até então. A separação entre “espaço de trabalho” e “espaço de privacidade” era comum à vida dos burgueses, mas não à imensa maioria da população. Trabalho e vida privada confundiam-se. A noção de privacidade – de vida fora do trabalho – é uma noção bastante moderna. As famílias cariocas organizavam quase a totalidade da existência em função do trabalho.

A reorganização social em projetos racionais já foi apresentada em discursos anteriores aos do próprio Pedro Ernesto e nos indica a intenção da entrada não só de falas mas também de ações por parte do Estado em esferas sociais que antes eram consideradas de âmbito particular. Segundo esses discursos, era preciso organizar cientificamente o universo do “trabalho”. O século XX inicia a maior abrangência do “zoneamento” da cidade, e nestes projetos sempre são levados em conta a funcionalidade da cidade almejada. Cada vez mais são projetados “equipamentos coletivos” que gradativamente se distanciam do universo privado: a escola, o hospital, as agências postais e outros. Essa dinamização da tessitura social acaba por gerar migrações cotidianas no universo urbano. É na tentativa de resposta a esses novos “movimentos” que o discurso político busca atuar. Problemáticas novas que exigem novas palavras, novos discursos.

---

<sup>24</sup> Metáfora referente ao título do livro *Carne e Pedra*, de Richard Sennet.

As relações entre patrões e criados anteriores à especialização do espaço citadino se configuram quase como relações familiares e se inscrevem muito diferentemente ao universo dos contratos de trabalho. Os laços estabelecidos entre “patrão” e “trabalhador” se configuram como relações de ordem pessoal. Não é por coincidência que por muitas vezes em meio a essa transição faltem aos discursos à atualização da linguagem – o que por vezes fez com que boa parte da hegemônica interpretação populista historiográfica se deixasse cair no canto e no “conto” das fontes e chamar essas relações de um patético “paternalismo”. Num universo em “transformação” a antiga concepção do “patrão-pai” não poderia deixar de existir totalmente mas também não representa uma perspectiva hegemônica. Por vezes ela se estenderá – como veremos mais à frente – aos representantes do universo político. Os discursos da década produziram vários “pais” mas devemos entender essa conjuntura como um momento de transição onde por vezes os discursos se prendem a “palavras disponíveis”, a “cidades almejadas” mas ainda não inteiramente configuradas e também a “cidades que não existem no discurso desejado”, mas que existem na realidade social. O entrelaçamento entre “família” e “trabalho” é, portanto, inevitável. Só podemos compreender essa “fusão” desses universos levando em consideração a “transitoriedade” e “interpenetração” dos universos apresentados.

A figura do médico como transeunte entre os universos “privados” e “públicos” explica em parte o sucesso do carisma de Pedro Ernesto. Até o início da década de 1930 os meios populares não estavam acostumados a visitas de médicos. O médico nesses meios torna-se uma novidade. Uma novidade enfatizada nos discursos da década. Várias matérias de jornais falam das visitas de Pedro Ernesto a esses setores. E é interessante a constante referência a Pedro Ernesto enquanto “doutor” para além dos cargos que tivesse ocupando no momento. E essa mesma referência ganha as falas dos populares para com o prefeito – como veremos mais à frente. O “doutor” é aquele que transita nas questões populares do povo e que tem a legitimidade do mesmo para falar publicamente das suas questões. É interessante que a figura de Pedro Ernesto transite entre esses universos públicos e privados.

Numa cidade em metamorfose – mudança da urbe e dos hábitos sobre os corpos que a habitam – o médico-popular pode ser o baricentro (ponto de equilíbrio) entre essas realidades em transformação. O “discurso privado” ganha as ruas em sua voz. E quando

vira “voz pública” se transmuta em “moral”. Moral que se faz entendida enquanto “padrão”. O “padrão do bom trabalhador” e da “boa família” que se tornam centrais em todos os discursos. A família forja o trabalhador e ajuda a construir a família maior que é metaforicamente a nação. O micro invade o macro e o macro, o micro nessa substancial troca de significados. Até mesmo a expectativa no resultado do futuro da nação não é mais de responsabilidade apenas do Estado mas do mesmo para com o “povo”. As benesses e os malefícios do futuro seriam responsabilidades partilhadas.

No discurso de inauguração do Hospital Jesus, dedicado ao atendimento infantil Pedro Ernesto reafirma-se como legítimo representante das questões sociais:

Ao se inaugurar um hospital, em qualquer outro período da vida republicana brasileira, só caberia uma palavra de lirismo filantrópico. Hoje eu trago para o limiar de um hospital, uma palavra política. E essa é a mudança dos tempos que, queiram ou não queiram se fez nesses anos tumultuosos que viveu o Brasil desde 1930. Este hospital não é uma dádiva de caridade do governo para com os enfermos do Distrito Federal, este hospital é uma dívida que se reconhece, que se paga. Esse hospital é uma afirmação de direito do povo carioca de ter mais alguma coisa do que uma mistificadora igualdade perante a lei. É o começo do cumprimento do dever do Estado de lhe dar condições de saúde, condições de existência, condições de educação, para que todos tenham realmente condições idênticas de luta pela vida. Por isso, afirmei que a inauguração deste hospital não era a inauguração de um melhoramento esporádico e benevolente com a cidade, mas a primeira concretização de um longo e extenso programa de reparação e de justiça para com o homem carioca<sup>25</sup>.

O discurso de Pedro Ernesto tem um caráter a princípio metalingüístico. Ele fala do próprio ato de se discursar durante inaugurações de hospitais. E deixa bem claro que não caberá ao seu discurso o que adjetiva como “palavra de lirismo filantrópico”. A inauguração de um hospital não é um ato de “filantropia”. Na rádio a voz carrega de força essa frase que já evidencia um caráter conclusivo ao discurso. Tudo que sealaria após a mesmo seria apenas reforço da idéia inicial.

---

<sup>25</sup> Ver arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.12.

Segundo o discurso é preciso trazer para a “saúde” – “limiar de um hospital” – uma palavra política. É preciso que a palavra política torne as questões sociais – antes ligadas ao universo particular – públicas. Esse deve ser o compromisso da palavra política. Palavra que deve se tornar ação.

A mudança do discurso é explicada pela mudança dos tempos. E podemos reparar que o ano de 1930 já não aparece mais no discurso “mitificado”. Não é mais apresentado como ano da “Revolução”. É um ano que inaugurou o “tumulto”. Nos discursos podemos verificar as contingências do universo político. Verificaremos mais adiante que em 1935 Pedro Ernesto já está bastante afastado do “centro de poder”. Quando se olha para trás os cinco anos após a “vitória revolucionária” são vistos com a frieza do olhar do presente avaliador.

A relação dádiva e dívida nos é bastante interessante. O próprio discurso de Pedro Ernesto nega o teor dessas ações políticas que a historiografia dominante classifica como “populista”. Segundo o discurso, o “povo” merece muito mais que uma “mistificadora igualdade pela lei”, praticada no passado. É, portanto, dever do Estado tomar como questões as reivindicações populares.

A inauguração do hospital inaugura um novo tempo. Um tempo que não tem mais como princípio o ano de 1930 mas o momento simbólico de inauguração do hospital. Tempo de reparação e de justiça para com o homem carioca. Tempo de correção das ações erradas do passado. Tempo de se trazer para o universo público questões que eram negligenciadas. Problemáticas escondidas sob a falsa justificativa de serem “privadas”. Para trazê-las a tona era preciso ter a autoridade de um transeunte entre esses dois universos. Se Pedro Ernesto insiste em negar as dádivas se tratando de pagamento de dívidas, veremos agora como os populares respondem à voz do prefeito. A princípio podemos acreditar que dívidas geram também dívidas que devem ser pagas ao seu modo.

## 4.2 Retribuição

Oferecido ao pai da imprensa:

Nosso senhô dê bás-noite  
 A seu donô Pedro Arnesto  
 Governadô da cidade  
 Que é o mió perfeito  
 Apezá da mocidade  
 O donô que é dos bão!...  
 E que sabe apreità:  
 Se fosse lá pro setão,  
 Nós haverá de gostá.  
 Porquê aquilo lá, seu doutô,  
 Assuste vossuncê só...  
 É uma grande porquêra,  
 Tá ruim que mette dô!

Vossuncê acompreendeu  
 Que o povo anda bânzero  
 Percisa sê adistrahí-se  
 Trez dia, num anno intêro

Prú via disso dou trez viva  
 Do fundo do coração:  
 Viva o doutô Arnesto!  
 Viva o grande interventô!  
 Viva o maior bataladô  
 Da nossa arrevolução<sup>26</sup>

Zé Gudenço

Mas se o senhô fosse lá  
 Com a sua ilustração  
 Fazia obra maió  
 Que vinte revolução!

Mas o que vom lhe dizê  
 (e não vem do causo o resto)  
 Abasta doutô Arnesto  
 Só pra lhi arrecomendá  
 Tê feito de nossa festa  
 Uma festa oficiá!

*O poema dedicado a Pedro Ernesto por um migrante estabelecido no Distrito Federal atribui ao interventor em seu título o fato do mesmo ser ‘o pai da imprensa’. Esse fato nos é significativa ao passo que possamos pensar que efetivamente a incisiva comunicação através dos rádios, jornais, panfletos, vinculados pelo Partido de Pedro Ernesto ter conseguido atingir seu objetivo final: a população. A população retribuiria com vários atributos positivos as obras do prefeito. “O doutô que é dos bão!”, é um verso que nos faz pensar o quanto a imagem de doutor vinculado aos interesses da população se fez penetrante. Pensamos também, através do mesmo, a “retribuição” da população para com as ações do governo distrital, que é percebida como ‘canal de comunicação política’.*

Pedro Ernesto, nordestino, deveria ir ao Sertão para resolver os problemas, assim como fizera pela Capital Federal. Edifica-se na linguagem, a figura do “ilustrado” que faria obra maior que vinte revoluções. Mais uma vez à imagem de Pedro Ernesto é atrelada a figura do ‘revolucionário’. O trabalho de classificação, ordenamento, percepção e também exclusões, do autor do poema, objetiva – sem necessariamente o

<sup>26</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1, fot, 0107.

ator ter a noção disso – produzir um sentido sobre a figura de um homem público, relatando um sentido simbólico deste para com um mundo social.

Como afirma Roger Chartier, são

estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais os indivíduos adquirem sentidos, o outro torna-se inteligível e o espaço que este ocupa pode ser decifrado. As representações pessoais assim construídas são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja.<sup>27</sup>

Neste sentido a imagem forjada de Pedro Ernesto pode se deslocar do pessoal ao social, não sendo somente uma imagem projetada por um indivíduo sobre o outro, mas de um indivíduo que estrutura em seus esquemas simbólicos imagens de uma coletividade.

O restante do verso só vem a confirmar o que detalhamos sobre as percepções do político Pedro Ernesto sobre as questões de seu tempo. “Vossuncê acompreendeu”, que o povo precisa se distrair, aqui codificado à linguagem clássica, os desejos do trabalhador, de não ser relegado, e sim, ser visto como merecedor e integrador do projeto nacional dos anos 30: o projeto de um Brasil singular, com seu “povo laborioso”, onde um indivíduo é parte de um todo, e ao fazer parte deste grande projeto deve integrar-se orgulhosamente. Os políticos prometiam na imprensa um veredicto da história, uma linha de progresso, um modelo de ser humano laborioso, uma ideologia, um significado verdadeiro à pátria. Haveria alguém em algum lugar que sabia como “separar a decisão certa da errada”, e a população laboriosa do distrito federal o tinha encontrado: Pedro Ernesto.

Cabe ressaltar a co-reflexão da imagem do cidadão trabalhador em: “Viva o maior bataladô!”. Se ao trabalhador é referendada a imagem de batalhador, sua atribuição ao político “do povo e para o povo” era retribuída saudosamente como a mesma: o “doutô” é como um de nós, finalmente: é um igual nas boas atribuições, e maior, enquanto ilustrado.<sup>28</sup>

Na música de caráter oficial “Maravilha de nossa Terra”, que fora oferecida a Pedro Ernesto, pelo seu autor Oscar Cardim, compositor clássico que circulava nos grandes salões cariocas, podemos perceber o alcance da imagem de Pedro Ernesto para

<sup>27</sup> Roger Chartier, *Textos impressões e leituras*, p.112.

<sup>28</sup> A frase: ‘político do povo para o povo’ aparece em vários panfletos, jornais e na propaganda vinculada nas rádios em favor de Pedro Ernesto. Ver a mesma documentada no Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1 fot. 0656.



além somente da retribuição da população, desta forma forjando-se uma imagem positiva, também para a elite carioca, que retribuiria seus feitos, vejamos:

Maravilha de nossa Terra  
Coberta por um céu de anil  
Quantas bellezas encerra,  
Em teu seio oh! Meu Brasil!

Para frente enfrentemos à sorte  
Com orgulho, o progresso é altaneira  
Não devemos temer nem à morte  
Quando pulsa o coração brasileiro

São belos os nossos mares  
Esplendor é o nosso sertão  
És a terra dos palmares  
Meu Brasil do Coração

Maravilha de Nossa Terra  
De gente laboriosa  
Como representa-nos  
A figura de nosso interventor!<sup>29</sup>

Pedro Ernesto é saudado com exclamação. “Maravilha de nossa terra”, comparado-o às maravilhas do Brasil tão entusiasticamente cortejadas pelas produções culturais do momento. As representações construídas sobre o prefeito compõem o campo de significação simbólica em torno do indivíduo. Com isso, a sua figura “maravilhosa” assim como a natureza brasileira, ganharia um pertencimento social, pois se constitui como uma imagem do país, uma obra, neste sentido, social e histórica. A interação destes discursos transformaria Pedro Ernesto em elemento do imaginário dos cidadãos.

O progresso é associado às melhorias sociais efetivadas pelo prefeito; intensificaria-se o histórico romance entre progresso e imaginário da “grande nação”. “Para frente”, sabe-se para onde esse lírico encômio das raízes apontaria, com o tradicional e irresistível ímpeto próprio: para um engolfante impulso de assegurar o futuro. Um Brasil de um futuro progressivo começaria com homens progressivos e as maravilhas desta terra eram esses homens. O progresso era um símbolo de grande força.

Os símbolos, segundo Bourdieu, constituem-se em “instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de

<sup>29</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1, fot. 0107.

comunicação”, eles tornam possível o consenso “acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” ressaltando que as relações de comunicação são sempre “relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes” (ou pelas instituições, envolvidos neste processo).<sup>30</sup>

Neste sentido, a imagem de Pedro Ernesto é entendida como resultado da construção humana, de um investimento de sentido externo a própria objetividade requerida pelas mensagens que a imprensa criava sobre ele mesmo. Essa imagem, construída a partir de discursos, pode ser percebida como fenômeno social, isto é, socialmente produzida, fruto de escolhas. Ao determinar o que deve ser perpetuado na lembrança da sociedade, sob o cunho de “memória”, faz-se uma seleção do que deve ou não ser lembrado, e ainda de como deve ser perpetuado na lembrança. Não obstante Pedro Ernesto ter se afastado do centro de poder, esfacelando sua vida política, a chamada memória do político ‘do povo e para o povo’ permaneceria viva. Os dois versos a seguir, foram homenagens posteriores à sua morte, o que demonstra a força de sua memória, mesmo o indivíduo Pedro Ernesto não estando mais vinculado ao mundo político. Vejamos então como as imagens forjadas socialmente sobrevivem aos caminhos sinuosos do mundo político:

Dir-se-ia que repousavas  
Dir-se-ia fosse o teu sono  
Simples fadiga que o outono  
Da vida te houvesse imposto,  
E que, tão longe acordastes  
Virias bondoso e franco  
De avental de linho branco  
Tomar de novo o teu posto

Dir-se-ia que da capela  
Onde se fez seu velório  
Fizeras teu consultório  
Para a enorme multidão  
E que a nós todos, que fomos  
Beijar-te a fronte insepulta,  
Chegasse a vez da consulta  
Que não precisa cartão

Como foi longa essa espera!...  
Horas mais horas, a fio...  
Teu rosto, pálido e frio,  
Tinha uma luz de bondade...

Não, não eram só aqueles  
Que te seguiram na glória  
Quando a tua trajetória  
As culmina nelas te alçou,  
Desses muitos te esqueceram  
Deixando-te ao abandono,  
Como o cão que esquece o dono  
E morde a mão que o tratou

Eram, sim, os teus amigos  
Sinceros e dedicados  
De alma ao branco a finados,  
Eram todos clientes  
A quem tu salvaste a vida  
Ora da filha querida,  
Ora da esposa ou irmão  
Olhando, doida de tudo  
Que uma vida se salvasse  
E todos, todos chorando  
Foram ver-te, PEDRO ERNESTO,  
Naquele dia funesto,  
Deitado no teu caixão

<sup>30</sup> Ver Pierre Boudieu, *Economia das trocas simbólicas*.

E o povo sempre chegando...  
 Milhares de almas sofrendo.  
 E todas - caso estudemos!  
 Do mesmo mal: a saudade.

Muitos, levando-te flores  
 Outros, lágrimas somente,  
 A dôr do seu coração...

E tu dormias... não viste...  
 Mas, se estivesses desperço,  
 Terias visto, por certo,  
 O que eu, soluçando, vi:  
 Terias visto este povo,  
 Ao qual ajudaste tanto,  
 Com os olhos rasos de pranto,  
 Ir despedir-se de ti.<sup>31</sup>

*Os primeiros atributos que se destacam na primeira estrofe são: “bondoso” e “franco”. Como veremos mais adiante isso também aponta a uma tautologia de adjetivos, formando uma certa coerência atributiva e subjetivamente desejosa à formação de uma imagem política forjada. Surge no verso abaixo a imagem do “avental de linho branco”, completando a imagem já anunciada do médico “bondoso, franco”. Seu consultório, neste caso a capela, recebe um grande público: “enorme multidão”. O médico bondoso tem um grande público que o reverencia, e esse povo se destaca assim como Pedro Ernesto por sua sinceridade, já que seguiram o mesmo, não só nos tempos de “glória”. Neste ponto a subjetividade do poema, reforça a força da hipótese sugerida acima: desfacela-se o político, mas não o ímpeto de sua memória. A política esqueceu o homem mas não o povo que sofreu seus efeitos.*

No momento da morte reafirma-se em plena ditadura – já que Pedro Ernesto vem a falecer em 1942 – a figura do político popular que desafiaria anos antes a figura do ‘já poderoso’ Vargas. O período marcado pelo autoritarismo não consegue camuflar o poderio de uma cultura política negociada nos anos 30.<sup>32</sup> No nosso entender, a noção de cultura política “refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.<sup>33</sup>

*Vejamos mais um poema em homenagem a Pedro Ernesto, após a sua morte, que ressalta questões não verificadas no anterior:*

<sup>31</sup> Originalmente publicado em 13 de agosto de 1942 no ‘Correio da manhã’, assinado por Sebastião Fonseca.

<sup>32</sup> As principais referências para a definição do conceito de cultura política estão em Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1965). Recentemente, foram feitas no Brasil duas revisões bibliográficas sobre o tema por Kriskke(1997) e Rennó(1998). Ver William Outhwaite e Tom Bottomore(org.), *Dicionário do pensamento social do século XX*.

<sup>33</sup> Karina Kuschnir, *O cotidiano da Política*.

Pedro Ernesto, meu amigo!  
 Regresso do cemitério  
 Em cujo seio funério  
 O povo foi te deixar  
 Vi-te coberto de flores,  
 Lá na casa de saúde  
 Deitado em teu ataúde  
 Como Jesus num altar

Tinhas o rosto abatido,  
 Magro, sim, mas tão sereno...  
 Que em teu semblante moreno  
 A morte dava a impressão  
 De paz suprema, infinita!  
 De um sono doce e tranqüilo  
 Onde encontraste o asilo  
 Que a vida e o mundo não dão

De alma cortada de dôr,  
 Gente da elite e da plebe,  
 Que guarda o bem que recebe  
 E é grata ao seu benfeitor

Era a falange dos pobres  
 Cujos modestos salários  
 Das contas dos boticários  
 Sofriam golpes mortais  
 E a quem tua bondade  
 Vendo que o povo sofria,  
 Multiplicaste num dia  
 As portas dos hospitais

Eram milhares de crianças  
 Cujos cérebros inquietos  
 Cresciam analfabetos...  
 Sem ar, sem seiva, sem luz  
 E as quais, paternal e amigo,  
 Deste a maior das esmolas  
 Mandando fazer escolas  
 E a benção fazendo júz.<sup>34</sup>

Neste poema mais uma vez atributos se repetem. Porém, neste último, o autor une a “gente da elite e da plebe”, que “guarda o bem que recebe/ e é grata ao seu benfeitor”. Aqui a percepção da noção de troca/retribuição se efetiva no seu caráter máximo. É a troca subjetiva destacada por Mauss e por Gomes.<sup>35</sup> Os teóricos populistas em toda sua objetividade deixariam se levar pela força do substantivo “benfeitor” vendo na relação o que eles concebem como “paternalismo”, mas não estariam mais que deixando se levar pelo “canto da sereia”, que um olhar mais amplo sobre as fontes impossibilitaria.

Quando nos referimos na seção anterior que toda relação não seria apenas sustentada pela expressiva força do *marketing político*, retificamos o que afirmam os sétimos e oitavos versos da quarta estrofe: “multiplicaste num dia/ as portas dos hospitais”, aqui há a garantia de “bases materiais” que dariam sustento à troca. Na última estrofe a garantia da base material é reforçada: “mandando fazer escolas/ e a benção fazendo júz”. Seria atribuir passividade demais, crer que os agentes históricos deixariam se levar somente pela força de um discurso. Desta forma não poderíamos

<sup>34</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot. 0108.

<sup>35</sup> Ângela de Castro Gomes faz relação entre os trabalhos de Mauss sobre as subjetividades inerentes ao processo de troca e as bases materiais que garantiriam a efetivação da propaganda política, se utilizando neste caso de Thompson (1972). Ver *A invenção do trabalhismo*- introdução.

chamá-los de agentes e “sim somente” paciente, no sentido de sofrer impressões/marcas de um outro, este sim, agente. A suposição básica dos estudos sobre a *cultura política* envolve o reconhecimento de que a institucionalização de valores e normas culturais, observada no nível dos indivíduos, tem grande importância na definição dos *outcomes*<sup>36</sup> (entender como efeitos/resultados) do sistema político.

Agora voltemos ao tempo. O verso abaixo é datado da posse de Pedro Ernesto, como prefeito da cidade do Rio de Janeiro:

As ruas, as avenidas  
Enfeitadas e floridas  
Traduzem a alegria,  
O entusiasmo reinante,  
O delírio fascinante  
Que empolga toda a cidade

Ante o espetáculo que vejo  
Vibrante, imponente e bello,  
Ao desfilar do cortejo  
Na esplanada do castelo  
Sob o céu denso e nublado  
Rapidamente me apresso  
Pra saudar emocionado  
O prefeito Pedro Ernesto

É assim que me anseio  
A estas manifestações  
Que vos presta todo o Rio

Ilustre governador  
Do povo acolhido e eleito  
Recebei, nesta mensagem,  
Benemérito prefeito,  
Minha singela homenagem.<sup>37</sup>

Esse poema nos encaminha de volta às “prisões” do tempo histórico. Pedro Ernesto “eleito e acolhido” pelo povo, já era um homem popular, muito pelas realizações de sua passagem pela interventoria. É importante destacar uma das preocupações centrais deste trabalho no comprometimento de ampliar o conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado. Valoriza-se também o papel do indivíduo singular – que foi Pedro Ernesto – que dentro de contextos complexos, atuaram como mediadores entre múltiplos níveis culturais.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> A expressão *outcomes* aparece nas obras de Putnam, 1997; Inglehart, 1988,1990; Eckstein, 1988; Santos, 1993; Lamounier e Souza, 1991. Por ser um conceito preferimos mantê-lo com a força habitual de sua língua original, propondo uma aproximação em português.

<sup>37</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1 fot. 0109.

<sup>38</sup> Desenvolveram-se trabalhos importantes sobre mediação política, dentre muitos podemos destacar: Foster (1977), Wolf (1969), Landé (1977), que desenvolveram reflexões acerca de um amplo e heterogêneo conjunto de relações pessoais. Não podemos esquecer é claro dos excelentes trabalhos de Pierre Clastres que foi o autor que propôs uma relativização radical da noção de política. Para Clastres, a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (1982:108-109). Ver *A sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres.

Assim sendo, as trocas fundadas a partir de relações sociais constituem e regulam, em diferentes combinações, o funcionamento das instituições políticas e sua relação para com seu público. Desta forma, os conceitos são vistos em sua positividade, isto é, através de seu significado para os atores sociais e não em comparação a modelos teóricos que fundamentam o sistema político.

O exame de trajetórias individuais, associado ao mapeamento das redes sociais que as rodeiam e sustentam, tem permitido discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política. Nestes casos, privilegia-se a força do conceito antropológico, que entende cultura como rede de significados que dá sentido à percepção da realidade. Nestes trabalhos devem ser considerados como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas. Desta forma, tem-se a possibilidade não apenas de analisar a cultura política no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também de considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Desta forma analisaremos a seguir a imagem que surge de Pedro Ernesto no jornal *Correio da Manhã* sob o título “O Fenômeno Pedro Ernesto”. Dizia o jornal que pretendia entender o ‘carisma’ do prefeito:

A permanência tão viva, tão firme de prestígio popular que o nome de Pedro Ernesto conquistou no Rio; o culto comovido que inspira a sua memória; os protestos que sempre se levantam quando alguém procura ingratamente diminuir a obra realizada pelo prefeito, constituem um fenômeno que deve merecer a maior atenção de todos os homens públicos do país (...) E por que? Não é esse homem uma personalidade eletrizante, no estilo dos heróis, dos estadistas espetaculares, dos chefes inspirados ou mesmo hábeis demagogos que se impõem à população pelos dons histriônicos. A sua presença era canhestra, nunca teve um tasgo de efeito; nunca pronunciou frases empolgantes. Sorri com dificuldades, como também não tinha jeito para ostentar carrancas enérgicas. Por outro lado, não se lançou como prefeito em iniciativas monumentais, não recorreu ao cabotinismo arquitetônico e urbanístico dos seus antecessores, tão empenhados em cultivar a mistificação. Não abriu avenidas imensas, não prometeu erguer estádios colossais: não pensou em jardins zoológicos, em meritar palcos de bailados nos subúrbios ou coisas semelhantes. Governando em época de liberdade teve sempre boa parte da imprensa a combater acirradamente a sua administração.

Mas apesar de tudo isso, não obstante os muitos erros que praticou ou não soube impedir que seus auxiliares praticassem, Pedro Ernesto conta com o apoio do povo. (...) A razão deste culto é muito clara, evidentíssima. É que Pedro Ernesto construiu escolas e hospitais, procurou resolver problemas elementares da vida carioca, tendo sempre em vistas o benefício das classes desamparadas. Se outros assim procedessem em vez de promover demolições impiedosas de gastar quantias astronômicas em realizações de lisonja. O povo não se engana. O povo conhece quem o serve de verdade e também quem deixa de servi-lo. O contraste entre o

prestígio de Pedro Ernesto e o desprestígio de seus sucessores valerá de lição indisfarçável.<sup>39</sup>

A análise acima é formidável. Já se discutia na época o ‘porquê’ do carisma de Pedro Ernesto. O autor, jornalista Genolino Amado, decifra com perspicácia de observador atento e de homem com clarividência exemplar – o quanto nós historiadores ainda temos dificuldade em fazer análises conjunturais, sem a possibilidade de visualizar o desfecho de um bloco de acontecimentos? – os acontecimentos de seu tempo. O jornalista busca respostas às suas perguntas e elas são satisfatórias: “Pedro Ernesto construiu escolas e hospitais, procurou resolver problemas elementares da vida carioca...”. Pedro Ernesto construiu uma base de realizações materiais que dava sustentação a seu discurso de prefeito “do povo e para o povo”.

Mais surpreendente, no entanto é a sua visão de futuro: “O contraste entre o prestígio e o desprestígio de seus sucessores valerá lição indisfarçável”. Como veremos a seguir a população carioca dará apoio a Pedro Ernesto nos momentos em que o “centro de poder” se distancia do prefeito. Os prefeitos que sucederão Pedro Ernesto serão questionados por suas obras de caráter “facista” – em associação à proximidade do Estado Novo com os países do Eixo.<sup>40</sup>

As respostas do ‘porquê’ do carisma de Pedro Ernesto orientaram a primeira parte deste trabalho e também nos levaram ao seguinte questionamento: o aumento de adesões afetivas ao prestígio individual garantiria, na mesma proporção, o aumento das chances de sobrevivência deste mesmo político no sistema político? A resposta é negativa. As análises de caráter último dividem em campos distintos a micro e a macropolítica, estando as primeiras focalizadas nas manifestações de indivíduos em suas diferentes inserções sociais, explicando o ‘carisma’ de um indivíduo em relação ao social e as segundas enfatizando a estrutura e funcionamento dos sistemas políticos, instituições, agendas e políticas públicas. Neste sentido a existência de uma cultura política não garante a manutenção de um sistema democrático.

Uma preocupação permanente em não se isolar a política das demais dimensões da vida em sociedade, já que a noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente políticas, pode descortinar as dimensões subjetivas da interação entre política e social. Um esforço no sentido de compreender como a

<sup>39</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 2, fot 0178.

<sup>40</sup> A expressão “facista” aparece em panfletos de oposição ao governo federal a partir de 1937.

sociedade interpreta, elabora e vivencia suas instituições políticas, não pode ser ignorado por análises e teorias que se intitulam de escolha racional. Como sugere-nos a passagem metafórica de Ginzburg:

... alguém disse que o apaixonar-se é a superestimação das diferenças marginais que existem entre uma mulher e outra (ou entre um homem e outro). Mas isso também pode se estender às obras de arte ou aos cavalos. Em situações como essas, o rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Neste tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.<sup>41</sup>

Nos meses que se seguiram à posse de Pedro Ernesto, o prefeito se afastou do núcleo que gravitava em torno de Getúlio Vargas e adotou um novo padrão de atuação política, em que as massas urbanas assumiriam um papel ainda mais central. O apoio indireto à Aliança Nacional Libertadora e o diálogo direto com as entidades classistas, a defesa de um projeto de educação laica (coroados pela criação da Universidade do Distrito Federal em 1935), mas principalmente a possibilidade de competir com Vargas na arena política, terminariam por impor limites drásticos a seus projetos, como veremos a seguir.

### 4.3 Voz e desentendimento político

Em 1933, Pedro Ernesto nomeou Anísio Teixeira para a direção do Departamento de Educação, atendendo a uma recomendação, que segundo Michael Connif, lhe teria sido formulada pelo jurista Temístocles Cavalcanti. Signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1932, Teixeira era partidário da adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Com base em seu plano regulador, a prefeitura construiria ao longo da administração Pedro Ernesto cerca de 30 escolas, localizadas em sua maior parte nas áreas pobres da cidade. Teixeira transformou ainda a velha Escola Normal no Instituto de Educação, dotando-a de um programa de ensino inteiramente reformulado. Para coroar o sistema, sugeriu a criação da Universidade do Distrito Federal, que foi inaugurada em abril de 1935.

<sup>41</sup> Carlo Ginzburg, *Mitos emblemas e sinais*, p.179.



Com Gastão Guimarães na direção do Departamento de Saúde, Pedro Ernesto elaborou um programa de saúde tão ambicioso quanto a reforma educacional. Ao longo de sua administração, empreendeu o re-equipamento da rede hospitalar e levou a cabo a construção dos hospitais Getúlio Vargas, Carlos Chagas e Miguel Couto, além de vários centros de saúde. O Hospital Pedro Ernesto também se deveu à sua iniciativa, mas só foi concluído após sua saída da prefeitura. Além disso, foram realizadas obras de saneamento que melhoraram sensivelmente as condições sanitárias da cidade, especialmente dos bairros suburbanos.

Pedro Ernesto teve ainda a iniciativa de criar o Departamento de Turismo, importante fonte geradora de recursos para os programas de educação e saúde. No capítulo da legislação social, antecipou-se às reformas implementadas por Vargas, instituindo a Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais e o Montepio dos Empregados Municipais, além de regularizar o pagamento de seus vencimentos.

Pedro Ernesto revogou o plano de urbanização concebido por Alfred Agache e aprovado por seu predecessor, Adolfo Bergamini, evitando dessa forma numerosas desapropriações.

No princípio de 1934, levou a cabo a criação da Polícia Municipal, com o objetivo de diminuir o poder de intervenção do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Devido às imposições do general Góis Monteiro, ministro da Guerra na ocasião, a Polícia Municipal foi equipada com armamento leve – pistolas e metralhadoras leves – e seu comando foi entregue ao tenente-coronel Zenóbio da Costa.

Embora a promulgação da Constituição tivesse aparentemente inaugurado uma fase de normalização da situação política nacional, o agravamento das tensões sociais, associado à crescente influência da AIB e do PCB, teve o efeito de acentuar as tendências centralizadoras e autoritárias do governo federal. Pedro Ernesto não entrou em conflito aberto com Vargas, mas colocou-se em clara oposição às medidas repressivas contra os sindicatos de trabalhadores e as greves operárias. Jurando defender “os interesses da população e os interesses da justiça”, “servir a causa popular”, e que este “é um compromisso sagrado”.<sup>42</sup>

No princípio de 1935, Pedro Ernesto sofreu duras críticas dos meios católicos em virtude de sua oposição ao projeto de introdução do ensino religioso nas

---

<sup>42</sup> Trecho do discurso de Pedro Ernesto à rádio Cajuti agradecendo manifestações e afirmando sua disposição de lutar para a manutenção da democracia. PEB, rolo 1, fot. 0879 a 0880.

escolas públicas do Distrito Federal. Em 30 de março do mesmo ano, cedeu o teatro João Caetano para a sessão inaugural da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política constituída pelos comunistas e os opositores de esquerda.

A despeito da aprovação da Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935, Pedro Ernesto continuou assegurando liberdade de atuação à ANL no Rio de Janeiro. Em maio, cedeu o Instituto de Educação para uma manifestação contra o fascismo promovida pela União Feminina do Brasil e, logo em seguida, apoiou a criação da União Trabalhista do Distrito Federal, composta por dirigentes sindicais e intelectuais ligados à ANL. Além disso, solidarizou-se com algumas greves operárias e movimentos populares, como a campanha para impedir o aumento do preço da gasolina.<sup>43</sup> Em julho de 1935, Pedro Ernesto, condenou veementemente o fechamento da ANL e denunciou o perigo de implantação de uma ditadura oligárquica no país, vejamos:

Nunca foi tão grave o momento brasileiro porque nunca estiveram, como estão hoje, em perigo as reivindicações populares mais singelas, aquelas todas que tivemos no próprio império e que foram mantidas pela república.

Em nenhuma das phases da vida republicana brasileira, se assistiu, com efeito, a organização de partidos para destruir as liberdades democráticas, para impedir os governos para o povo, para negar a própria essência do nosso regime, que é o de servir a todos os brasileiros e não a um grupo de privilegiados de brasileiros.

Em plena democracia, assiste-se hoje organizar no Brasil um partido para destruir e esmagar a democracia substituindo-a por uma ditadura a serviço dos interesses das oligarquias que sempre macularam e diminuíram a república.

Contra tal investida fascista ou integralista que ameaça os direitos fundamentais do povo brasileiro temos que nos afirmar, não para contrariar esse movimento com outro movimento subversivo, mas para assegurar e garantir as liberdades, as reivindicações e os direitos que são nossos, porque estão em nossa constituição e em nossas leis.

O que se vê hoje no Brasil é o medo às nossas próprias instituições democráticas. Depois de um logo período de vida independente e livre em que se afirmou, cada vez mais, o nosso amor à liberdade e à dignidade e independência humana, e consciência nacional corre o perigo de se obscurecer momentaneamente e ferir, de morte, a própria natureza do regime democrático, que é o de representar o homem e o de respeitar o seu pensamento.

O regime democrático é uma válvula contra as revoluções, exatamente porque permite o progresso indefinido do espírito de justiça social.

Os anos de 1922, 1924 e 1930 foram datas de revoluções feitas pelo governo e de contra-revolução democráticas feitas pelo povo.

A democracia é uma necessidade é uma categoria do povo brasileiro. Reafirmo, assim, mais uma vez o meu programa de ação como mandatário do povo carioca. Serei, no governo, uma garantia aos vossos direitos. Serei, no governo, uma consciência vigilante pelas reivindicações populares.

Darei, como tenho dado até hoje, a este governo, o sentido popular que o caracteriza, pondo as forças e poder que me confiastes, a serviço dos vossos

<sup>43</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot.0896 a 0897.

interesses, da vossa educação, da vossa saúde, e dos vossos direitos à vida e a tranquilidade de homem.

As limitações do regime democrático, a profunda desigualdade social em que vivem os brasileiros, nós a toleramos como contingências inevitáveis da nossa situação econômica, mas não as suportaremos consagradas em leis e regimes que as tornem como base de sua própria estrutura.

Por maiores que sejam as dificuldades serviremos ao Brasil e ao povo, servindo aos ideias democráticos que são os ideias que formam a própria alma brasileira e aquelas que estão nas leis brasileiras.

Hoje, como ontem, o nosso dever de revolucionário de 22, 24 e 30 é o de defender e fazer progredir e florescer as instituições democráticas que nos legaram os bons e dignos brasileiros.

Pelo verdadeiro regime democrático, pela lei e contra os partidos ou os homens que violam, deformam e achincalham as nossas legítimas instituições.<sup>44</sup>

O premier britânico Harold Wilson pronunciou uma frase fenomenal no início dos anos 60: “Uma semana é um longo tempo na política”. Embora tivesse nas camadas inferiores o alvo principal de suas políticas sociais, Pedro Ernesto conseguiu sensibilizar também setores da classe média e alta do Rio de Janeiro, preocupados com o problema da pobreza, como sugere a adesão desses grupos a seus projetos de assistência social. Por tudo isso e ainda por outros motivos, como o uso da rádio na propaganda política e a manutenção de uma organização partidária estável, em meados da década de 30 Pedro Ernesto havia se tornado um líder político com apoio popular e de expressão nacional. No entanto, se o apoio das massas sugeria um acúmulo de forças, acarretava também sérias dificuldades pelo potencial de risco que representava. Na medida em que se organizava no Rio de Janeiro uma alternativa urbano-popular ao autoritarismo oligárquico de bases rurais – prática posteriormente generalizada no curso do processo de modernização da sociedade brasileira<sup>45</sup> –, aumentavam também as fricções de Pedro Ernesto com o *establishment* conservador, que se encarregava de exacerbar divergências e tirar proveito das fragilidades existentes no esquema político do prefeito do Distrito Federal. Se uma semana é um longo tempo na política, uma frase, um discurso podem fazer seu emissor colher bons e maus dividendos de forma avassaladora.

O setor católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, acusava Pedro Ernesto de ser simpatizante do “comunismo ateu”, e acabaria por atingir seus objetivos: em dezembro de 1935, já enfraquecido politicamente, Pedro Ernesto seria forçado a demitir Anísio Teixeira da Secretaria de Educação, bem como vários professores da

<sup>44</sup> Discurso pronunciado na rádio Cajuti em julho de 1935. Ver PEB, rolo 1, fot. 0960 a 0962.

<sup>45</sup> Aspásia Camargo. “Autoritarismo e populismo: bipolaridade do sistema político brasileiro”.

Universidade do Distrito Federal. Com a nomeação de Francisco Campos – primeiro ministro da Educação de Vargas, líder católico e ideólogo do autoritarismo –, praticamente toda obra pioneira de Anísio Teixeira seria desbaratada.

Outros episódios, já citados, forneceram também argumentos contra a atuação de Pedro Ernesto. Em março de 1935, o prefeito cedeu o Teatro João Caetano para a seção inaugural da ANL, passando a prefeitura a ser um elemento de apoio para a organização. Pouco tempo depois, quando do fechamento da ANL, Pedro Ernesto protestou violentamente contra a medida. Ainda nesse mesmo ano, aproximar-se-ia do general Guedes de Fontoura, acusado na época de conspirar contra o governo.<sup>46</sup> O fato de solidarizar-se com as greves fez aumentar sua identificação com o perigo comunista.

O discurso à rádio Cajuti expressa a ferrenha oposição de Pedro Ernesto aos integralistas que punham em perigo “os interesses da população” e de “ferir de morte a própria natureza do regime democrático”. A ditadura é vista pelo democrata Pedro Ernesto como um “movimento subversivo”, apoiado por um partido que impediria “os governos para o povo”, e não “a um grupo de privilegiados de brasileiros”. Para Pedro Ernesto só existe democracia quando esse regime serve ao povo. O prefeito se diz “mandatário do povo carioca”, garantindo os seus direitos, sendo a “consciência vigilante pelas reivindicações populares”. Pedro Ernesto atrela a si um histórico de lutas consagrado nos anos de 1922, 1924 e 1930, lembrando ao povo sua perspectiva de homem revolucionário.

Definido por Ernani do Amaral Peixoto como um “conspirador incansável”, Pedro Ernesto, de fiel aliado de Vargas em 1930, tornar-se-ia, portanto, no decorrer da década uma presença incômoda.<sup>47</sup> A 31 de dezembro de 1935, na saudação de fim de ano ao povo brasileiro, Getúlio fez uma série advertência:

Forças do mal e do ódio, campearam sobre a nacionalidade ensombreado o espírito amorável da nossa terra e de nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-las antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da nação (...) Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente a nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras.

<sup>46</sup> Ernani do Amaral Peixoto, *Artes da política - diálogo com Amaral Peixoto*, p.114.

<sup>47</sup> Ernani do Amaral Peixoto, *ibid.*, p. 60.

A quase unanimidade das forças políticas do país, integradas todas na opinião pública, mobilizou-se para fortalecer o governo na adoção de medidas necessárias para agir dentro da lei e dar maior eficiência às suas decisões repressivas.

No discurso, Vargas elogiava ainda a colaboração do Legislativo e dos militares no combate ao extremismo de esquerda, pedia a punição dos culpados, “inimigos declarados e reconhecidos” da sociedade, e alertava para a necessidade de medidas preventivas contra a “decomposição bolchevista”. Vejamos:

Essa obra deve começar dentro da própria administração pública, pelo afastamento de todos os que, exercendo funções remuneradas pelo Estado, servem ao credo comunista protegendo-o, abalando ao mesmo tempo o princípio de autoridade, enfraquecendo a sua ascendência disciplinadora.<sup>48</sup>

Vargas pronuncia tal discurso fazendo referência à Intentona Comunista que ocorrera em Novembro de 1935. Marcando a oposição do poder central aos comunistas.

Em decorrência à sua oposição ao regime, Pedro Ernesto passou a ser combatido sistematicamente por uma ala do Partido Autonomista liderada pelo padre Olímpio de Melo, Augusto Amaral Peixoto e Luís Aranha.

Em agosto de 1935, Pedro Ernesto anunciou a reorganização do partido com base num programa trabalhista, bem como a transformação dos cinco departamentos da prefeitura em secretarias. A reação da ala conservadora foi imediata e bastante agressiva. Átila Soares, por exemplo, denunciou o caráter comunista do novo programa e a tentativa de sovietação da prefeitura.

Em fins de setembro, Pedro Ernesto envolveu-se na crise de sucessão fluminense, alvo de uma acirrada disputa entre o governo federal, articulador da candidatura do almirante Protógenes Guimarães, e o governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, defensor da candidatura de Cristóvão Barcelos. Pedro Ernesto apoiou os esforços do governador da Bahia, Juraci Magalhães, para articular uma candidatura de conciliação. Em novembro, depois de prolongadas e infrutíferas negociações, Protógenes Guimarães foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembléia Legislativa.

Após o fracassado levante comunista de novembro de 1935, Pedro Ernesto tornou-se um dos principais alvos da campanha anticomunista desencadeada no país. Na verdade apesar de suas conhecidas ligações com a ANL, Pedro Ernesto não esteve

<sup>48</sup> *O Estado de São Paulo e Correio da Manhã*, 1/1/1936. Ver também Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, vol. 4, pp.139-145.

apenas à margem do levante, como preveniu o próprio Vargas na tarde de 26 de novembro da iminência de sua deflagração no Rio de Janeiro.

Poucos eventos históricos brasileiros tiveram consequências mais drásticas, e mais funestas, do que o levante comunista de novembro de 1935 – a insurreição que virou intentona. As repercussões diretas e indiretas do movimento se devem muito mais aos efeitos aglutinadores que acabou provocando entre as elites até então divididas do que ao seu registro na memória das classes populares que pretendia defender. Seu efeito drástico foi acelerar soluções de direita e imolar a frente de esquerda, daí por diante inevitavelmente confundida com a liderança comunista.

Neste clima, o golpe maior contra Pedro Ernesto veio de uma facção de seu próprio partido. Já em maio de 1935, em carta a Odilon Batista, filho do prefeito, o deputado autonomista Augusto do Amaral Peixoto criticava a direção do partido pelas práticas que vinham adotando, notadamente o grande número de nomeações. Condenava a ascendência do senador Jones Rocha sobre Pedro Ernesto e concluía: “permita Deus que ainda se encontre um meio de salvar a ti e a teu pai. No caminho em que o vejo, receio uma queda desastrada”, profetizara. A cisão no partido se consumaria com o levante comunista de novembro, quando isolando Pedro Ernesto, vários parlamentares autonomistas emprestaram sua solidariedade a Getúlio no combate ao comunismo.

Em dezembro de 1935, Pedro Ernesto foi acusado pelo jornal *O Globo* de coordenar uma greve de marítimos e mobilizar as associações de sargentos contra o governo, motivo da ira dos trabalhadores para com o jornal, vejamos:

Os trabalhadores organizados vêm acompanhando com especial atenção a campanha que os inimigos das liberdades publicas ora desenvolvem em certos periódicos da cidade contra a obra social do sr. Pedro Ernesto.

Essa campanha, que todos sabem, se origina dos ódios e despeitos dos exploradores de todos os matizes contra o programa de realizações humanitárias que o governador da cidade dentro das possibilidades constitucionais, vem executando nesta capital, recrudescendo dia a dia mercê da audácia de alguns foliculários empenhados em combate a todo o transe a emancipação dos trabalhadores.

Para de uma vez por todas ficar defendida a posição do proletariado desta capital, em face de tão descabidos, injuriosos e infames ataques, os trabalhadores organizados, signatários deste manifesto, vêm de público declarar que repudiam energicamente a ação de tais jornaes que, a soldo da plutocracia opressora, visam impedir o seguimento natural das iniciativas libertadoras do prefeito do distrito federal, e para tornar mais nítido este protesto, o proletariado sindicalizado da cidade vem por meio deste conchar o povo carioca, cuja maioria é composta de trabalhadores, escorchados, a toda a hora, pesa a opressão dos intermediários e agentes do capital financeiro internacional, ao boicote sistemático e organizado de

taes jornaes, porta-vozes cynicos dos exploradores do pobre. Entre elles, pelas suas torpes actuações, destacam-se “O Globo” e o “Diário da Noite”, pasquins que não devem merecer a leitura e muito menos o apoio do proletariado consciente.<sup>49</sup>

Neste trecho o discurso proletário vai em defesa de Pedro Ernesto assumindo todos os atributos de um discurso de esquerda, para a época. “Agentes do capital financeiro internacional”, “matizes”, “inimigos da liberdade”, “exploradores”, “foliculários” e “opressores” versus “proletariado consciente”, “trabalhadores conscientes”, “pobres” são expressões que se repetem recorrentemente em oposição direta nos discursos das classes trabalhadores em prol do “interesse nacional”. É interessante perceber que esses jornais são chamados de “pasquins” e seus jornalistas de foliculários, aqui a ‘ideologia da verdade’, de uma única verdade operária, se opõe ao que consideram “os panfletários dos interesses ‘cínicos’ internacionais”. Os pasquins que tanto foram usados pelos operários como estratégia contra o poder central na República Velha, aqui se apresentam como ‘falsos’, como antítese da verdadeira representação nacional expressa na figura do trabalhador. Neste sentido a ‘imprensa’ limpa, verdadeira é aquela que colabora para com o interesse dos trabalhadores e daqueles que os defendem.

Aqui há um ‘diagnóstico favorável’ à visualização de clara retribuição dos proletários, da classe trabalhadora para com Pedro Ernesto. Os trabalhadores estão com o prefeito não somente nos momentos de seu ‘clímax político’. Percebendo as dificuldades políticas do prefeito eles retribuem à altura, proclamando um ‘boycote’ à ‘falsa imprensa’. Cabe lembrar que essa é na imagem popular uma retribuição honrosa. Pedro Ernesto, por defender os interesses dos trabalhadores, passa a ser também um ‘grande trabalhador’. Aqui a ‘imagem’ se forja em perspectiva de um jogo de espelhos, de reciprocidade mútua, portanto no momento de ‘luta política’ ambas as partes estarão do mesmo lado.

Na perspectiva de Thompson uma concessão ou doação deve também ser interpretada como uma conquista; a constatação da ocorrência de um ‘consenso social’ a respeito de certos assuntos precisa ser compreendida em termo de ‘hegemonia de classe’. A prática de certas normas ou rituais por parte de uma classe dominante pode ser vista como uma ‘necessidade’ diante das condições históricas específicas do exercício da dominação. Nos primeiros anos da década de 1930 vivíamos um período de

<sup>49</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot. 0553 a 0554.

transição para que uma ‘hegemonia’ de classe pudesse ser forjada, por outro lado os trabalhadores tinham uma idéia hegemônica sobre o seu papel social. Entendendo a ‘sociedade’ enquanto uma arena de lutas e por ‘cultura’ como um corpo de crenças e de valores, socialmente adquiridos e modelados que servem a um grupo organizado como guia de comportamento, podemos perceber as circunstâncias sociais que dariam ensejo à utilização das formas ou alternativas culturais disponíveis.<sup>50</sup> Aqui se completa a união entre história social e antropologia social.

Em um primeiro momento de tentativa de forjar-se uma ‘hegemonia’, Pedro Ernesto seria uma ‘peça’ fundamental no complexo ‘quebra-cabeça’ político da época, sendo o mesmo, articulador do grupo de tenentes para com o poder central. Pedro Ernesto acabaria por contribuir à formação de um papel hegemônico em torno do grupo que se fincou no poder central. Por outro lado, a partir de 1935, o prefeito eleito passaria a ser uma ‘peça perigosa e contestadora’ ao poder central, o que fez com que do centro, ‘forças políticas’ se voltassem contra ele mesmo.

Em 5 de fevereiro de 1936, o deputado Adalberto Correia, presidente da Comissão Nacional de Repressão ao comunismo, proporia ao ministro da Justiça, Vicente Rao, as prisões de Pedro Ernesto, de seu filho Odilon Batista, de Anísio Teixeira e de Eliezer Magalhães, irmão de Juraci Magalhães.

Pedro Ernesto reagiu à ameaça, buscando apoio junto à oposição parlamentar e ao governador gaúcho Flores da Cunha. No início do mês de março, O Grêmio Político Amigos do Dr. Pedro Ernesto reivindicou a realização de um plebiscito para a escolha do sucessor de Vargas e, alguns dias mais tarde, Pedro Ernesto anunciou uma nova reorganização do Partido Autonomista, dessa vez com base num programa essencialmente liberal. Os autonomistas visavam lançar a candidatura de Pedro Ernesto à presidência. Aqui fica clara a sentença: ‘Política é poder’. A disputa passaria a ser de poder. Não haveria mais negociação e sim uma polaridade entre dois segmentos: por um lado um grupo organizado pelo prefeito da ‘fervilhante’ capital do país, centro de grandes manifestações políticas, por outro o grupo que sedimentava a sua hegemonia política desde o início da década de 1930, ao qual o próprio Pedro Ernesto teria pertencido.

No dia 1º de abril, Pedro Ernesto foi intimado a prestar depoimento no gabinete do chefe de Polícia do Distrito Federal, Fillinto Müller. Já havia, contudo,

<sup>50</sup> Sobre essa relação ver Sidney Mintz e Richard Price, em *Culture: an anthropological view*, pp.499-512. Ver este texto citado na biblioteca da UFF.



antecipado sua defesa, entregando pessoalmente a Vargas um relatório sobre as atividades comunistas no país.

Enquanto a polícia apertava o cerco, os amigos de Pedro Ernesto mobilizaram-se para impedir sua prisão. No dia 2 de abril, a Federação dos Marítimos realizou uma manifestação de desagravo a Pedro Ernesto. Anunciou-se para 4 de abril uma cerimônia em sua homenagem, com a presença dos governadores Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Erônides Carvalho, de Sergipe, e Nereu Ramos, de Santa Catarina, além do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses. Na véspera, entretanto, Pedro Ernesto foi preso a mando do capitão Fillinto Müller, sendo recolhido ao quartel da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que o cônego Olímpio de Melo, presidente da Câmara Municipal, assumia interinamente a prefeitura do Distrito Federal.

Tanto o envolvimento de Pedro Ernesto no levante comunista como a iniciativa de sua prisão foram objetos de interpretações controversas, expressas em diversas versões. Segundo o delegado Bellens Porto, encarregado do inquérito sobre o levante comunista no Rio de Janeiro, foram encontrados no arquivo de Prestes, apreendido em março no apartamento deste, na rua Barão da Torre, em Ipanema, documentos indicadores de que Pedro Ernesto estava ciente do levante, e, mais que isso, colaborara financeiramente para sua realização.<sup>51</sup> Pedro Ernesto, contudo, sempre negou qualquer envolvimento nos episódios de novembro. Segundo seu depoimento a Bellens Porto, tivera de fato a certeza de que o levante ocorreria, mas isto através dos contatos diversos que mantinha e dos indícios da própria conjuntura política, e não através de qualquer comunicação específica com elementos de esquerda. Pedro Ernesto negou qualquer simpatia pelo comunismo e sustentou ter sempre estado “ao lado do presidente da República, que é, aliás, a melhor testemunha desta declaração”.<sup>52</sup>

Abre-se aí um outro episódio bastante explorado no decorrer do processo contra Pedro Ernesto: a visita que fez a Vargas, a convite deste, no dia 26 de novembro, véspera do levante no 3º RI. Curiosamente, esta visita foi mencionada como evidência tanto da culpa como da inocência do acusado. Segundo sua própria versão, o encontro teria tido por objetivo alertar Getúlio sobre o levante, o que atestava sua fidelidade ao presidente. Para Bellens Porto, no entanto, o gesto de Pedro Ernesto, além de comprovar seu conhecimento prévio do levante e sua participação na conspiração, representava

<sup>51</sup> Eurico Bellens Porto, *A insurreição de 27 de novembro*: relatório. Ver CPDOC.

<sup>52</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

uma traição para com seus companheiros.<sup>53</sup> Numa versão que sugere a tentativa de conquistar Vargas para um movimento de frente popular, esvaziando o levante, Odilon Batista declarou recentemente que em sua visita Pedro Ernesto teria procurado “sondar a disposição do presidente de se aproximar da esquerda, atendendo a sugestão de Prestes”.<sup>54</sup>

Um dos elementos de prova utilizados contra Pedro Ernesto foi a correspondência apreendida entre Prestes e Ilvo Meireles, na qual este último mencionava contribuições em dinheiro entregues por Pedro Ernesto ao médico Eliezer Magalhães, irmão do governador da Bahia, Juracy Magalhães, e membro ativo da ANL. Eliezer Magalhães, entretanto, em carta a seu irmão, Jurandyr Magalhães, anexada ao inquérito, negou a participação de Pedro Ernesto, declarando que mentira sobre ela a Ilvo Meireles com o objetivo de animar os companheiros “com uma solidariedade que eu sabia inexistente”.<sup>55</sup>

Entre os testemunhos contra Pedro Ernesto utilizados pela acusação, inclui-se também o do então tenente-coronel Newton Estillac Leal, que relatou conversas que havia tido com o prefeito, uma delas na presença dos generais Manuel Rabelo e Cristóvão Barcelos. Nesses encontros, teriam ficado evidentes tanto o conhecimento como as simpatias de Pedro Ernesto pelo levante articulado por Prestes. Os próprios generais Rabelo e Barcelos, contudo, depuseram a favor do acusado. Outro importante testemunho em sua defesa foi o do então coronel Zenóbio da Costa, diretor de Segurança da Prefeitura por ocasião do levante comunista. Segundo Zenóbio, Pedro Ernesto, de quem se declarava amigo e admirador, lhe havia dado ordens expressivas para defender o governo e colocar as tropas da Polícia Municipal à disposição Ministério da Guerra.<sup>56</sup>

Toda essa polêmica se explica, em resumo, pelo interesse deliberado do governo em associar os membros e simpatizantes da ANL ao levante armado, que foi na verdade conduzido por um grupo minoritário dentro do PCB, e se realizou com o desconhecimento de importantes líderes aliancistas. Não resta dúvida de que Pedro Ernesto estava ligado à ANL, e as evidências indicam que forneceu recursos à organização, mesmo após seu fechamento, portanto, em sua fase ilegal. O desmentido de Eliezer Magalhães teria tido assim por objetivo fornecer argumentos à defesa do

<sup>53</sup> Eurico Bellens Porto, *op cit.*

<sup>54</sup> Odilon Batista, *Os movimentos de 1935*: relatório. Ver CPDOC.

<sup>55</sup> Carta de Eliezer Magalhães a Jurandyr Magalhães, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

<sup>56</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01 e PEB 36.00.00.

prefeito, preso em condições desfavoráveis ao andamento de um processo legal.<sup>57</sup> De qualquer forma, jamais se obteve provas conclusivas de que Pedro Ernesto tivesse participado efetivamente do levante.

No que diz respeito à ordem de prisão contra Pedro Ernesto, o documento assinado pelo então comandante da Polícia Militar, general Emílio Lúcio Esteves, determinava que, de acordo com “as instruções do governo da República baixadas à chefatura de Polícia” – à frente da qual estava então Filinto Muller –, o prefeito fosse encaminhado ao quartel do regimento de Cavalaria da Polícia Militar, onde deveria permanecer “até novas deliberações do governo”.<sup>58</sup> Segundo Odilon Batista, no entanto, a prisão de Pedro Ernesto teria sido feita sem o aval de Vargas. No dia 3 de abril, Getúlio almoçara com seu ex-ministro da Justiça, Antunes Maciel, em Petrópolis, a quem teria dito: “Não existe nada de positivo contra Pedro Ernesto, o que existe são as maluquices do Adalberto”. Ao regressar ao Rio no mesmo dia, porém, Antunes Maciel veria estampadas nos jornais vespertinos as manchetes noticiando a prisão do prefeito.<sup>59</sup> Também segundo o depoimento de Antunes Maciel a Miguel Timponi, advogado de Pedro Ernesto, não teria partido de Vargas a iniciativa da prisão.<sup>60</sup>

Ao ser libertado em 1937, diria, no entanto o próprio Pedro Ernesto:

Eu não quero, como disse neste momento, indicar os nomes daqueles que foram os elementos diabólicos, forjadores da minha prisão. Já disse que aguardo um momento de mais serenidade para fazê-lo em publicação documentada e minuciosa. Mas julgo meu dever fazer um esclarecimento: não foi o principal responsável o ministro Vicente Rao. Os fatos se passaram do seguinte modo: o dr. Adalberto Correia, presidente da Comissão de Repressão ao Comunismo, pediu ao ministro a minha prisão. O ministro discordou e foi à sede daquela comissão declarar a sua discordância. Então, o dr. Adalberto Correia se dirigiu ao presidente da república, que resolveu atender a seu pedido.<sup>61</sup>

O fato é que circulava nos meios políticos da época a informação de que a prisão de Pedro Ernesto teria sido uma imposição do Exército a Getúlio. Esta era também a opinião de Eliezer Magalhães: “Ou ele dava carne às feras ou seria carne para as feras”.<sup>62</sup>

<sup>57</sup> Odilon Batista, *op. cit.*

<sup>58</sup> Ordem de prisão de Pedro Ernesto, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

<sup>59</sup> Odilon Batista, *op. cit.*

<sup>60</sup> Carta de Antunes Maciel a Miguel Timponi, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.05.29.

<sup>61</sup> Discurso de Pedro Ernesto em 29/9/1937, PEB 31.09.29.

<sup>62</sup> Carta de Eliezer Magalhães a Jurandyr Magalhães, PEB. 36.04.01.

Pedro Ernesto aguardaria na prisão por mais de um ano seu julgamento. Em setembro de 1936 seria finalmente criado o órgão encarregado de julgá-lo, assim como aos demais acusados de atividades comunistas: o Tribunal de Segurança Nacional. Os diversos depoimentos a seu favor e a fragilidade das provas acusatórias deixavam, no entanto, entrever a possibilidade de absolvição. Em vista disso Vargas decretou, em março de 1937, a intervenção no Distrito Federal, fechando a Câmara Municipal, confirmando o padre Olímpio de Melo na prefeitura e bloqueando assim o possível retorno do prefeito eleito. Julgado dois meses depois e condenado a três anos e meio de prisão, Pedro Ernesto recorreu ao Superior Tribunal Militar, sendo absolvido e libertado em setembro de 1937, no momento em que o golpe estava definitivamente arquitetado.

Esses, portanto, foram os bastidores do alto-escalão político da época, sobre a prisão de Pedro Ernesto. Daqui a diante analisaremos as ‘reações’ dos jornais e as manifestações da população em relação à prisão do prefeito.

#### 4.4 De pé por Pedro Ernesto’: ‘O Uivo das Hyenas’<sup>63</sup>

A hiena é um mamífero que se alimenta de carnes de animais mortos e putrefatos, e aqui é também, neste caso, um atributo negativo aos políticos contrários a Pedro Ernesto. Canibalizar um ‘morto’ é a expressão máxima da ‘covardia’. Vejamos o panfleto que teve tiragem de 900 mil cópias, e que foram distribuídas à população do Distrito carioca quatro dias após a prisão do prefeito eleito:

Brasileiros!!!! Cariocas!!!!

De pé por PEDRO ERNESTO!

Que todos leiam, releiam e divulguem, por todos os lares na cidade e nos morros, no centro e arredores, nas taperas e palácios, onde quer que haja um Brasileiro grato a obra de assistência e educação que Pedro Ernesto vinha realizando no Distrito Federal, o artigo transcrito abaixo da autoria do Dr. Geraldo Rocha e publicado em *A Nota* de 04 de abril corrente.

E que todos guardem dos dias tormentosos por que passa o Brasil, a lembrança dolorosa dos vendilhões de Pedro Ernesto, dos seus amigos e correligionários, que, na hora da desgraça, esqueceram os seus benefícios e procuram cevar-se os despojos da sua reputação.

Há, porém, os que nada devendo a Pedro Ernesto, quebram, na hora da subserviência e covardia moral que estamos vivendo, o silêncio dos ingratos e a

<sup>63</sup> O título desta subunidade foi extraído de um dos cerca de 15 panfletos arquivados no CPDOC, relatando a reação da população à prisão do prefeito. ‘O Uivo das Hyenas’ também foi manchete do jornal *A Voz Operária*, de 07 de abril de 1935. Ver PEB 36.06.64

covardia moral - covardes como Lourival Fontes - que estamos vivendo. O silêncio dos ingratos abafa o 'hynno das hyenas'. Edmundo Lins, por exemplo, é um varão de Tiradentes, sua vida é um padrão de honra, de dignidade e altivez a serviço da causa da justiça no Brasil e foi ele o primeiro, talvez, que se dirigiu a Geraldo Rocha nos seguintes termos, logo após a publicação do seu famoso artigo em defesa de Pedro Ernesto.

'Rio, 04 de abril de 1935 - ao prezado amigo dr. Geraldo Rocha, visito e felicito pelo generoso, justo e heróico artigo da *A noite* sobre Pedro Ernesto (s.) Edmundo Lins'.

É o depoimento franco, sincero, desassombrado e, sobretudo heróico e cívico, do ilustre presidente da Côrte suprema sobre aquele que, neste instante, privado da sua liberdade paga o crime de ter amado seu povo e de tudo ter feito em benefício de seus concidadãos.

#### O Uivo das Hyenas:

Ninguém poderá dizer que o meu temperamento recusa a luta. Tenho prazer em exprimir o meu pensamento, fira a quem ferir. Mas, em minha existência, tive sempre grande repugnância em atacar o vencido, em melindrar o humilde, em vibrar um golpe contra quem quer que seja, que se encontre moralmente em situação de inferioridade para responder.

Rompi com Washington Luís, enquanto este, cheio de poder forjava sua arrogância no Cattete, e feri-o com três artigos violentos em *A Noite* sob a epígrafe - "A revolução do cattete" - para ter o direito de analysar os fatos, quando ele deixasse o poder, sem que me pudessem tachar de apedrejador do sol. O mesmo já havia feito com Eptácio Pessoa, quando Presidente da República.

Muitas vezes me revelei inexorável contra os poderosos e fui tolerante com os humildes.

Jamais devi a Pedro Ernesto um só obséquio. Militamos em campos opostos. No governo do presidente Arthur Bernardes, eu solidário com esse grande cidadão, e Pedro Ernesto tomando parte nas conspirações que os combatiam.

Veio a Revolução de 30, Pedro Ernesto fica entre os triunphadores e eu entre os vencidos.

Depois de três anos de assistência, encontro-o no governo do Distrito Federal, surprehendendo-me, bem como a todos os seus municípios, pelas obras realizadas. Os seus antecessores só a custa de empréstimos executaram empreendimentos, Pedro Ernesto realizava um programa hospitalar e um programa escolar que excediam de muito as realizações de Passos, dispondo, apenas das rendas municipais, sem onerar as gerações futuras, com lançamentos de empréstimos ou emissões de apólices.

A esses melhoramentos devemos honrar 14.000 pessoas a quem ele emprestava assistência, sob a forma de empregos. Pedro Ernesto era um Deus nessa cidade. O seu gabinete, a Casa de Saúde, repleto de amigos, que aguardavam, solícitos, um sorriso ou um gesto affetuoso do Triumphador, dando o sangue de Tiradentes a seus feitos.

Pedro Ernesto tivera a infelicidade de se relacionar com Luis Carlos Prestes, no seu raciocínio de conspirador, jamais capaz de levar o Brasil, o 'cavalheiro da esperança', a um regime democrático popular.

Continuo até hoje a não acreditar que Pedro Ernesto seja um agente de Moscou. A sua vida de abnegações e sacrificios, o seu amor a cidade, a sua existência toda dedicada a aliviar os males alheios... O Povo dessa cidade é testemunho de sua obra.

Pedro Ernesto é um hábil cirurgião, conhecedor emérito da geographia do corpo humano, com uma sensibilidade e alma irretocáveis.

Na hora da desgraça, fogem os amigos, os correligionários e surgem as hyenas. Saqueiam os benefícios, apontam-se os escandalos. Pedro Ernesto console-se o povo se esqueceu de que Pereira Passos deixou dívidas imensas a seus sucessores.

Pedro Ernesto viverá redimido ao seio do povo! Deus permitirá que sua inocência seja proclamada pela justiça, resolvendo o problema da consciência do Brasil. Se os homens, quando se acham no poder, refletissem as conseqüências inexoráveis do amanhã, julgariam os seus semelhantes com mais justiça e tolerância, ponderando que os abismos são os mesmos e também as pedras atiradas. Que o povo firme o nome de Pedro Ernesto e condene para sempre as hyenas. Dr. Pedro Ernesto o ‘Homem Coração’. Governador do Povo para o povo e com o povo.<sup>64</sup>

O panfleto amplamente divulgado dá nome a uma das ‘hyenas’: Lourival Fontes. O polêmico jornalista nutria grande admiração por Mussolini, que considerava uma das grandes figuras do século XX. Foi o primeiro diretor do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Defendia a ideologia fascista: “o fascismo é um regime que caminha para o povo e que se antecipa e realiza, no campo das conquistas e da cooperação social, os imperativos mais avançados da dignificação, valorização e igualdade do trabalhador”. Viajou a Europa duas vezes com o intuito de observar as técnicas de propaganda utilizadas por Mussolini, na Itália, para difundir o fascismo. Em artigo à revista *Gerarchia*, editada em Milão, na Itália, Mussolini dizia só haver três pessoas fora de seu país que conheciam o fascismo: Lourival Fontes no Brasil, Lugoni no Chile e Galvez na Argentina.<sup>65</sup>

Lourival atacaria Pedro Ernesto com pesados artigos publicados em grandes jornais, como *O Globo* e o *Diário da Manhã*. Integralista, integrou a SEP – Sociedade de Estudos Políticos – que divulgava a ideologia fascista. Mostrando alinhar-se ao governo Federal atacaria duramente a Intentona Comunista e principalmente Pedro Ernesto a quem chamaria de “eterno e irresponsável conspirador”.<sup>66</sup>

O panfleto divide-se em duas partes. A primeira conclamando o ‘povo’ brasileiro e carioca a lutar por Pedro Ernesto e acaba por apresentar o artigo publicado dias antes por Geraldo Rocha em *A Noite*. Além da grande tiragem o jornal conclama o povo de toda a cidade a ‘ler, reler e divulgar’ o artigo. O artigo é legitimado pelo fato do autor não ser um elemento que sempre atuaria ao lado de Pedro Ernesto, portanto um ‘justo’ olhar – pretendo à parcialidade – de quem nem sempre concordou com suas premissas, mas que também tem que ser justo e honrado com um homem merecedor, por seus trabalhos.

<sup>64</sup> *Idem* a 115. Cabe ressaltar que manteve a forma ortográfica do documento original.

<sup>65</sup> Ver *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, p.2261 a 2264.

<sup>66</sup> Ver *Diário da Manhã*, 14/3/1935. Biblioteca Nacional/Periódicos.

Mais uma vez ocorre a exaltação à ‘grande política’ concretizada por Pedro Ernesto, desta vez sendo colocada em perspectiva superior aos feitos de Pereira Passos - que sempre seria lembrado como referência a seus sucessores. O *jingle* ‘político do povo, para o povo’ é reforçado com mais uma sentença: ‘com o povo’. Aqui há uma clara relação de dualidade: o “Homem Coração” x “Hyena”. Uma construção em que claramente identificamos ‘protagonista’ e ‘antagonista’. Os panfletos políticos, normalmente, se caracterizam pelo estabelecimento desta relação dicotômica entre o bem e o mal. E aqui se revela a reconstrução de um ‘arquétipo ocidental’: o mito de Prometeu.<sup>67</sup>

Aqui perceberemos o quanto as fontes se aproximam da língua falada. A língua falada se inscreve sempre em situações únicas na medida em que se produz obrigatoriamente dentro de coordenadas particulares e concretas. Os discursos populares contra Vargas, na defesa de Pedro Ernesto, se caracterizam como acontecimentos que se apresentam além de qualquer cálculo. Estão longe do nexo causal de antemão pensado pelos homens do Estado Novo. Aqui não há “contrato” e sim “desentendimento contingente”. O poder desses discursos está na condição de contingência dos mesmos. O discurso perde seu caráter de narratologia, no qual o final normalmente realiza o que estava previsto desde o começo. Dentro dos discursos anti-Vargas há uma inversão de possibilidades, uma anarquia lógica. A projeção do ilógico para os até então “donos da palavra e da razão”. Se o acaso é realmente aquilo que sucede em má hora, interrompendo os fluxos interpretativos e os fluxos de prazer da narrativa, temos nesses discursos sentidos que provocam “disseminação” do não desejado. Os discursos de oposição a Vargas marcam o que Homi Bhabha chama de “loais da cultura”. É o discurso “novo” entrando em questão no universo político. É a “não ordem” nos possibilitando enxergar uma ordem existente em um tempo histórico singular.

#### 4.5 ‘O Grande Operário’<sup>68</sup>

<sup>67</sup> Filho do Titã Japeto e irmão de Atlas, Prometeu aparece na mitologia grega como o iniciador da primeira civilização humana. Depois de ter formado o homem com argila, para dar-lhe uma alma, roubou o fogo do céu. Zeus para puni-lo mandou que Hefáistos o acorrentasse no Cáucaso, onde uma águia lhe devorava o fígado, que sempre se renovava. Foi libertado por Hércules. Segundo Jung, in: *Sobre os Símbolos*. Os homens tendem a ‘recontar’ uma história de maneira a alterá-la, passando a ‘história original’ e as suas sucessões a ter em comum apenas indícios. As tipologias expressas nessas ‘estórias’ dão textura ao social e uma visão objetiva e antagônica do mundo.

<sup>68</sup> Assim era chamado Pedro Ernesto pelos operários. Ver PEB 22.07.06.

A imagem e seu objeto só têm em comum a convenção que os associa... A imagem, em resumo, só é definida por sua função, que é a de tornar presente uma pessoa. O essencial é que a função de representação seja cumprida.<sup>69</sup>

A última ‘imagem’, aqui analisada, forjada de Pedro Ernesto pelos operários é mais uma auto-imagem refletida no ‘outro’: a imagem do ‘grande operário’. Em documento emitido pela União dos Operários Municipais, essa imagem se configura e outros discursos marcados pela ‘tautologia’ de suas formas, criando uma linha de continuidade interpretativa a qual viemos enumerando ao longo desta dissertação. Vejamos:

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ernesto a União dos Operários Municipais representando a classe operária Municipal, vem pela voz humilde de seu presidente agradecer a todos os benefícios concedidos, e muitos outros que a minha incapacidade de operário não permite firmar e vos dizer neste seu momento de aflição que reconhecemos todos os seus feitos: criando hospitaes e escolas. Dr. Pedro Ernesto, o executor máximo de nossas aspirações, e não queremos por hypothese alguma que um dia no aconchego de nossos lares no seio de nossas familias pobres, mas honestas, que os nossos filhos apontem ou lembrem mesmo, qualquer acto que não seja de gratidão para com V. Excia., e vosso nome ficará como a pouco disse gravado para sempre em nossos corações e no seio de nossas familias como o Grande Operário que nos deu instrucção, assistência e a garantia do pão de cada dia..<sup>70</sup>

Nessa carta de agradecimento podemos destacar dois fatos interessantes. O primeiro é não haver um discurso ‘virulento’ para com o ‘governo federal’, mesmo Pedro Ernesto tendo sido preso e afastado da gravitação do poder central. Isso se explica em grande parte pelo fato da União dos Operários Municipais ser um órgão vinculado ao poder federal, assim como grande parte dos órgãos forjados depois da instituição da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Várias cartas de operários e de órgãos operários seriam mandadas a Vargas defendendo o ‘Grande Operário’. Nota-se nos jornais que circulavam nos primeiros dias de abril a configuração de vários protestos de operários em frente ao Palácio do Catete, exigindo a retirada da prisão do prefeito eleito.<sup>71</sup>

Em torno de Pedro Ernesto forjaria-se uma imagem de político popular que mesmo sua retirada do ‘centro de poder’ resistiria. A elite política tentaria corroer sua

<sup>69</sup> A epígrafe aqui colocada foi tirada da tese de doutoramento em Antropologia Social de Joana D’arc do Valle Bahia, *O tiro da Bruxa: identidade, magia, religião entre camponeses pomeranos no estado do Espírito Santo*.p.128.

<sup>70</sup> Arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.82

<sup>71</sup> Ver os jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* entre os dias 04 e 10 de abril de 1935.



imagem detalhadamente lapidada. Seria chamado pelos jornais de grande tiragem de ‘comunista’, de ‘traidor dos ideais revolucionários’, ‘de eterno conspirador’, etc. Entre os populares sua imagem permaneceria quase intacta àquela geração que o conhecera. O trecho acima demonstra a luta em torno da permanência de uma memória específica: “vosso nome ficará como a pouco disse gravado para sempre em nossos corações”.

Cabe ressaltar que a ‘profecia auto-realizável’ dos jornais que apoiavam Pedro Ernesto se concretizaria; padre Olímpio de Melo que o sucederia, seria um político ‘não-carismático’ e cobrado pela população carioca sempre em comparação direta a Pedro Ernesto. Todos os prefeitos e interventores que sucederiam Pedro Ernesto durante o Estado Novo teriam de enfrentar as genuínas ‘marcas’ deixadas por sua administração como fantasmas a serem superados.

A estratégia de prender o prefeito eleito pode ser encarada a luz de hoje como um verdadeiro ‘tiro pela culatra’. A imagem do ‘mártir do povo’ logo seria edificada e contraposta ao poder central. Seria uma batalha simbólica de grande impacto por pelo dois anos: os anos de 1935 e 1936. Lembramos que o ano de 1937 é o momento do ‘golpe de estado’, portanto, as lutas em torno de imagens dos primeiros anos da década de 30, seriam arrefecidas pela ditadura.

A imagem do ‘mártir’ Pedro Ernesto se atrela a imagem de outro ‘mártir histórico’: Tiradentes. A seguir tentamos compreender a força deste ‘mito de origem’ republicano impressa nas tintas de artigos publicados entre os anos de 1935 e 1936, após a decretação de prisão do prefeito.

#### **4.6 Tiradentes: A reinvenção do herói**

Toda apropriação é uma representação do passado. Neste sentido, para dar sentido a uma ‘imagem’, os agentes históricos – mesmo sem dar-se conta – buscam ‘lógica’ em sua própria história para legitimarem suas escolhas. Certos personagens são permanentes, por sua recorrência representativa fora de seu tempo histórico. Como sugere Carvalho: “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”.<sup>72</sup>

Os *topoi* lingüísticos se sustentam nessas repetições de idéias, portanto, a retórica é um recurso que tornado físico na voz, pode ser usado tanto a favor de Pedro

<sup>72</sup> José Murilo de Carvalho, *A formação das Almas*, p.55.

Ernesto possibilitando a conciliação para com o mesmo, como a forjadura de um discurso ideológico contra seus adversários. O campo de batalha é explicitado na linguagem. A potência receptiva dos discursos se apóia no poder repetitivo da retórica. Como nos prova Ranciere a política está longe de ser um lugar de harmonia – com os homens se entendendo pelo bem comum –, a política é “conflito”, é “desentendimento”.<sup>73</sup> Esse é o caráter precário e contingente do universo político. O desentendimento marca a luta pela *palavra* pela *razão*, e que são cruciais ao jogo político. Nesse sentido “calar” o povo tem sido estratégia usada para tentar forjar um discurso “harmônico” que se pretende enquanto hegemônico e “portador” do “sentido proferido a uma época”. Mostraremos que a contingência histórica criou “desentendimento” até mesmo dentro do sistema ditatorial do Estado Novo – como veremos mais à frente. O “desentendimento” é visto como “válvula de escape” de memórias que não deixaram se aprisionar pelo discurso harmônico desejado pelo Estado.

A força mítica de Tiradentes como exemplo do maior mártir da nação por vezes vem a ‘assombrar’ homens em seus tempos. O jogo político normalmente é marcado pelas apropriações históricas. Tiradentes para além do ‘homem’ passa a ser um símbolo a ser disputado. O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais e na política. A formação do mito pode dar-se contra a evidência – Tiradentes não é um homem da elite – documental. O imaginário tem o poder de interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na narrativa histórica.

Entre os anos de 1935 e 1936 cerca de 40 artigos identificados associam a imagem de Pedro Ernesto ao ‘fantasma mítico’ de Tiradentes. Nos artigos a comparação direta a Tiradentes se repete por 111 vezes, o que nos dá uma média de 2,77 apropriações a cada artigo defendendo o prefeito. Essa repetição nos chamou atenção durante a leitura documental e certamente ‘ela’ – a repetição – quase que nos ‘chamou’ a ser lembrada.

Tiradentes foi um mito construído em torno de um grande ‘cânone’ ocidental: a figura de Jesus Cristo. À morte de Pedro Ernesto em 1942 a imagem de mártir retornaria. Pedro Ernesto viria a morrer como vítima, como portador das dores de

---

<sup>73</sup> Ver Jacques Ranciere, *O Desentendimento: política e filosofia*.

seu povo. O sangue do mártir seria a força do povo, assim como o sangue de Tiradentes ‘fincou-se no solo brasileiro’ para trazer a República.

É importante lembrar que Pedro Ernesto operava sobre a população do Rio de Janeiro a ‘unidade mística’ dos cidadãos: o ‘grande operário’, ‘o grande coração’. O sentimento de participação, de união em torno de seus ideais eram fortificados por esses serem os ideais do povo. Pedro Ernesto era de pele ‘mestiça’ como o povo que o acolhia, ‘trabalhador’ como ‘seu povo’, e acima de tudo ‘honrado’. Apontava-se sobre a sua figura seu caráter ‘plebeu’, comparando-o diretamente com Tiradentes, humilde, popular, em contraste com o poder central. Os jornais destacavam o Vargas ‘ditador’, mesmo antes do golpe que estabeleceria o Estado Novo.

Finalmente como sugere-nos novamente Carvalho: “o segredo da vitalidade do herói talvez esteja, afinal, nessa ambigüidade, em sua assistência aos continuados esforços de esquiteamento de sua memória”. Essa quase sentença confirma mais uma de nossas hipóteses de álibi e de esperança. Por que esperança? Não é trabalho do historiador lembrar? O fato de Pedro Ernesto ter sido preso somente fez fortalecer sua imagem de político ‘para o povo’, ‘com o povo’ e principalmente: ‘como o povo’. Um povo de auto-imagem sofrida, constantemente relegado pelo ‘centro’. A história, lembraria Marx, sempre ocorre duas vezes. Primeiro como tragédia, depois como paródia/farsa.

## Conclusão

Na introdução deste trabalho falamos de “inteligência coletiva”. No decorrer da dissertação tratamos de adjetivos, discursos e linguagens que forjam identidades conativas no universo social. Falamos de compromissos que se forjam em relações baseadas em fidelidades cognitiva, afetiva, conativa, de ação e também naquela que se caracteriza pelo envolvimento com a comunidade de sentidos.

Falamos de projetos de ordem social que por vezes se conciliaram e por outras se confrontaram para se fazerem ativos no universo político brasileiro. Apresentamos alguns projetos políticos da década de 1930 que mostram-se, para além e suas diferenças, um tanto quanto semelhantes. Por que a ordem social seguiria ou não um padrão? Por que seria apenas um padrão caótico e repetitivo? Que maneira melhor de se expressar o mosaico estrutural de uma época do que verificando a maneira como os discursos se repetem, alcançando um frágil equilíbrio por meio da simetria de suas partes?

Essa dissertação foi organizada de forma fractal. Fractais são formas geométricas complexas e irregulares, que eventualmente ocorrem na natureza. Desarmonizamos a narrativa da vida de um homem no primeiro capítulo para reordená-la nas extensões das narrativas de seu próprio tempo, nos capítulos posteriores.

Um homem que nos diz muito sobre o seu tempo. Um homem como o “grão de areia”, a “flor silvestre” como a “palma da mão” ou como “a hora” de um tempo de William Blake:

To see a world in a Grain of Sand  
And a Heaven in a Wild Flower,  
Hold infinity in the palm of your hand  
And Eternity in an hour<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Uma tradução possível:

Ver um mundo num grão de areia  
E o céu numa flor silvestre  
Conter o infinito na palma da mão  
E a eternidade em uma hora

Um homem que foi parte da memória do consenso de um tempo, mas que foi o desafio ao projeto de hegemonia discursiva do Estado Novo. Uma dessas afrontas foi o desfile em homenagem a Pedro Ernesto proposto pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 1941. A escola fora penalizada por sua ousadia, por trazer de volta uma memória política que na visão da ditadura deveria ser silenciada. Nada como um desfile de escola de samba para revigorar a força mítica de uma memória política- uma memória política bem recente. A mesma veria a hegemonia da Portela se consagrar numa sucessão de vitórias, com enredos que condiziam com o discurso hegemônico.

Percebemos que o ‘extraordinário’ não deixaria a política moderna. Toda prática política acaba por criar rituais e convenções que tornam sua vivência em torno do que convencionamos chamar de ‘realismo natural’. Se por um lado o ‘jogo político’ dos tempos modernos não têm a ‘pompa’ e ‘magnificência’ das monarquias, não podemos dizer que o mesmo se efetive em campo ascético no mundo contemporâneo.

Houve um intenso jogo de ‘representações’ em torno da construção da liderança de Pedro Ernesto,. No momento de ‘descentralização do poder’ toda uma memória construída por cerca de 5 anos atrelada ao ‘centro’, debate-se contra os que a empurram à periferia. Neste trabalho, portanto, falamos de imagens, ou mais claramente da construção das mesmas. As imagens sejam políticas, sejam religiosas, sejam de qualquer outra tipologia não são resultado de ‘geração espontânea’. Sua construção lida com paixões, com subjetividades e objetividades. A construção de imagem ainda lida com a velha questão da dignificação do poder. Como se constrói o ‘carisma’? Talvez essa pergunta ainda seja muito visitada por historiadores, antropólogos, marqueteiros, publicitários, entre outros profissionais. Ela nos foi central.

Alguns estudos recentes na área de comportamento indicam o poder da voz e do movimento corporal para com o convencimento. Um sinal determinante nesse caso seria o que esses cientistas chamam de “espelho”. Ele se manifestaria quando o agente do discurso imita os gestos e os movimentos de um interlocutor inconscientemente, o que revela empatia e compreensão. Os que mais “espelham” seriam considerados nesses estudos os mais carismáticos. Outro conceito importante

é o do “compromisso”- seria o ato de falar mais e controlar a negociação do discurso<sup>2</sup>. Pudemos perceber através das fontes sonoras o “poder articulador e conciliador” dos discursos de Pedro Ernesto. A tipologia da fonte nos impossibilita comprovar o componente gestual de Pedro Ernesto, porém o cruzamento de outras fontes nos indicam um tipo de carisma baseado na seriedade de um profissional da área de medicina. Um profissional que sabia articular o compromisso através dos recursos disponíveis na sua conjuntura.

Toda conclusão de um trabalho faz a seu autor pensar sobre a metalinguagem do mesmo e principalmente sobre o que nos leva a construção de um trabalho, não só respondendo a ‘exigência’ da confecção de uma monografia, mas para além, perguntando-se sobre o que levam autores a ‘ádua e inebriante’ tarefa da escrita do mesmo.

A minha primeira pergunta foi: O Que é política para além de seu conjunto de atos? Ao fim desta monografia sugiro uma resposta: Política não é simplesmente o ‘politicar’, é também vontade de figuração, o motivo para a metáfora que Nietzsche certa vez definiu como *‘desejo de ser diferente’*, *‘desejo de estar em outro lugar’*. Isso significa em parte ser diferente de si mesmo, mas basicamente, creio, ser diferente das metáforas e imagens das obras contingentes que são as nossas heranças: o desejo de ser um político grandioso é o desejo de estar em outra parte, num tempo e lugar próprios, numa originalidade que deve combinar-se com a herança, com a ansiedade da influência. Esse ‘outro lugar’ é o que metaforicamente distingue um político carismático do impopular, o ‘gênio romântico’ do homem comum.

Teses, dissertações e monografias e simples trabalhos nascem como uma resposta a teses, dissertações. monografias e simples trabalhos, essa resposta depende de atos de leitura e interpretação por autores posteriores, atos que são idênticos às novas obras. Essas leituras de textos precursores são necessariamente defensivas em parte; se fossem apenas apreciativas, a nova criação seria sufocada, e não apenas por motivos psicológicos. A nova hipótese, sempre envolve uma partida de uma hipótese anterior, e essa partida depende de pelo menos um desvio ou rejeição de uma figuração anterior- no nosso caso temos as teses ‘populistas’. O grande historiador, antropólogo, sociólogo, economista sabe como ‘tomar

<sup>2</sup> Ver Alex Petland, *The ThingWorld modeling system: virtual sculpting by modal forces*.

emprestado', pois a contingência governa as ciências humanas, como faz com toda empresa cognitiva. Por nascermos num mundo já constituído somos eternos contingentes.

A mais uma resposta e sentença cheguei ao fim deste trabalho: os conceitos não são eternos, e são vazios sem a História. Quem nos projeta a melhor resposta talvez seja Nietzsche: *'Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se de definição. Só o que não tem história é definível'*. O quanto somos frágeis em nosso permanente processo de pensar e classificar o mundo. Ou melhor, o quanto são frágeis nossas ferramentas de análises. Talvez este seja um testemunho pessimista de um agente pós-moderno, desconhecedor de paradigmas e eterno herege das verdades ditas constituídas.

Finalmente cabe homenagear Pedro Ernesto, que por momentos me hipnotizou e por isso muito me fez 'contar' sua 'história'.

“...Uma multidão silenciosa brota das ruas, desce dos morros, acopanha o enterramento até o fim, e assiste calada e firme aos panagóricos intermináveis. Retirou-se a massa depois em ordem e aliviada por ter reverenciado um amigo que jamais lhe faltara e mostrava também ao ditador rancoroso que lhe negara a hora do grande silêncio até uma simples condolência a família desolada- que o povo jamais se esquece- sabe premiar e condenar e Pedro Ernesto foi premiado no dia de sua morte por uma consagração popular tão sincera quanto justa. **Que a história no futuro lhe faça o mesmo!**”<sup>3</sup>

O trecho em negrito foi o que em muito me incentivou a escrever essa dissertação. Bem, sempre chega à hora do adeus...

---

<sup>3</sup>Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.08.25

## Referências Bibliográficas:

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”In A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus,1992.

ABREU, Maurício de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar,1987.

AMARAL, Azevedo. A Revolução Brasileira in Cultura Política, 5/7/1941.

ARAÚJO, Ricardo Benzequen de. Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ARIÈS,Phillippe;DUBY,Georges(org.). História da vida privada no Brasil(vol.5). São Paulo:Companhia das Letras,1992.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. O Batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1981.

ARISTÓTELES. Retórica das paixões. São Paulo,Martins Fontes,2000.

ASSIS,MACHADO. Contos escolhidos. Rio de Janeiro: O GLOBO,1999.

AUERBACH,ERICH. Figura. São Paulo,Ática,1997.

BAHIA Joana. O Perigo Alemão. Artigo a ser publicado.

\_\_\_\_ O tiro da Bruxa. Identidade,magia, religião entre camponeses pomeranos no estado do Espírito Santo. Tese de doutoramento em Antropologia Social. PPGAS\_ Museu Nacional, Março de 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1999.

\_\_\_\_ O mal estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: J.Z.E.,1998.

BLOOM, Harold. Shakespeare: A invenção do Humano. Rio de Janeiro. Objetiva,1998.

BOBBIO, Noberto(org.). Dicionário de Política. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 11ªed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva,1990.



- CALABRE, Lia. A era do rádio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.
- CAMARGO, Aspásia(org.). O Golpe Silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- \_\_\_\_ A questão agrária: Crise de poder e reformas de base(1930-1964). In Fausto, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DiFEL, 1981. Vol. 10 p. 121-224.
- CAMPOS, Flávio de e DOHLNIKOFF, Miriam. Atlas de História do Brasil. São Paulo: ed. Scipione, 1993.
- CARVALHO, José Murilo. A Formação das Almas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.
- CHAGAS, Carlos. O Brasil sem retoque. Vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CONNIF, Michael L. Rio de Janeiro in the depression era 1920-1937. Stanford, Stanford University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945. Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1981.
- DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983, CPDOC, 4 volumes.
- DRUMOND, José Augusto. O movimento tenentista- intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAUSTO, Bóris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DiFEL, Tomo III( O Brasil Republicano). Vol. 3 91930-1964), 1981.
- FERREIRA, Jorge(org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano- o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras in Cultura Política, outubro de 1942.
- FURET, François & Ozouf, Mona- Dicionário crítico da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: L.T.C.,1989.

\_\_\_\_ Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: J.Z.E, 2000.

\_\_\_\_ O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas , Sinais. Morfologia e História.São Paulo: Companhia das Letras,1989.

GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo.2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_ Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus,1979.

\_\_\_\_ Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo". In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC(11),1993, pp.62 a 77.

\_\_\_\_ O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito" in Tempo. Vol.1,n.2, Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

GOULDNER, 1950: Studies in Leadership: Leadership and Democratic Action.

LINDHOLM,Charles. Carisma- êxtase e perda de identidade na veneração ao líder, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003.

LOBO, Maria L. Eulálio(coord.) Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970. Rio de Janeiro: Aceso Editora, 1992.

MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro:E. Perspectiva,1982.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras,2001.

NORBERT, Elias. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: J.Z.E, 1989.

\_\_\_\_ Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro: J.Z.E.,: 1988.

\_\_\_\_ O processo Civilizador. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1985.

\_\_\_\_ Mozart: Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1995.

NOVAES, Adauto(org.).A descoberta do homem e do mundo.São Paulo.Companhia das Letras.1998.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1996.

PERELMAN,Chaim;TYTECA,Lucie Olbrechts. Tratado de argumentação: a nova retórica. São Paulo,Martins Fontes,2005.

PIMENTA, Reinaldo. A casa da mãe Joana. São Paulo: Campusm2002.

Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

PINHEIRO,Claudia. A rádio nacional- alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da rádio nacional. Rio de Janeiro:Nova Fronteira,2005.

SAHLINS,M.D. Evolution and Culture. Ann Arbor: University of Michigan Press,1960.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante in História da Vida Privada, vol.3., São Paulo: Companhia das Letras,1998.

SHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade in História da Vida Privada. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad,1999.

TABAK, Fanny (org.) Ideologias-populismo. Rio de Janeiro:Eldorado, 1973.

TODOROV, Tzvetan. As estruturas narrativas. São Paulo,Perspectiva,2004.

THOMPSON, E.P. The making of the english working class, Londres: Gollancz,1963.

\_\_\_\_Time work discipline and industrial capitalism. Past and present, 1967.

\_\_\_\_ Customs in Common. Londres: Merlin,1991.

VIANA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. UFRJ,1995.

WEBER, Max. A política como vocação in Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro.: Ed. Guanabara Koogan, 1979.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 2ºed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WELLBERY-David. E. Neo-retórica e desconstrução. Rio de Janeiro:EdUERJ,1998.

WILLIAMS,Daryle. Culture Wars in Brazil- The first vargas regime,1930-1945.Washington: Duke University Press,2001.

ZUNTHOR, Paul. A letra e a voz.São Paulo: Companhia das letras,,1993.